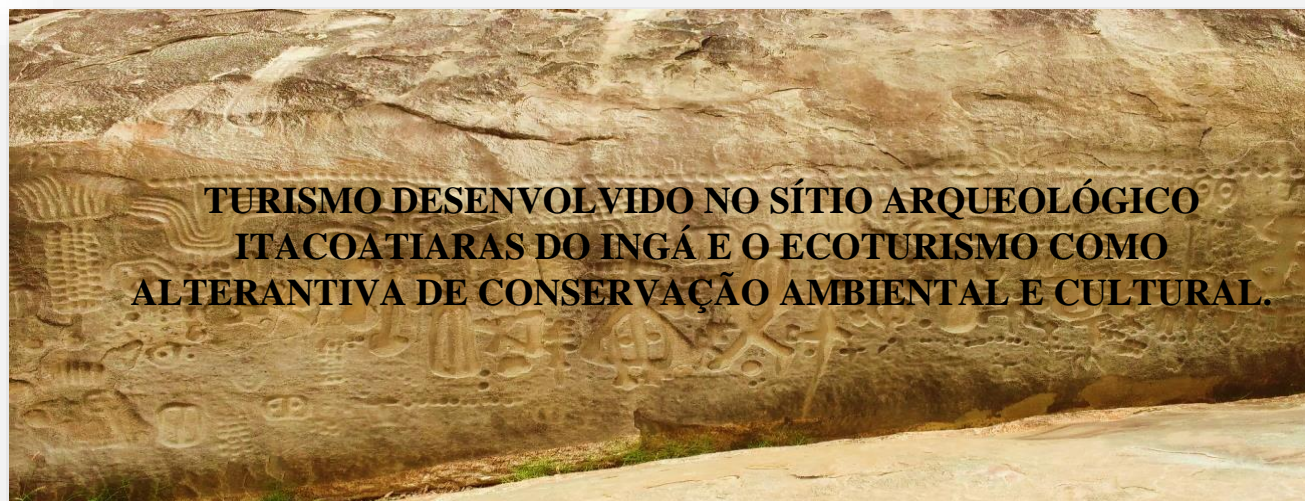




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE – PRODEMA

GERMANA KARLA MARTINS SOARES DA SILVA



**TURISMO DESENVOLVIDO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
ITACOATIARAS DO INGÁ E O ECOTURISMO COMO
ALTERANTIVA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL.**

GERMANA KARLA MARTINS SOARES DA SILVA

**TURISMO DESENVOLVIDO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
ITACOATIARAS DO INGÁ E O ECOTURISMO COMO
ALTERNATIVA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA- Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima

João Pessoa/2019

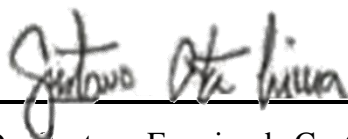
GERMANA KARLA MARTINS SOARES DA SILVA

**TURISMO DESENVOLVIDO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
ITACOATIARAS DO INGÁ E O ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA
DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL.**

Defesa apresentada ao Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA-
da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos necessários para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

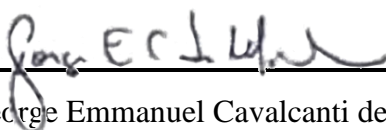
Defesa em: 26/03/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima- UFPB

(Orientador)



Prof. Dr. George Emmanuel Cavalcanti de Miranda-UFPB

(Examinador interno)

Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade- UFPB

(Examinador externo)

S586t Silva, Germana Karla Martins Soares da.

Turismo desenvolvido no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá e Ecoturismo como alternativa de conservação ambiental e cultural / Germana Karla Martins Soares da Silva. - João Pessoa, 2019.

178 f. : il.

Orientação: Gustavo Ferreira da Costa Lima Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Patrimônio Cultural. Itacoatiaras. Ecoturismo. 2. Conservação. I. Lima, Gustavo Ferreira da Costa Lima. II. Título.

UFPB/BC

AGRADECIMENTO

À Deus criador de todas as coisas e a minha espiritualidade que tem me apoiado, principalmente nos momentos mais difíceis durante este mestrado, gratidão infinita, em especial ao meu amado mestre Jesus e sua amada mãe Maria.

A minha mãe guerreira Genilda Maria, a meu amado filho Matheus e ao meu pai Genésio Martins (*in memoriam*) um homem admirável e que tenho certeza que está ao meu lado me orientando e me dando forças.

Ao meu amado amigo Pietro que ao longo do mestrado tem me ajudado em todos os sentidos. São pessoas que Deus coloca nas nossas vidas e que se tornam verdadeiros anjos da guarda na terra e aos meus queridos amigos Diogo Gomes e Samara Coqueijo.

Ao meu orientador prof. Gustavo Lima pelo apoio, ensinamentos, confiança e carinho de um verdadeiro amigo.

Agradeço ao CNPQ pela assistência financeira que possibilitou a realização da pesquisa.

Aos professores que contribuíram com suas experiências e conhecimento durante as disciplinas. Em especial ao professor Reinaldo Lucena nosso ex-coordenador que sempre foi uma pessoa disposta a ajudar e que nunca mostrou qualquer dificuldade em me atender.

À coordenadora do mestrado professora Dra. Denise Cruz pelo apoio a todos os alunos e pelas aulas maravilhosas que me ajudaram ao longo do curso.

A todos que fazem o PRODEMA-UFPB e ao secretário Sisnande que sempre foi educado e prestativo e hoje posso dizer que é um amigo. Ao setor de transporte do CCEN representado pelo senhor Guilherme, aos motoristas, em especial ao motorista Izequiel e Ronaldo que estiveram comigo nos momentos felizes e nas batalhas durante a pesquisa de campo.

Ao secretário de Turismo de Ingá Vavá da Luz, aos guias Marcus e Dennis, Valéria e o historiador Alexandre Ferreira por nos receber de forma tão carinhosa e contribuir com a pesquisa.

A população ingaense sem a qual seria impossível realizar esta pesquisa, contando suas histórias de vida, as lendas e mitos e falando sobre o que pensam sobre o turismo. Em especial a Dona Lia do Memorial do Cuscuz e o “seu Kalu” que nos acompanhou a outras localidades nos levando aos moradores.

Ao presidente da Associação de Turismo Jackson e ao condutor Carlos que foram essenciais na pesquisa de campo, que me ajudaram no contato com os moradores mostrando também outras localidades que podem tornar-se atrativos turísticos do município de Ingá.

Aos membros da banca George Emmanuel Cavalcanti de Miranda e Maristela Oliveira de Andrade pela gentileza de ler, analisar e avaliar esta dissertação.

No meio do caminho de Ingá tinha uma pedra

Tinha uma pedra no meio do caminho de Ingá

Tinha uma pedra

No meio do caminho de Ingá tinha uma pedra

Nunca me esquecerei desse acontecimento

Na vida de minhas retinas tão fatigadas

Nunca esquecerei que no meio do caminho de Ingá

Tinha uma pedra

Tinha uma pedra no meio do caminho de Ingá

No meio do Caminho de Ingá tinha uma pedra

(Poema de Carlos Drummond de Andrade adaptado pela autora)

RESUMO

A dissertação tem como objetivo geral analisar o turismo desenvolvido e o ecoturismo como alternativa de conservação ambiental e sociocultural do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá localizado no agreste paraibano. As Itacoatiaras do Ingá mais conhecida popularmente como Pedra do Ingá são petróglifos que suscitaram ao longo dos séculos discussões acerca de sua origem como hipóteses defendidas por pesquisadores de diversas áreas como historiadores, arqueólogos e antropólogos, hipóteses pseudocientíficas de curiosos, além do conhecimento tradicional da população ingaense. O município de Ingá tem as Itacoatiaras como seu principal atrativo para o desenvolvimento do turismo, no entanto, tem patrocinado ações que tem causado impactos negativos em relação a conservação do sítio arqueológico. O tema é abordado de forma interdisciplinar, pois envolve conteúdos referentes às ciências ambientais, ao turismo, antropologia e história. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso complementar de dados quantitativos e de instrumentos como, observação sistemática nas visitas de campo, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com atores significativos e a coleta de imagens da região estudada. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin com o apoio do referencial teórico, onde acredita-se que todas as fases da pesquisa foram importantes para os resultados e discussões sobre o tema. Identificou-se que atividade turística realizada no sítio arqueológico ainda está em fase inicial, apresentando problemas em relação a conservação do local, principalmente pela falta de planejamento e apoio financeiro, também se verificou que a população mesmo não participando ativamente da atividade turística sabe da importância da atividade e ainda guardam os mitos e lendas em relação as Itacoatiaras. Destarte este estudo possibilitou conhecer a atividade turística que está sendo desenvolvida na Pedra do Ingá em conjunto com a natureza, a história e cultura local possibilitando o ecoturismo como uma alternativa de preservação do Patrimônio cultural e natural.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Conservação. Ecoturismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze developed tourism and ecotourism as an alternative for the environmental and socio-cultural conservation of the archaeological site of Itacoatiaras do Ingá, located in the agreste region of Paraíba. The Itacoatiaras of the Ingá, better known as Pedra do Ingá, are petroglyphs that have aroused over the centuries discussions about their origin as hypotheses defended by researchers of diverse areas such as historians, archaeologists and anthropologists, pseudoscientific hypotheses of curious, besides the traditional knowledge of the population ingaense. The municipality of Ingá has the Itacoatiaras as its main attraction for the development of tourism, however, it has sponsored actions that have caused negative impacts in relation to the conservation of the archaeological site. The theme is approached in an interdisciplinary way, since it involves contents referring to environmental sciences, tourism, anthropology and history. Methodologically, this is a qualitative research with complementary use of quantitative data and instruments such as systematic observation in the field visits, documentary research, semi-structured interviews with significant actors and the collection of images of the studied region. The data were analyzed through the content analysis of Bardin with the support of the theoretical reference, where it is believed that all phases of the research were important for the results and discussions on the subject. It was identified that tourist activity carried out in the archaeological site is still in an initial phase, presenting problems in relation to the conservation of the place, mainly due to the lack of planning and financial support, it was also verified that the population, although not actively participating in the tourist activity, knows the importance of the activity and still keep the myths and legends in relation to the Itacoatiaras. Thus, this study made it possible to know the tourism activity that is being developed in the Pedra do Ingá together with the nature, history and local culture enabling ecotourism as an alternative to preserve the cultural and natural heritage.

Keywords: Cultural Heritage. Conservation. Ecotourism. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB- Banco do Nordeste

EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo

FUMDHAM- Fundação Museu do Homem Americano

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS- O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IHGPB- Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

INAPAS- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido do Nordeste do Brasil

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAEPB- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

ITAS- Itacoatiaras

MTUR- Ministério do Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

SUDEMA- Superintendência de Administração do Meio Ambiente

SUPLAN- Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PBTUR- Empresa Paraibana de Turismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Ingá	23
Figura 2: Painel Vertical, superior e inferior	25
Figura 3: Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável	39
Figura 4: Inscrições relatadas pelo capitão-mor Feliciano Coelho.....	55
Figura 5: As supostas inscrições retratadas através de desenho por Retumba	56
Figura 6: Imagem fotográfica das inscrições retratadas por Retumba	57
Figura 7: Suposta mulher indígena em Pedra Lavrada	58
Figura 8: Inscrições marginais (painel vertical)	59
Figura 9: Gravuras rupestres da Itacoatiara dos Macacos- Queimadas	68
Figura 10: Itacoatiara do Estreito- Campina Grande	68
Figura 11: Sítio Arqueológico Cachoeira do Pedro- Picuí	69
Figura 12: Sítio arqueológico Lages- Itatuba	70
Figura 13: Mapa A distância da capital João Pessoa ao município de Ingá	72
Figura 14: A distância da cidade de Campina Grande ao município de Ingá	72
Figura 15: Mapa da distância do centro de Ingá a Pedra do Ingá	73
Figura 16: Croqui do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	74
Figura 17: Caminho percorrido até chegar ao sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	75
Figura 18: Museu de História Natural com fósseis da megafauna pleistocênica, Instrumentos líticos e a Loja de artesanato	76
Figura 19: Caminho feito pelo turista dentro do sítio até chegar a Pedra do Ingá	77
Figura 20: O sítio arqueológico Pedra do Ingá durante o período de seca	83

Figura 21: Presença de biodepósitos no painel vertical	84
Figura 22: Vandalismo nas Itacoatiaras do Ingá.....	86
Figura 23: Lata de cerveja jogada nas Itacoatiaras de Ingá	86
Figura 24: Cerca de proteção nas Itacoatiaras do Ingá	88
Figura 25: Deslocamento no Painel Vertical	89
Figura 26: Brasão de Ingá com figura das Itacoatiaras	103
Figura 27: Bandeira com figura das Itacoatiaras	104
Figura 28: Folheto com atrativos do Caminhos Vale do Paraíba	106
Figura 29: Mapa Turístico da Paraíba	107
Figura 30: Mestra Antônia Labirinteira	111
Figura 31: Emília (artesã)	111
Figura 32: Práticas de xamanismo realizado na Pedra do Ingá	112
Figura 33: Inscrições rupestre do sítio arqueológico Bebidinha	116
Figura 34: Livro Nas Pegadas de São Tomé (Zilma Pinto)	126
Figura 35: Monstros Marinhos no Imaginário europeu do século XV	128
Figura 36: Painel vertical	137
Figura 37: Painel superior	137
Figura 38: Painel Inferior.....	138
Figura 39: As figuras do painel principal que suscitam as lendas entre a comunidade	138
Figura 40: Supostas inscrições fenícias	140
Figura 41: As pegadas de Sumé?	145
Figura 42: Relação sistêmica no ecoturismo	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Proceçimentos para análise de Conteúdo de Bardin (apenas algumas hipóteses e objetivos foram utilizados como exemplo).....	34
Quadro 2: Índices de poluentes	78
Quadro 3: Lista livre da fauna e flora encontradas no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	80
Quadro 4: Aspectos positivos em relação ao Sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	89
Quadro 5: Autores das inscrições na percepção do turista	91
Quadro 6: Aspectos negativos em relação ao sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	91
Quadro 7: Informações sobre outras localidades	92
Quadro 8: Expectativas em relação ao sítio arqueológico	92
Quadro 9: Sentimentos e perspectivas sobre a Pedra do Ingá.....	93
Quadro 10: Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo Brasileiro	102
Quadro 11: Parques com presença de sítios arqueológicos	112
Quadro 12: Letras das músicas encontradas no álbum <i>Paêbiru</i> , inspiradas na Pedra do Ingá.....	122
Quadro 13: Idade dos entrevistados	132
Quadro 14: Escolaridade dos entrevistados	132
Quadro 15: Narrativas endógenas e exógenas referentes a Pedra do Ingá	147

SUMÁRIO

MEMORIAL DA AUTORA	12
INTRODUÇÃO	16
1.CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
1.1. Caracterização do Sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	22
1.2 Métodos e técnicas	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 Desenvolvimento no contexto global e local	33
2.2 O turismo e o ecoturismo como instrumentos de conservação ambiental e cultural.....	38
2.3 A indissociabilidade entre natureza e cultura no ecoturismo	45
2.4 Turismo, ecoturismo e a preservação do Patrimônio Arqueológico.....	49
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
3.1. DIAGNÓSTICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ITACOATIARAS DO INGÁ	52
3.1.1 Aspectos históricos referente à Pedra do Ingá.....	54
3.1.2 O equipamento turístico: a estrutura física do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	71
3.1.3 Estado de conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá	78
3.1.4 Estrutura do Município de Ingá: uma cidade turística?	90
3.1.5 Perfil e percepção do turista	92
3.1.6 O papel da população na atividade turística	99
3.1.7 Criação identitária da Ingá turística e o ecoturismo como alternativa de conservação ambiental e cultural	102
3.1.8 O mistério como Marketing turístico na Pedra do Ingá	112
3.1.9 O Ecoturismo e a criação do Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras de Ingá	114
3.1.10 Educação Ambiental e Patrimonial: uma proposta para as Itacoatiaras do Ingá.....	120
4. MITOS E LENDAS REFERENTES A PEDRA DO INGÁ	123
4.1 Os heróis civilizadores e o Sumé mítico na imaginação Ingaense	128
4.2 O turismo na Pedra encantada: as narrativas da população sobre as Itacoatiaras do	

Ingá	131
4.2.1 Hipóteses pseudocientíficas sobre a Pedra do Ingá.....	139
4.2.2 Narrativa onde a Pedra do Ingá é de origem sagrada ou resultado da natureza	141
4.2.3 Narrativa do tesouro escondido dentro da Pedra do Ingá	142
4.2.4 Narrativa da origem extraterrestre das inscrições da Pedra do Ingá	144
4.2.5 Narrativa da origem fenícia da Pedra do Ingá	145
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	170

MEMORIAL DA AUTORA

O memorial é um espaço onde os leitores poderão conhecer um pouco da trajetória da autora, as motivações que a levaram a realizar essa pesquisa. A princípio iniciar-se-á relatando que a autora se graduou em História pela Universidade Estadual da Paraíba, concluindo o curso em 2006.

Muitos perguntavam sobre o papel do historiador e se a profissão deixaria de existir, então refleti que ao longo dos tempos o historiador que tratou de guerras, política, heróis, monumentos e documentos que retratavam os fatos memoráveis da história da humanidade vem se renovando, buscando por novos métodos e temas a serem trabalhados.

Para Jörn Rusen (2001) a teoria da História é fundamental na pesquisa do historiador e principalmente daqueles que se arriscam a navegar por novos oceanos, no caso, o oceano dos estudos sobre o meio ambiente. O historiador busca entender a lógica do passado com o presente dando novos significados, ou seja, dando uma dinamicidade à História.

Na década de 1970 o campo da História Ambiental começou a se institucionalizar na academia de diferentes países. A American Society for Environmental History criada em 1977 torna-se a primeira sociedade científica voltada para a área (PÁDUA, 2010). A História sempre trabalhou com as questões ambientais vejamos por exemplo, a famosa citação de Heródoto “O Egito é uma dádiva do Nilo” mostra a interação do homem e natureza, ou seja, existe essa relação e fica quase impossível falar do ser humano, sua cultura e deixar à parte o ambiente natural que ele vive.

Pádua (2010) afirma que ao excluir a natureza da história se incorre no que ele chama de “ enfoque flutuante”, ou seja, as sociedades humanas seriam tratadas como povo sem território, sem relação com os aspectos biofísicos e isso demonstra ser uma impossibilidade.

A natureza tem sido modificada pelos seres humanos, as paisagens vêm mudando ao longo dos séculos. Algumas áreas do globo terrestre estão tornando-se verdadeiros desertos e florestas estão sendo destruídas. Muitas pesquisas realizadas por historiadores tratam de temas como exploração do pau-brasil e da devastação da Mata Atlântica (DEAN, 2004), os efeitos negativos da pecuária ao meio ambiente no sertão paraibano ou ainda o modo de produção empregado no Brasil e seus resultados desastrosos para o meio ambiental.

Dando continuidade à minha trajetória acadêmica em 2007 fiz o curso de especialização em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) cujo o trabalho de conclusão foi “A Busca pela Terra de Promissão no primeiro Livro de Néfi” e logo após o curso de Gestão Ambiental pela UNOPAR concluindo em 2012 trabalhando com o tema “ Impactos ambientais em áreas de plantio de cana-de-açúcar no Município de Mamanguape”.

Em 2014 participei do curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local na UFPB com o trabalho final intitulado “As praças são do povo e dos turistas: propostas de turismo criativo cultural em praças públicas do centro histórico de João Pessoa” e foram várias as tentativas em seleções para mestrado em Programas de Pós-Graduação como o de Antropologia, Ciências Sociais e Ciências das Religiões.

No ano de 2016 participei da seleção de mestrado do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em São Raimundo Nonato, Piauí. Um sonho antigo se tornou realidade, pude conhecer o Parque Nacional Serra da Capivara que é realmente algo extraordinário. O interessante é que as pessoas falavam muito em turismo, como foi todo trabalho da arqueóloga Niéde Guidon e em suas entrevistas defendia a ideia do turismo dando destaque ao ecoturismo como atividade que gera emprego, renda e uma forma de manter e conservar o parque diante das dificuldades enfrentadas.

Em minhas memórias como historiadora na busca por uma renovação metodológica deparei-me com obras de Marcel Mauss, como um gênio que escreveu um clássico dos estudos antropológicos **Ensaio sobre a Dádiva**, ficava imaginando como o autor tinha realizado tal feito. Em meus pensamentos divagava que tinha realizado uma pesquisa de campo exaustiva para concluir a obra clássica, devia ter convivido com aquelas culturas diferentes, mas para minha enorme surpresa Mauss nunca foi a campo, todo o seu trabalho foi realizado dentro do seu escritório, analisando as pesquisas de outros autores, grande surpresa a minha.

Com Clifford Geertz em sua obra “**O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**” o autor coloca questões de como o pesquisador se comportar no campo, o tratamento com o nativo, ou seja, uma experiência única que sugere o respeito aos saberes locais e que por mais que desejemos entender o pensamento dos nossos atores sociais, essa é uma tarefa quase impossível.

Em 2017 consegui ingressar no mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA- UFPB e ao longo do primeiro semestre do curso as disciplinas foram abrindo um novo horizonte metodológico, novos teóricos foram sendo introduzidos para embasar a pesquisa como Morin e Capra reunindo-se aos teóricos escolhidos como Mircea Eliade, Campbell, Geertz, Pires, Irving, entre outros. Nessa busca por informações sobre o objeto de estudo participamos de Seminários sobre a Pedra do Ingá, cursos de extensão em Agente Cultural que trabalhou com conceitos relevantes sobre Patrimônio Cultural, turismo e meio ambiente.

Em novembro de 2017 foi a primeira ida a campo, uma visita de reconhecimento do local, primeiro contato com algumas pessoas. Um momento importante para levar uma boa impressão aos moradores de Ingá. Nos dados levantados através das entrevistas semiestruturadas onde foi utilizado o gravador de voz do celular procurou-se captar as histórias de vida que se materializaram nos mitos, lendas e a percepção da população em relação ao turismo no município de Ingá. Foram feitas imagens dos entrevistados, do objeto de estudo e seu entorno e de alguns locais que poderão tornar-se atrativos turísticos e ecoturísticos da localidade.

Em janeiro de 2018 foi dada continuidade às entrevistas com a população que tinha uma participação na atividade turística e cultural de Ingá. Esses atores sociais também relataram as histórias que escutavam de seus familiares. Conhecemos o Memorial do Cuscuz, o Labirinto no Distrito de Chã dos Pereira e Pontina, a Associação dos Agricultores de Ingá onde conhecemos talvez a única árvore de ingazeiro, deparamo-nos com um rezador muito conhecido de Ingá que defende com todo afincio que os autores das inscrições da Pedra do Ingá foram os fenícios.

O presidente da Associação de turismo de Ingá Jackson teve um papel importante fazendo o contato entre a pesquisadora e a população, mostrando os possíveis locais que tem potencial turístico. Também tivemos a ajuda do condutor Carlos Pontes que nos acompanhou em várias entrevistas.

Os meses seguintes foram de entrevistas nas casas das pessoas, andando nas praças, ruas e em uma dessas visitas estando com o carro da Universidade cedido para as pesquisas de campo, fomos confundidos com um carro funerário? Um episódio esquisito. Bem, ao entrevistar personagem ilustre da cidade, uma senhora não sei por qual motivo pensou que o mesmo tinha partido, pensamos que se confundiu com o emblema da UFPB, achando que era alguma autoridade federal, será? Só sei que tive que parar a entrevista porque a pessoa não parava de chorar.

Durante as observações participantes chamaram-me até de carrapato pelo fato de voltar às Itacoatiaras várias vezes e explicar que fazia parte da pesquisa. Algumas pessoas compreensivelmente não entendiam que tinha que voltar diversas vezes ao local, que aquele movimento fazia parte da pesquisa.

A pedra do Ingá não é o único atrativo turístico, apesar de ser o mais divulgado e conhecido. Encontramos paisagens singulares desde o centro da cidade de Ingá com uma bela arquitetura e história do período áureo do algodão e a triste e cruel história da escravidão observada na Fazenda Senzala.

Em pesquisas anteriores, fazendo o levantamento dos sítios arqueológicos da Paraíba, consegui informações pela internet da trilha das Lages localizada no limite de Ingá com Itatuba. Nas Lages também existem figuras rupestres semelhantes às da Pedra do Ingá. No dia 18 de julho de 2018 fui em uma expedição conhecer essa localidade com o guia e pesquisador Dennis Mota um verdadeiro desbravador dos tesouros arqueológicos da Paraíba e toda região nordeste.

A nossa saída foi as 09:30 da Matriz Nossa Senhora da Conceição em Ingá e para minha surpresa o filho do nosso guia também nos acompanhou uma criança de apenas seis anos de idade. Para chegar às Lages tem dois caminhos um por Ingá que é mais distante e talvez mais complexo e o outro por Itatuba. Escolhemos o mais fácil, fomos de carro até o rio Carayré ou Surrão, deixamos o carro e seguimos a pé, em torno de 20 minutos cortando o caminho, a vegetação estava alta e não tínhamos levado um facão ou algo para abrir a trilha, mesmo assim, seguimos em frente, superando as pedras dentro do rio, para chegarmos numa das paisagens mais belas e intrigantes.

Poderia relatar cada detalhe desta pesquisa, mas é muita história para contar, vamos deixar para uma outra oportunidade quem sabe, o importante é que o leitor conheça um pouco da autora, das experiências, das dificuldades, das dúvidas e da alegria de conviver com a população de Ingá, ter o privilégio de escutar suas histórias, alguns entrevistados mostravam-se envergonhados, porém todos faziam o melhor que podiam e de uma certa forma tornei-me guardião de suas memórias compartilhadas.

O mestrado em Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA-UFPB me proporcionou realizar um dos meus maiores sonhos que era estudar a Pedra Ingá, de ter o contato com histórias de vida e de aventurar-me num universo de mistérios da Pedra Encantada.

INTRODUÇÃO

A atividade turística tem suscitado discussões sobre os impactos negativos causados ao ambiente natural, social e cultural onde o capital seleciona os lugares mais atrativos, oferecendo todas as oportunidades de exploração não apenas de mão-de-obra, mas também do território e dos recursos naturais neles existentes. Segundo Brasileiro (2012) o turismo sem planejamento e critérios de adequação pode tornar-se uma atividade nociva com o intuito de acumular capital mostrando descaso socioambiental.

A cidade de Ingá localizada no estado da Paraíba, região Nordeste do país é conhecida mundialmente pelas inscrições rupestres chamadas de Itacoatiaras ou mais popularmente Pedra do Ingá. Na epígrafe o poema adaptado de Carlos Drummond de Andrade diz que em “Ingá tem uma Pedra tem uma Pedra em Ingá” para demonstrar a relevância do monumento como principal atrativo turístico na localidade e que vem ao longo dos anos mantendo a cidade no mapa do turismo brasileiro e internacional (SANTOS, 2014; BRITO, 2017; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018).

A *priori* como é proposto no título da dissertação o turismo desenvolvido no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá será abordado primeiramente e, a partir dessa abordagem inicial, o ecoturismo será tratado como alternativa de conservação deste, buscando a interação do meio ambiente natural e cultural.

Portanto o ecoturismo será apresentado teoricamente como proposta em relação às Itacoatiaras partindo do tipo de atividade turística existente no local, visto que, o turismo pedagógico é o principal segmento praticado em relação ao sítio arqueológico e o ecoturismo é apenas uma atividade pontual realizado na Serra Velha que está inserida dentro do contexto histórico e cultural relacionado a Pedra do Ingá (SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Dentro dessa perspectiva de estudar teoricamente e conceitualmente o turismo e o ecoturismo como proposta de um segmento sustentável é importante explicitar que o turismo sustentável surge em contraposição ao turismo convencional excludente e predatório, por ser socialmente equitativo e integrador do meio ambiente natural e cultural. Neste sentido, Shussel (2012) acredita que o ecoturismo é um segmento que se enquadra na perspectiva do turismo sustentável que tem como preocupação as questões socioambientais e culturais.

O Ecoturismo surgiu no Brasil como uma proposta de conservação e contemplação da natureza. Inicialmente este segmento era conhecido como turismo ecológico e tinha um discurso voltado apenas à conservação e ou preservação do meio ambiente natural não dando tanta ênfase ao meio ambiente cultural. A publicação das Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo em 1994 pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério do Meio Ambiente passou a trabalhar com um conceito amplo de ecoturismo, integrando a natureza e a cultura como essenciais para o desenvolvimento dessa atividade em qualquer localidade.

Conforme visto o ecoturismo tem como proposta a conservação do patrimônio natural e cultural, uma postura que se compromete com as mudanças sociais (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012). No Brasil o ecoturismo é desenvolvido em algumas localidades que possuem sítios arqueológicos com intuito de, por um lado, manter e preservar o patrimônio cultural e, por outro lado, proporcionar emprego e renda às comunidades locais. A maior parte desses sítios estão localizados em Unidades de Conservação como o Parque Nacional Caverna do Peruaçu em Minas Gerais que possui em torno de 80 sítios arqueológicos e o Parque Nacional Serra da Capivara inscrito pela Unesco como Patrimônio da Humanidade e localizado no estado do Piauí (ICMBIO, 2017).

No caso do estado da Paraíba, verifica-se um consumo turístico mais voltado para as praias, restando à cultura local um espaço muito menor, além de que o turismo de massa ainda é predominante. Além disso, seja na sua capital, como também em todos os seus limites geográficos a Paraíba é palco das mais diferentes expressões culturais como a música, as danças, a literatura popular e a arte, e dentro desse contexto ainda conta com o Patrimônio Cultural representado pelas igrejas barrocas, casarios e sítios arqueológicos (CARDOSO, 2017).

Em relação aos monumentos arqueológicos do estado pode-se constatar que grande parte dos sítios arqueológicos ainda não foram catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou pelo Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e dessa forma não são conhecidos, não recebem a proteção necessária e nem ao menos tornam-se parte de um roteiro turístico (SANTOS, 2014).

O monumento pré-histórico conhecido como Itacoatiaras do Ingá onde o termo *Itacoatiaras* em tupi-guarani significa *pedra riscada* ou *pedra pintada* foi tombado em 1944 pela extinta Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com inscrições no Livro de Tombo de Belas Artes e no Livro de Tombo Histórico, tornando-se o primeiro monumento rupestre

protegido no Brasil. Atualmente o IPHAN, o INAPAS e outras instituições realizam estudos motivados pela promoção das Itacoatiaras do Ingá à lista indicativa de Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (MARTIN, 2005; LAGE et al, 2016; INAPAS, 2018).

As Itacoatiaras do Ingá são um enigma da humanidade segundo os historiadores, arqueólogos, antropólogos, biólogos, geógrafos e tantos outros pesquisadores. Existem hipóteses diversas sobre sua origem. Essas especulações sobre sua autoria falam desde os antepassados dos povos indígenas que viviam no agreste paraibano até seres extraterrestres. Segundo Martin (2005, p.141) “nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo o Brasil, atraiu tantas pessoas dispostas a opinar e decifrar como as Itacoatiaras”.

A Pedra do Ingá passou a ser importante para o município como principal atrativo turístico. O desenvolvimento do turismo na região tem gerado debates sobre os impactos positivos e negativos em relação à conservação do patrimônio cultural e natural. Alguns estudos realizados pelo IPHAN (2010; 2013a) apontam entre os fatores antrópicos o turismo como atividade que tem causado a degradação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá.

O monumento é continuamente apresentado em músicas, selos, gibis, cordéis, programas de televisão e documentários. Desse modo as Itacoatiaras vêm sendo tratada como um enigma da humanidade despertando a curiosidade sobre a origem e o significado das gravuras. O monumento parietal é tema de mitos e lendas locais, assim como, existem alguns personagens e lugares míticos como Sumé e o caminho de Peabiru relacionado ao sítio arqueológico (SANTANA, 2013; BRITO, 2017).

A exemplo de outros sítios arqueológicos no Brasil como o Parque Nacional Serra da Capivara o ecoturismo tem sido uma das atividades responsáveis pela manutenção e conservação desses locais. Da mesma forma o ecoturismo poderá ter um papel importante para a conservação das Itacoatiaras do Ingá, pois, uma das atividades apontadas como causa de impactos negativos nessas localidades é justamente o turismo convencional excludente. No entanto, também é importante ressaltar que nem sempre o ecoturismo tem sido praticado seguindo os princípios da sustentabilidade e planejamento tornando-se na prática um problema para determinadas regiões (MATHEUS; RAIMUNDO, 2017).

O turismo convencional excludente é conhecido como uma atividade massiva, que seleciona localidades e pessoas em detrimento da exclusão de locais que a princípio são menos

atrativos e onde parte da população não participa da atividade turística desenvolvida nas cidades (BRASILEIRO, 2012; CORIOLANO; SAMPAIO 2012).

Diante dessa problemática pergunta-se: o turismo desenvolvido no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá contribui para a conservação e ou preservação cultural e ambiental do patrimônio local? O ecoturismo pode tornar-se uma alternativa para o desenvolvimento e a conservação das Itacoatiaras do Ingá?

A problematização da atividade ecoturística como uma alternativa ao sítio arqueológico do Ingá suscita a discussão sobre inseparabilidade entre cultura e natureza, assim como, os conceitos de preservação e conservação. Neste estudo utilizou-se o termo conservação, no entanto, o termo preservação também estará presente quando for feita referência ao patrimônio cultural com o mesmo significado de conservação (DIEGUES, 2000; ROTHERHAM, 2015).

Tratando das questões ambientais na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do ecoturismo a pesquisa orientou-se por uma abordagem interdisciplinar na medida que articula conhecimentos da ecologia, da antropologia, da história, do turismo, da arqueologia e da educação.

O tema desenvolvido é relevante por analisar a atividade turística que vem sendo desenvolvido na localidade, visto que, se não for realizado um planejamento adequado, que incorpore os princípios da sustentabilidade pode gerar danos irreparáveis. A fragilidade dos ecossistemas naturais e dos monumentos arqueológicos requerem ações que evitem danos como alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico, nos recursos naturais florísticos e faunísticos e no próprio monumento (MTUR, 2010b).

Contudo o estudo do turismo praticado no sítio arqueológico traz a reflexão de que o ecoturismo pode ser pensando como uma alternativa para a conservação do patrimônio cultural e natural existente, capaz de trazer soluções para os impactos negativos decorrentes do turismo de massa, para desenvolver a economia local de forma sustentável e para promover a participação da comunidade.

As hipóteses levantadas foram os seguintes:

- a) O turismo desenvolvido na localidade é incapaz de contribuir com a conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá;
- b) Não existe um planejamento referente à estrutura física e à divulgação do sítio arqueológico;

- c) Os mitos e lendas referentes a Pedra do Ingá não são valorizados pela comunidade e nem apresentados aos turistas.
- d) O modelo de turismo adotado na região da “Pedra do Ingá” não inclui a população local porque a população não tem iniciativa e atrativos para participar.

O objetivo principal é analisar o modelo de turismo existente e propor o ecoturismo como alternativa de conservação do sítio arqueológico Itacoatiara do Ingá.

Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- Diagnosticar o modelo de turismo existente relacionando as condições de uso atual do Sítio arqueológico Itacoatiaras de Ingá.
- Verificar a percepção da comunidade em relação a atividade turística;
- Identificar os mitos e lendas referentes às Itacoatiaras do Ingá presentes na localidade e sua relação com o meio ambiente natural e cultural;
- Identificar o potencial e propor o ecoturismo na região da Pedra do Ingá recomendando também uma estratégia de educação ambiental e patrimonial.

A dissertação tem quatro capítulos além do memorial e a introdução. O memorial relata um pouco da trajetória acadêmica e as experiências verificadas durante a pesquisa pela autora. **O primeiro capítulo** trata dos caminhos metodológicos percorridos com a caracterização da área de estudo e os métodos e técnicas utilizados na pesquisa. **O segundo capítulo** constrói o marco teórico onde define e discute os conceitos centrais da pesquisa como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local (FURTADO, 1992; SEN, 2000; CHANG, 2004; SACHS, 2008; ABRAMOVAY, 2012), turismo e ecoturismo (PIRES, 1998; BRASILEIRO, 2012; CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, PINTO; IRVING, 2017), patrimônio cultural e natural e a dicotomia natureza e cultura (CHUVA, 2012; MENESES, 2017; ANDRADE et al, 2017).

O terceiro capítulo apresenta os resultados e discussões alcançados tratando sobre o diagnóstico do uso turístico atual do sítio arqueológico e a estrutura física do local identificando o potencial do sítio arqueológico para o ecoturismo como alternativa de conservação do monumento recomendando um trabalho de educação ambiental e patrimonial para a população e os turistas. Ainda será apresentado no **quarto capítulo** o encontro com o mito do Sumé, a universalidade dos mitos onde esse personagem se confunde com Quetzalcoatl, Viracocha, Zama ou mais conhecidos “deuses brancos” e o mais relevante que é a participação da população local se fazendo presente com suas histórias de vida e narrativas sobre a Pedra do

Ingá, o imaginário popular traz um ângulo da história que muitas vezes não conseguimos perceber através dos livros. Um mundo novo é colocado para o leitor que se debruçará num texto onde a ciência e o maravilhoso, ou ainda sobrenatural se inter cruzam dando voz a pessoas antes excluídas por um modelo de conhecimento elitista.

1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

1.1 Caracterização do objeto de estudo: sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Nos textos históricos existe o registro de que em 1840 o atual município de Ingá foi elevado à categoria de vila do Imperador e logo após em 1846 passou a chamar-se vila do Ingá até a emancipação política que ocorreu em 3 de novembro de 1904. O município é conhecido pelas suas inscrições rupestres chamadas Itacoatiaras ou Pedra do Ingá que tem sido o principal atrativo turístico do local (CAVALCANTE et al, 1993).

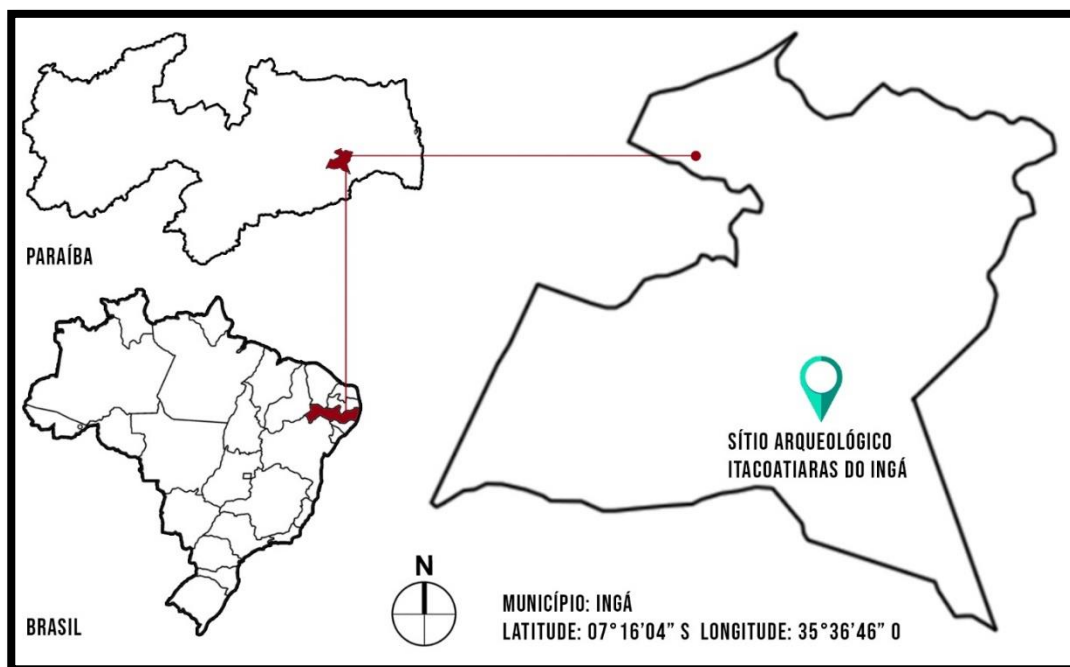
O sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá localiza-se na fazenda Pedra Lavrada na zona rural a uma distância de cinco quilômetros da zona urbana do município de Ingá que passou ao domínio do poder público a partir do seu tombamento no ano de 1944. O município de Ingá localiza-se na microrregião de Itabaiana e mesorregião agreste paraibano a 36 km de Campina Grande e 98 km da capital João Pessoa (Figura 1).

Atualmente limita-se com os municípios Serra Redonda e Juarez Távora ao norte; Fagundes e Itatuba ao sul; Mogeiro a Leste; Campina Grande e Riachão do Bacamarte a Oeste. Possui uma área de 288.000 km² e uma população de 8. 234 habitantes (IBGE, 2011; CÉZAR, 2013). O índice de desenvolvimento humano do município de Ingá é de 0,592 (PNUD, 2000).

Mascarenhas (et al, 2005, p.4) afirma que o município de Ingá está inserido:

Na unidade geoambiental da depressão sertaneja, que representa a paisagem típica do semiárido nordestino, caracterizada por “uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave, ondulado, cortado por vales estreitos, com vertentes dissecadas e elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão.

Figura 1: Localização do Município de Ingá



Fonte: Mapa elaborado por Diogo G. P. Batista, 2019

Considerado um ecótono onde a vegetação apresenta algumas espécies da mata atlântica e caatinga hiperxerófila com fragmentos de floresta caducifólia e clima tropical semiárido, com chuvas de verão. São encontradas espécies como o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), marmeleiro (*Cydonia oblonga*), barriguda (*Cavanillesia arbórea*), mulungu (*Erythrina verna*), mandacaru (*Cereus jamacaru*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) entre outros (MASCARENHAS et al, 2005).

As inscrições parietais do Ingá estão localizados num afloramento rochoso do tipo gnaisses as margens do rio Ingá que é tributário da Bacia do Rio Paraíba¹ e é temporário. Durante o período de abril a agosto pode-se observar as águas do rio correrem entre as rochas que desaparecem em meio a vegetação. Quando passa esse período iniciam as estiagens e os locais

¹ A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, com uma área de 20.071,83 km², compreendida entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15" Oeste de Greenwich, é a segunda maior do Estado da Paraíba, pois abrange 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes que correspondem a 52% da sua população total. Considerada uma das mais importantes do semiárido nordestino, ela é composta pela sub-bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba, Médio Curso do rio Paraíba e Baixo Curso do rio Paraíba. Além da grande densidade demográfica, na bacia estão incluídas as cidades de João Pessoa, capital do Estado e Campina Grande, seu segundo maior centro urbano (AESAs <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/rio-paraiba>).

antes inacessíveis voltam a ser caminhos formados por rochas que podem ser visitados pelos moradores e turistas.

Em relação ao nome do município, acredita-se que é por causa da árvore de ingazeiro² onde os tropeiros ficavam abrigados durante as suas viagens. O historiador Alexandre Ferreira no seu livro “Ingá: Retalhos da História... Resquícios de memórias” seguindo o raciocínio de Coriolano de Medeiros (2016) apresenta-nos outra hipótese a respeito do nome da cidade afirmando que é devido ao fato de que no inverno a cidade fica alagada, podendo ser observadas enchentes no centro comercial. Assim, segundo essa hipótese, Ingá³ significaria “cheio d’água”, mas não por causa da árvore do Ingá.

Na primeira metade do século XIX o município de Ingá vivia seu período áureo com a cultura do algodão conhecido como o “ouro branco”. A cidade era reconhecida como a maior produtora do agreste e a segunda maior do Estado da Paraíba. Na década de 1950 o período pujante da produção de algodão de Ingá chega ao fim e a empresa inglesa Anderson Clayton deixa o município (CAVALCANTI et al, 1993; FERREIRA, 2017).

Atualmente a economia do município é representada pela agricultura familiar, o comércio e serviço público, sendo o turismo uma atividade promissora que pode gerar emprego, renda e qualidade de vida para a população ingaense (FERREIRA, 2017).

O monumento rupestre, cuja inscrições datam aproximadamente 6000 AP⁴ (antes do presente) está inserido numa área de 41,25 hectares (PROUS, 1992; MARTIN, 2005; SANTOS, 2014; BRITO, 2017). As inscrições são produzidas em baixo-relevo ao longo de um paredão de 46 metros de comprimento por 3,8 de altura e ocupam 15 m de extensão por 2,3 metros de altura e são gravadas em sulcos largos, profundos e bem polidos. Pode-se dividi-lo em três painéis como o painel vertical com as inscrições mais conhecidas e estudadas, o painel inferior que está sobre o piso do lajedo em frente ao painel vertical e o painel superior, localizado acima do

² Ingá (*inga vera*) O ingá é uma árvore comumente encontrada em baixios e margens de rios. É considerada uma planta protetora de nascentes de água e comum nas matas ciliares. Uma ótima árvore de sombra e pode ser usada para reflorestamento. Seu nome é de origem indígena e significa empapado ou ensopado, devido ao aspecto de suas sementes, que são envolvidas por uma polpa branca, levemente doce. O fruto é comestível e muito apreciado pela população. Muitas famílias agricultoras levam o fruto para vender nas feiras. <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Carilha-Plantar-%C3%A1rvores-para-colher-o-futuro.pdf>

³ A palavra Ingá em tupi significa cheio d’água.

⁴ Essa datação das Itacoatiaras do Ingá é defendida pelos arqueólogos e historiadores a partir da comparação com outros sítios arqueológicos de mesma tradição localizado na região onde foi possível datar. As Itacoatiaras do Ingá por localizar-se as margens do rio tiveram seu solo removido, assim como, materiais líticos existentes no local, tornando-se quase impossível uma data precisa para o monumento (MARTIN, 2005; BRITO, 2017).

painel vertical possuindo inscrições menos profundas e mais simples (MARTIN, 2005). (Figura 2)

Figura 2: Painel Vertical, superior e inferior



Fonte: autora/2018

Gabriela Martin (2005) acredita que existe uma grande tradição no Nordeste que é a *Itacoatiara* e ainda a sub-tradição Ingá. A sub-tradição Ingá seria mais uma classificação pensando na singularidade da Pedra do Ingá com gravuras com formas curvas e complexas, pequenas formas circulares, além da técnica de raspado e polido em sua elaboração. Assim outros sítios arqueológicos que contenham características próximas as Itacoatiaras do Ingá poderiam ser classificados nesta sub-tradição.

Saindo da caracterização morfológica do monumento arqueológico fazem parte do equipamento turístico o Museu de História Natural criado em 1996 pela historiadora e paleontóloga Mali Trevas. No acervo encontram-se fósseis de animais extintos a mais de 10 mil anos, alguns pertencentes à megafauna pleistocênica como a preguiça gigante (*Eremotherium*) e tatu gigante (*Propraoupos ou Eutatus*)⁵.

⁵Os fósseis analisados pelos pesquisadores do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba (LABAP/UEPB) puderam traçar um perfil paleoambiental da região durante o pleistoceno final, percebe-se que a área acaatingada de hoje anteriormente há 10 mil anos era constituída por mais gramíneas e vegetação mais arboríferas e isso se explica porque os animais encontrados viviam em áreas onde a alimentação fosse mais farta e não tão rara como o atual semiárido (SANTOS, 2014).

Com a criação do Parque estadual arqueológico Itacoatiaras do Ingá propriedades do entorno foram desapropriadas aumentando a área do sítio arqueológico, no entanto o conjunto rochoso que compreende o monumento possui 576 m², sendo uma propriedade pública protegida pela união, estado e município (IPHAN, 2013a).

Além do monumento tem o prédio de apoio que compreende o salão de artesanato onde ficam expostos o labirinto produzido pelas labirinteiras dos distritos de Chã dos Pereiras e Pontina, o croché, as bonecas de pano, uma variedade de suvenires com o tema das Itacoatiaras e a cafeteria.

Em anexo tem a casa do vigia com mais uma loja com artesanatos e livros sobre o monumento. O local reúne aspectos culturais, paisagísticos, ecológicos e educativos fruto das representações simbólicas daqueles que fizeram as inscrições da Pedra do Ingá.

1.2 Métodos e Técnicas

A pesquisa em geral seguiu uma abordagem qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2000; SHAH; CORLEY, 2006; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011), com uso complementar de dados quantitativos secundários que foram utilizados na compreensão do problema. Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa foram divididos em etapas. Na primeira etapa realizou-se a pesquisa e revisão bibliográfica de caráter exploratório em artigos científicos, livros, teses, relatórios, pesquisa na internet utilizando documentos e revistas especializadas.

Essa etapa do trabalho buscou levantar a produção sobre o tema, explicitar seus conceitos principais e eventuais debates que se constituem em torno dele. Na segunda etapa da pesquisa também foi realizado levantamento de documentos em forma de dados secundários, referentes às condições socioeconômicas da população regional, ao patrimônio ambiental e cultural da região.

Esses dados quantitativos foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Algumas fontes bibliográficas e documentais também foram coletadas nos órgãos públicos enumerados a seguir:

1. Superintendência de Planejamento do Estado da Paraíba (SUPLAN): informações e projeto do Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras do Ingá.
2. Superintendência do IPHAN- Paraíba: Relatórios de Atividades referentes ao estudo do estado de conservação das Itacoatiaras, documentos sobre a história, tombamentos, dissertações desenvolvidas dentro da instituição e todos os materiais disponíveis.
3. Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP): documentos históricos e informações atuais sobre o Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras do Ingá.
4. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB): livros, reportagens na Revista do Instituto e outros documentos sobre a Pedra do Ingá.
5. Prefeitura Municipal de Ingá: documentos e informações complementares sobre a pedra.
6. Secretaria de Turismo do Estado da Paraíba: consulta aos arquivos, entrevistas referentes aos projetos e a criação do Parque arqueológico.

Os livros, relatórios e documentos adquiridos e analisados através dessas visitas, foram complementados pelos materiais do arquivo pessoal da pesquisadora. Também é muito vasto o volume de informações sobre a Pedra do Ingá na internet, como os blogs “Arqueologia da Paraíba”, “O Ingaense” e o blog do secretário de turismo de Ingá Vavá da Luz mostrando o monumento arqueológico.

Contamos ainda com informações preliminares de outros blogs e sites de turismo, história, cultura e ufologia. As idas às bibliotecas da UFPB, aos sebos de João Pessoa e sebos virtuais onde foram encontradas obras científicas e pseudocientíficas raras sobre a Pedra do Ingá foram importantes na construção do capítulo sobre mitos e lendas. Ao longo dessa busca por matérias sobre a Pedra do Ingá deparamo-nos com jornais e relatórios técnicos do IPHAN.

Os primeiros contatos de campo com informantes como guias, gestores, especialistas, moradores e turistas permitiram traçar um primeiro perfil do nosso problema. A participação em eventos ligados ao monumento arqueológico e as conversas com outros pesquisadores também trouxeram algumas noções sobre as hipóteses levantadas sobre o petróglifo.

Com essas primeiras informações iniciamos a elaboração dos roteiros de entrevistas semiestruturadas e questionários. Todas as partes elencadas mesmo seguindo uma organização, em alguns momentos precisaram de ajustes devido a necessidade de rever as fontes. Com essa estratégia pretendeu-se captar as impressões e significados que o conjunto de atores sociais envolvidos com o objeto de estudo tem sobre ele.

Conforme Demo (1995) e Minayo (1996) a entrevista semiestruturada é uma atividade científica que aproxima o pesquisador da realidade estudada combinando os fatos ocorridos no cotidiano com a teoria existente sobre o tema. Richardson (1999, p. 160) acredita que a entrevista “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”. É um modo de comunicação no qual determinada como a informação é transmitida.

Os questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com a população do município de Ingá por exemplo, levantaram questões como: Que valores atribuem ao sítio arqueológico em questão? Como se relacionam com ele? O que ele significa em suas vidas? E mais: o que pensam de seu estado de uso e conservação?

As entrevistas com os gestores foram colocadas questões sobre a relevância do turismo para a cidade de Ingá, as Itacoatiaras como principal atrativo, com os especialistas foram levantadas informações sobre as hipóteses e estado de conservação do monumento, com os guias e condutores o trabalho que é realizado para recepção dos turistas, os segmentos turísticos existentes na localidade e com os turistas as sensações, perspectivas e o que buscam ao escolher a Pedra como destino turístico.

Através da técnica de observação sistemática houve a interação com o contexto estudado e com os atores sociais, estabelecendo uma relação com pessoas ou grupos nas visitas de campo e na coleta de imagens significativas da região pesquisada (OLIVEIRA, 2005). Na pesquisa de campo foram levantados os atrativos turísticos que formam todo complexo, os potenciais ainda inexplorados, os impactos negativos resultantes da atividade turística sem planejamento, o significa e imagem que o ingaense tem sobre o turismo e o sobre a Pedra do Ingá. A visita de campo foi complementada com as entrevistas semiestruturadas e questionários com um conjunto de atores sociais (HOUTART, 1994).

Os atores sociais escolhidos foram: gestores públicos, população local, guias, condutores turísticos, turistas, especialistas e estudiosos do tema e entidades da sociedade civil. A etapa das entrevistas com a população inicia com os atores envolvidos com a atividade turística e com alguma atividade cultural como o Labirinto e a gastronomia nordestina representada pelo cuscuz cabeça amarrada encontrado no Memorial do Cuscuz, foram 25 entrevistados seguindo uma ordem decrescente em relação a idade, pois procurou-se as histórias sobre a pedra do Ingá com os moradores mais antigos que poderiam trazer esses relatos de

infância, narrados pelos seus familiares como pais, avôs, bisavôs entre outros e seguimos com os mais jovens maiores de 18 anos.

Foram realizadas ainda duas entrevistas com os gestores, 3 com condutores e guias, 3 especialistas composto por historiadores, arqueólogos e pesquisadores que trabalham atualmente com a Pedra do Ingá e 20 questionários com os turistas.

Com essa estratégia pretendeu-se compor uma rede plural de dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, teóricos e empíricos, capaz de verificar as hipóteses de pesquisa, cruzar dados de diferentes fontes e atores sociais, atribuir maior consistência aos relatos coletados e fundamentar o processo de análise e interpretação final dos dados da pesquisa.

A identificação e análise dos mitos e lendas foram realizadas através de fontes bibliográficas embasadas em teóricos como Cascudo (1976), Eliade (1992), Vernant (1992), Campbell (1999). Com as visitas de campo, a observação sistemática, as entrevistas, as conversas informais resultaram em relatos e impressões dos moradores sobre o sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá, os mitos e lendas. Esses relatos podem aproximar a população do monumento arqueológico, assim como, da atividade turística e ecoturística.

Ao propor um planejamento em relação à atividade ecoturística buscando inserir a população local através da educação ambiental e patrimonial pretender-se-á contribuir com a gestão participativa e a criação de uma cartilha que tratará simultaneamente da valorização da cultura, da natureza e da necessidade de preservá-las.

Esta prática metodológica preza pela integração dos modelos de explicação (*Erklaren*) e compreensão (*Verstehen*) “devido à necessidade de um pluralismo metodológico que encontre no interior de cada trajetória as garantias da própria cientificidade e, de outro, na necessidade de levar em conta os aspectos subjetivos” (FILORAMO; PRANDI, 1991, p 11).

Todo o material colhido foi revisado e analisado cuidadosamente buscando trazer de forma interdisciplinar o tema proposto nesta pesquisa. Os dados foram analisados através do método de análise de conteúdo de Bardin seguindo todas as fases. A análise de conteúdo é uma técnica com múltiplas aplicações, muito utilizada nas pesquisas qualitativas com enfoque sistêmico.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42)

Os procedimentos seguidos na análise de conteúdo iniciam-se com a *pré-análise* fazendo uma leitura inicial dos dados empíricos e observados coletados que serão analisados com ajuda da teoria. O autor a princípio deixa-se impressionar com os conteúdos sem preocupar-se com uma análise mais profunda e crítica, é apenas um contato superficial. Essa parte é justamente o momento que se analisa os dados obtidos através das entrevistas e questionários em conjunto com a pesquisa de campo utilizando a observação sistemática (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2007).

Na observação sistemática o pesquisador vai a campo com algumas questões planejadas para observar o objeto e tem a oportunidade de aproximar-se do fenômeno observado com o objetivo de levantar informações com os atores sociais. Chizzotti (2003, p.53) defende que a observação sistemática “consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos”.

Após as coletas dos dados e transcrição passa-se a fase da *leitura flutuante* colhendo as primeiras impressões que emergem desse corpus. O próximo passo é a codificação e caracterização com uma leitura mais aprofundada identificando as palavras recorrentes, as unidades de sentido dentro de um contexto que permite a construção de categorias temáticas orientadas pelos objetivos, hipóteses e referencial teórico com o objetivo de articulá-los com os dados empíricos e factuais (BARDIN, 1977; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

No caso considerado, a atenção se dirige aos sinais e evidências capazes de responder aos desafios da sustentabilidade do turismo, tanto do ponto de vista natural quanto cultural; à qualidade do ecoturismo praticado no município; os significados das Itacoatiaras para a sociedade e a cultura local, sua importância na história e memória regional e às possibilidades de promover o turismo local com preservação ambiental, inclusão e participação social. Pelas categorias observa-se que algumas narrativas se repetem, nessa parte já estamos fazendo o tratamento desses dados categorizados como os textos, com a observação sistemática, com todas as experiências vividas durante a pesquisa.

Finaliza-se com o tratamento, inferência e interpretação dos dados fazendo o cruzamento com o referencial teórico e a observação sistemática. Assim o texto tomou forma elucidando as hipóteses levantadas nesta pesquisa, trouxe também questionamentos sobre a atividade turística desenvolvida na localidade, assim como, propostas visando a melhoria da estrutura e conservação do meio ambiente natural e cultural.

Quadro 1: Procedimentos para Análise de Conteúdo de Bardin (apenas algumas hipóteses e objetivos foram utilizados como exemplo)

PRÉ- ANÁLISE		<ul style="list-style-type: none"> • Dados coletados nas entrevistas e questionários • Dados de campo • Familiarização com o corpus dos dados percebendo as repetições, as questões e significados recorrentes. • Procura-se ainda que sem rigor perceber tendências, ênfases, recorrências que resultarão em unidades de registro e de sentido e daí se transformam em categorias
CODIFICAÇÃO CARACTERIZAÇÃO	E	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura Flutuante • Identificação de unidades de registro por temas • Criação das categorias temáticas: Importância do Turismo, Sentimento de pertencimento, Mitos e Lendas e Participação e percepção da população
TRATAMENTO, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.		<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação dos dados: recorrência de uma mesma narrativa, dados coletados e referencial teórico.

Fonte: Adaptação do método análise de conteúdo de Bardin (1977) realizado pela autora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Desenvolvimento no contexto global e local

Para entender todo o processo que envolve o turismo e o ecoturismo é necessário trabalhar alguns conceitos e relações entre o desenvolvimento sustentável, o turismo e o patrimônio cultural mesmo que seja um epítome de um tema amplo, mas necessário para o entendimento das relações sociais materializadas na atividade turística realizada no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá.

O meio ambiente natural tem passado por diversas transformações, assim como, o ambiente cultural. Os seres humanos sempre tiveram uma relação próxima com a natureza, de dependência e até certo momento harmônica. Pesquisas recentes mostram que o mito da natureza intocada não tem se sustentado, visto que, vem sendo modificada por grupos humanos ao longo dos séculos, citando como exemplo, o caso da floresta amazônica onde hipóteses afirmam que foi modificada de forma sustentável por povos que habitaram a região anterior aos atuais indígenas (DIEGUES, 2000; LEVIS et al, 2017), ou seja, o que conhecemos de certos ambientes naturais as pesquisas mostram que vem sendo modificado por nossos antepassados.

No passado certos ambientes foram sendo modificados pela ação humana primeiramente como forma de subsistência e o que se percebe na sociedade atual é a natureza como fonte de recursos para gerar riquezas num modelo de desenvolvimento econômico hegemônico. Esta situação tem gerado preocupação na sociedade, pois, acreditava-se que os recursos naturais poderiam ser utilizados indiscriminadamente e isso não tem se confirmado. O quadro apresentado é de degradação do meio ambiente ficando cada vez mais difícil a nossa sobrevivência no planeta chamado Terra (DIEGUES, 2000; ROTHERHAM, 2015).

Surge daí a importância de pensar em uma forma menos destrutiva de relação dos seres humanos com a natureza. Devido a essa crise ambiental, várias questões são levantadas em relação ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países, pois, a urgência por soluções dos problemas ambientais exige uma postura sustentável.

O relatório “O Nosso Futuro Comum” publicado pela Comissão Brundtland⁶ que consagrou a ideia de *Desenvolvimento sustentável* de atender as necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações, ao longo dos anos tem sido questionado sobre a eficácia dessa proposta. É preciso pensar a sustentabilidade não apenas como conservação da natureza, mas geração de riqueza baseado nos saberes-fazeres locais, mantendo os modos de vida existentes (CARMAN, 2016).

Diante de tal problemática humana, como as crises energética, hídrica, desmatamento, poluição, perda da biodiversidade, destruição do solo, o uso abusivo de agrotóxicos, a violência, as doenças consideradas do século XX como depressão e ansiedade, nos fazem refletir o quanto um modelo econômico e político é indiscutivelmente fator decisivo para o bem-estar ou destruição da sociedade (LIMA, 2017).

A hipótese do “Antropoceno”, defendida por Paul Crutzen (2002), enfatiza as transformações geológicas e ecológicas produzidas pelos humanos, marcada pela “grande aceleração” onde o tempo é otimizado e os avanços tecnológicos incentivam o consumismo (PÁDUA, 2015). Dessa forma a grande aceleração cria uma busca desenfreada por recursos naturais que se tornam cada vez mais ameaçados e incapazes de satisfazer os desejos materiais dos seres humanos (LIMA, 2017).

O termo desenvolvimento vem sendo colocado em debate devido às promessas não cumpridas de igualdade, prosperidade, superação da fome, da pobreza, de democracia e emancipação do gênero humano. Os países em desenvolvimento como o Brasil têm buscado o sonhado crescimento socioeconômico alcançado pelos norte-americanos ou pelos países europeus como se a receita fosse imitar a trajetórias dessas economias. De acordo com Dupas (2006, p.11) o “progresso perseguido e idolatrado pelo ocidente, traz consigo também a exclusão, a concentração de renda e o subdesenvolvimento”.

O desenvolvimento tem que ser olhado como um processo multidimensional e não apenas como progresso econômico e tecnológico deixando à parte o bem-estar social, a participação democrática e a conservação da base de recursos naturais. Nesse contexto novos paradigmas se abrem para discutir as configurações da sociedade atual (SEN, 2000).

⁶ Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>

Sachs (2008) acredita que o desenvolvimento sustentável é aquele que proporciona o desenvolvimento da boa sociedade, com trabalho decente, onde todos possam desenvolver suas potencialidades, talentos e alcançar a autorrealização. Para o autor a sustentabilidade é sinônimo de desenvolvimento incluyente e ainda aponta a educação como um despertar cultural, político, ambiental e social.

Amartya Sen (2000) apresenta o conceito de desenvolvimento como liberdade, onde o bem-estar das pessoas não pode ser determinado pelas riquezas materiais, afirmando que o importante é o “reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força de influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual” (SEN, 2000, p.10). Sen (2000) ainda defende para a sociedade possibilidades de viver com qualidade e não presa a um modelo de vida que tem nos tornados reféns do capitalismo. Mostra que o importante é a vida humana e não os índices do PIB (produto interno bruto) e crescimento da riqueza.

Em 2008 o PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente propôs uma transição para uma “Economia Verde”. No ano de 2011 através do Relatório “Rumo a uma Economia Verde: caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza” coloca o conceito de Economia Verde como aquela que “resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 2).

A proposta da economia verde pode ser resumida em três estratégias principais como “redução de carbono, maior eficiência energética e conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos” (LIMA, 2017, p.12). As estratégias dessa economia seriam perfeitas se fossem seguidas pelos países desenvolvidos da mesma forma que pelos países em desenvolvimento cuja economia está em crescimento. É muito favorável para os Estados Unidos, por exemplo, impor regras depois que se alcançou um patamar de desenvolvimento, onde utilizou de forma indiscriminada o meio ambiente e recursos para além de suas fronteiras (ABRAMOVAY, 2012).

Chang (2004) acredita que os países desenvolvidos estão “chutando a escada” que os levaram ao que são atualmente para impedir que os países em desenvolvimento consigam o tão sonhado progresso econômico e tecnológico. As medidas que países como os Estados Unidos listam como receita para o crescimento econômico não foi a mesma seguida por eles no

passado⁷. Dessa forma todas as medidas utilizadas pelos países ricos estão sendo camufladas com o intuito de dominação das economias em desenvolvimento. É importante lembrar que esse modelo hegemônico está atrelado ao crescimento econômico deixando à parte outras dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas indispensáveis ao desenvolvimento.

Celso Furtado (1982) afirmava que nós brasileiros somos passageiros de segunda classe na geopolítica mundial e por mais que busquemos por esse desenvolvimento realizado pelos países centrais, a nossa realidade é bem diferente não sendo possível seguir o mesmo caminho trilhado pelos países considerados ricos. Para Furtado, o principal aspecto do desenvolvimento seria a homogeneização social que para o economista começa com a eliminação da pobreza e a universalização da educação.

Do ponto de vista econômico e político global países da América Latina e em especial o Brasil ainda são considerados periféricos. Da mesma forma algumas regiões brasileiras como o Nordeste ainda são consideradas “periferia” do Brasil. As políticas públicas de outrora como no governo de Juscelino Kubitschek com a Sudene e as do governo Lula tornaram-se inexistentes na atualidade em relação ao desenvolvimento regional (PRADO JUNIOR, 2006; FAGNANI, 2011). A continuidade dessas políticas junto com a dinâmica das sociedades civis poderia evitar uma “economia de arquipélago”⁸ que cria distancias entre as cidades-regiões mais desenvolvidas em relação as localidades excluídas (FURTADO, 1992; LINS, 2001).

O cenário atual tem demonstrado que o desenvolvimento dos países do centro dependeu do acúmulo e da transferência de capital da periferia ao centro desde o período colonial. Os periféricos já não têm a quem explorar como foi feito antes e como superar a dependência econômica e tecnológica a que estão submetidos. Precisam, portanto, construir novas estratégias de universalização da educação e de geração interna de tecnologia com elevação de produtividade (CHANG, 2004; FAGNANI, 2011).

A história mostra que seguir os mesmos caminhos dos países desenvolvidos ou seguir o que propõem não tem dado muito resultado. Como, então, seguir um modelo externo tendo em vista que somos culturalmente, socialmente e politicamente diferentes? Era o que Furtado (1992) defendia quando afirmava que o Brasil precisava valorizar sua cultura, suas

⁷ Chang (2004) se refere a medidas de políticas protecionistas da indústria, comércio e tecnologia nascente e de intervenção dos governos nesse sentido. Já os países desenvolvidos pregam abertura econômica e estado mínimo para os outros.

⁸ Segundo Lins (2001) a economia de arquipélago é termo plasmado por Veltz (1996) onde as cidades-regiões mais desenvolvidas e reconhecidas pelo sistema internacional vem crescentemente distanciando-se das zonas consideradas excluídas.

potencialidades, a criatividade de seu povo, sua diversidade e não tentar imitar um modelo de desenvolvimento exógeno.

Da mesma forma é importante inserir essa nova perspectiva de sustentabilidade em relação ao desenvolvimento visando não apenas a dimensão econômica, política, ambiental, social, mas dando espaço à cultura. Furtado (1992) acreditava que o grande diferencial de um país para alcançar o desenvolvimento seria a sua cultura. O maior erro seria procurar soluções na realidade de países considerados desenvolvidos, afirmando que vivíamos um mimetismo cultural esterilizante, vejamos:

Essa mudança de rumo que nos concerne, exige que abandonemos muitas ilusões e exorcizemos velhos fantasmas de uma modernidade que nos condena ao mimetismo cultural esterilizante, devemos assumir nossa situação histórica e abrir o caminho para o futuro a partir do conhecimento da nossa realidade, a primeira condição para libertar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir aqueles que se intitulam autodesenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto (FURTADO, 1992, p. 79).

Partindo das questões do desenvolvimento sustentável global para o regional tratando o problema da coesão sociocultural e espacial na escala de país e regiões entendemos que algumas regiões brasileiras como por exemplo, o sudeste historicamente tem sido o centro das decisões de políticas públicas destacando-se também pela industrialização e crescimento econômico. São consideradas áreas mais desenvolvidas apresentando melhores infraestrutura e serviços atraindo maior parte dos investimentos em relação as regiões consideradas mais pobres do Brasil⁹(LINS, 2001).

Desse modo a busca por soluções para o crescimento econômico pensando no regional e local precisam ter propostas que visem a conservação do meio ambiente natural, cultural e prime pelo bem-estar das comunidades. Na atualidade as regiões e municípios têm buscado uma gestão compartilhada de algumas atividades como o turismo onde as especificidades de cada lugar e a criatividade da população vem sendo o diferencial numa política ainda persistente de desigualdades regionais (BRASILEIRO, 2012; CORIOLANO; SAMPAIO, 2012).

Zaoual (2003) em sua teoria dos sítios simbólicos de pertencimento traz questões importantes para pensar o desenvolvimento local que evocam a necessidade humana de inserção em locais ou grupos de pertencimento. Refere-se aos sítios simbólicos que são “singulares, plurais, dinâmicos, flexíveis, complexos e abertos” (ZAOUAL, 2003, p. 21). O sítio simbólico

⁹ Dados do IBGE (2017) apontam que as regiões Norte e Nordeste são as mais pobres do Brasil.

não é só o local físico onde se desenvolve uma atividade econômica, não é pensado apenas em rentabilidade, mas em primeiro lugar o protagonismo das comunidades, o sentimento de pertença, a preocupação com o espaço que se vive.

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento traz reflexões importantes nos estudos sobre o turismo praticado no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá e na proposta de ecoturismo como um segmento que traz soluções conservacionistas para a localidade. Confirma, portanto, a relevância do desenvolvimento local, a valorização dos saberes e fazeres comunitários e a inserção da população relacionando-a ao monumento arqueológico como local de pertencimento (ZAOUAL, 2003; MANZATO; FUNARI, 2011).

As ideias abordadas por (FURTADO, 1992; CHANG, 2004; SPIVAK 2010) convergem em relação a teoria dos sítios simbólicos mostrando a atividade ecoturística como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável local que demanda respeito à população, à natureza e à cultura. A proposta de atividade ecoturística precisa enquadrar-se numa dinâmica que foge as ideias propagadas pelos países centrais, que dê oportunidades para parte da população que não participa deste processo evitando o mimetismo cultural e a destruição do meio ambiente.

Conforme visto os novos paradigmas do desenvolvimento possibilitarão a análise do turismo e em especial do ecoturismo como alternativa de uma atividade econômica e conservacionista para sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá que será melhor esmiuçado nos capítulos seguintes.

2.2. O turismo e o ecoturismo como instrumentos de conservação ambiental e cultural

O turismo é a atividade terciária que mais cresce no Brasil, só em 2017 movimentou cerca de US\$ 163 bilhões equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC)¹⁰. A Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994, p. 1) conceitua turismo como:

Conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano com fins de lazer ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado.

A OMT tenta promover a atividade turística visando alcançar metas da agenda global de desenvolvimento sustentável. A atividade turística é uma importante aliada na busca pelos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)¹¹ propostos durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, contando com uma rede multidisciplinar (Figura 3).

O ministério do Turismo do Brasil seguindo o direcionamento da OMT, tem desenvolvido uma estratégia de expansão do turismo no país com o Programa de Regionalização do Turismo, uma política focada no desenvolvimento regional dando maior protagonismo às entidades da federação (MTUR, 2018). Os municípios formam consórcios e apoiam-se, criando fóruns que procuram trabalhar o potencial de cada lugar, os segmentos turísticos que podem ser desenvolvidos, todos com o único objetivo de superar as dificuldades enfrentadas durante séculos por políticas coronelistas, uma prática sociopolítica do período da República Velha (1889-1930) que ainda vem sendo perpetuada em todo o Brasil.

¹⁰ Ver <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11334-parab%C3%A9ns,-turismo-brasileiro.html>

¹¹ Com intuito de promover o diálogo entre vários setores responsáveis pelo turismo, foi criada uma plataforma Tourism4SDGs.org como um espaço de co-criação.

Figura 3: Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <http://tourism4sdgs.org>

As propostas visando alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável levantaram questões importantes sobre o planejamento e execução da atividade turística. Se a proposta para o desenvolvimento é a prática do turismo sustentável, vale trazer para a discussão o turismo de massa representado em sua maior parte pelo segmento “sol e mar” sua hegemonia no mercado turístico brasileiro e seu papel como um dos grandes vilões do meio ambiente natural e cultural (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012; BRAGA; SELVA, 2016).

A atividade turística convencional tem seguido a proposta do capital hegemônico, onde as localidades não passam de meros atrativos que geram riquezas para uma parcela da sociedade. Dá-se nesse processo uma privatização de recursos públicos gerando prejuízos a população local, visto que, a padronização seria mais rentável do que a heterogeneidade do atrativo turístico. Braga e Selva (2016, p. 41) acreditam que:

O turismo de massa, globalizado e convencional é voltado à acumulação de capital, com uso intensivo dos recursos naturais e recebe os maiores investimentos de recursos financeiros e foco das políticas públicas, comumente ocasionando processos de exclusão social de populações da região.

Souza (2004), Braga e Selva (2016) refletindo sobre o turismo convencional em países periféricos, identificam uma naturalização da desigualdade social que se manifesta, entre outros efeitos, na criação de “subcidadãos”. Um exemplo dessa dinâmica social são donos de hotéis de luxo, bares, restaurantes e empresas de turismo que se beneficiam da atividade turística

deixando de fora o pequeno comerciante, a população e principalmente o cuidado com a conservação da natureza e cultura dos lugares.

A mentalidade dos gestores e dos envolvidos no turismo nas cidades interioranas é de que para oferecer um produto ao turista tem que seguir um padrão de qualidade. Esse padrão seria reproduzir por exemplo, lanchonetes da linha McDonald's ou Bob's e restaurantes com comidas típicas de outros países. O turismo que segue o paradigma dominante de desenvolvimento desvaloriza o que as cidades têm de melhor, suas especificidades, sua história, suas expressões culturais como a dança, música, comida, artes e o seu povo (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012).

Seguindo a dinâmica global de desenvolvimento tem-se o turismo como atividade que gera lucro mesmo produzindo impactos negativos para a natureza e para a população envolvida. É mais lucrativo vender áreas verdes, incluindo locais que possuem sítios arqueológicos para construção de resorts do que conservá-las. A população com seus saberes e fazeres se tornam invisíveis em detrimento de culturas estrangeiras (MANZATO; FUNARI, 2011; BRASILEIRO, 2012).

A crise ambiental tem levado a sociedade a buscar outras saídas, entre as quais a proposta do desenvolvimento sustentável e dentro dessa perspectiva tem-se o turismo sustentável. A Organização Mundial de Turismo define o conceito de turismo sustentável como aquele “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano” (BRASIL, 2007, p.25).

Irving et al (2016) defende o turismo como uma atividade que possibilita movimento, que pode religar as pessoas à natureza e à cultura, vejamos a seguir:

Pelas perspectivas teóricas abordadas, o turismo como fenômeno contemporâneo se expressa como movimento, como estranhamento, como tradução de sonhos e imaginários, mas também como via potencial para o “religare” com a própria natureza diante do reconhecimento da diversidade humana e da real possibilidade do “encontro” na diferença, pela via da alteridade (IRVING et al, 2016, p. 17).

Buscando essa proposta de uma atividade sustentável, vários segmentos turísticos procuram seguir os princípios da sustentabilidade, como é o caso do ecoturismo, visto que, o Brasil é um país com uma grande biodiversidade, paisagens diferenciadas em conjunto com sítios arqueológicos o que torna o destino ecoturístico uma preferência para aqueles que procuram uma experiência única (BRASIL, 2008; PINTO; IRVING, 2017).

Nesta dinâmica de pensar uma atividade ecoturística em um ambiente natural e cultural, Andrade, Gonçalves e Lima (2017) afirmam que o desenvolvimento das sociedades não afeta apenas o ambiente físico, mas o ambiente sociocultural e complementam acreditando que “o ambiente natural, inversamente, também marca indelevelmente a experiência humana em muitas dimensões, desde as mais densas e corpóreas às mais sutis e simbólicas” (ANDRADE et al, 2017, p.109).

Nos anos 1980 o ecoturismo foi introduzido no Brasil seguindo uma tendência internacional e com a Rio 92 essa atividade ganhou maior destaque se tornando um segmento turístico promissor que vem agradando aos brasileiros e estrangeiros que chegam ao país. O Ecoturismo surgiu com uma proposta de conservação e contemplação da natureza, inicialmente conhecida como turismo ecológico.

Em 1994 com a publicação das Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente esse segmento passou a ser conceituado como:

Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (1994, p.19).

Pires (1998) a partir dos seus estudos sobre o conceito de ecoturismo defende como um segmento não bem definido, no entanto, apresenta os princípios básicos como conservação da natureza, a compreensão dos ambientes e populações.

O ecoturismo surge e se impões como uma rotulação amplamente utilizada e, como tal, com sucesso, para expressar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados juntamente com as culturas autóctones presentes em seu entorno (PIRES, 1998, p. 76).

Conforme consenso estabelecido no acordo de Mohonk¹² (2000, p.100) definiu-se ecoturismo como “turismo sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais.”

¹² O acordo de Mohonk ocorreu no ano 2000, em New Paltz, Estados Unidos na Mohonk Mountain House, reunindo vinte países representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo em nível global, regional e nacional. Disponível em:< <http://www.ecobrasil.org.br/turismo/acordo-de-mohonk-2000>> Acesso em 18/08/2018.

No mesmo acordo encontram-se os princípios básicos para o desenvolvimento do ecoturismo que são:

- Promover as experiências pessoais com a natureza para um melhor aprendizado e respeito
- Interpretar e conscientizar sobre os aspectos naturais e socioculturais locais
- Contribuir ativamente para a conservação de áreas naturais e da biodiversidade
- Promover benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades locais
- Promover a participação das comunidades no turismo onde for apropriado (por exemplo criando postos de trabalho e oportunidade de negócios).
- Fazer com que a infraestrutura, atrativos e programas sejam harmônicos e compatíveis com o entorno local
- Valorizar as culturas locais e tradicionais, minimizando eventuais impactos negativos (MOHONK, 2000, p. 100).

Em 2002 o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Mundial de Turismo (OMT) aprovaram a Declaração de Quebec que estabeleceu 49 recomendações para governos, iniciativa privada e comunidade para a implantação do ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável e formando a Cúpula de especialistas em Ecoturismo.¹³

De acordo com Salvati (2002) o ecoturismo sustenta-se seguindo três grandes eixos temáticos que são a sustentabilidade, a educação ambiental do turista e os benefícios às comunidades locais, podendo ser acrescentada a educação patrimonial. A sustentabilidade refere-se à preservação e ou conservação do ambiente natural e cultural, em que a viabilidade econômica está implicada em uma atividade ecoturística planejada.

A educação ambiental e patrimonial é resultado de uma articulação participativa resultante da interação da comunidade com os turistas onde acontece a troca de saberes. O contato com o ecossistema possibilitará entender a necessidade de conservá-lo e por último essa atividade precisa trazer benefícios para a comunidade local num sentido mais amplo, através de ações voltadas à saúde, à educação e ao emprego que possam promover a qualidade de vida da população local (SALVATI, 2002; CHUVA, 2012).

O ecoturismo torna-se uma proposta importante por integrar cultura e natureza como atrativo das localidades. No município de Ingá o monumento arqueológico Itacoatiaras do Ingá tem se constituído como o principal ponto turístico do município, mesmo existindo outras localidades como a Serra Velha, Pontina, Chã dos Pereira, Serra Verde, entre outros. Todos

¹³Ecoturismo Québec 2002. Disponível em:< <http://www.mosaicobocaina.org.br/turismo-quebec>> acesso em 18/08/2018.

esses locais devido a sua paisagem possuem conjuntos rochosos que também fazem parte das lendas contadas pela população.

O sítio arqueológico Pedra do Ingá é trabalhado em um contexto mais amplo de patrimônio cultural. Assim, quando falamos em turismo e ecoturismo como alternativa para a localidade é relevante entender a trajetória do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil e dessa forma compreender a relação entre a atividade turística e o monumento arqueológico.

O Decreto-Lei nº 25 de 1937 apresenta uma primeira noção de Patrimônio Histórico e Artístico:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (1937, p. 1).

Essa primeira versão de patrimônio seguia o paradigma de conhecimento positivista da época empregando uma visão histórica essencialmente cronológica e linear (CHUVA, 2012; GUIMARÃES, 2012). A noção de *patrimônio* seguia essa diretriz, onde os fatos e monumentos memoráveis da história eram fatores principais para seu reconhecimento e tombamento. O que se registrava é que parte da sociedade brasileira com suas expressões culturais eram excluídas como é o caso dos índios, dos negros, das mulheres e das classes operárias, ou seja, eram pessoas sem cultura e sem voz na história do Brasil.

O artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 coloca uma noção mais ampla de patrimônio. Esse artigo foi elaborado utilizando princípios estabelecidos na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais organizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, p. 4)¹⁴ em 1985 no México que diz:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (ICOMOS, 1985, p. 4).

¹⁴ Ver Declaração do México disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>> acesso em 20/09/2018.

Desse modo a Constituição Federal de 1988 trouxe essa visão mais ampla ao tratar a natureza e a cultura como entes que se complementam e, assim, ampliou a noção de Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, assim, de acordo com o Art. 216 temos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2019, p.1).

A priori é relevante entender que o Patrimônio Cultural aqui retratado no parágrafo anterior se refere também ao Patrimônio Natural que segundo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural instituída pelo UNESCO em 1972, estabelece no Art. 2.º:

Monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, NATURAL E CULTURAL, 1972, p. 2)

Conforme visto o ecoturismo tem como proposta a conservação do patrimônio natural e cultural, uma postura que se compromete com as mudanças sociais (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012). De acordo com Barreto (2000, p.23) turista “é essencialmente uma pessoa que procura conhecer, passear e desfrutar de outro lugar diferente daquele em que mora”. Contudo, este conceito de turista presencia uma mudança em seu perfil para expressar que a motivação não é apenas a contemplação da natureza e sim a busca de conhecimento sobre o bioma visitado, de integração com as comunidades, de preservação do ambiente e valorização cultural da localidade (BRAGA; SELVA, 2016).

2.3 A indissociabilidade entre natureza e cultura no ecoturismo

Quando falamos em patrimônio cultural e ecoturismo observa-se que os espaços que possuem atrativos naturais e culturais têm ganhado destaque no desenvolvimento do turismo, confirmando a relação de indissociabilidade entre cultura e natureza. Ao abordarmos a atividade ecoturística é pertinente o entendimento que não existe uma separação ontológica entre natureza e cultura (ANDRADE et al, 2017).

Na lógica cartesiana a natureza é mero objeto onde os seres humanos passaram a ser seus senhores (INGOLD, 2000; DESCOLA, 2016) mantendo a dicotomia entre natureza e cultura que trouxe dificuldades na compreensão do ser humano (INGOLD, 2000). As novas antropologias crescentemente têm compreendido que “não há espaços naturais puros, uma natureza prístina intocada pelos humanos, mas ambientes e paisagens híbridas, construídas pela interação dinâmica e histórica entre seres e elementos humanos e não humanos” (ANDRADE et al, 2017, p.111). Para tais autores, a ideia de uma separação entre natureza e cultura é uma construção social do pensamento ocidental que se naturalizou e universalizou ao longo do tempo (INGOLD, 2000; LATOUR, 1994; DESCOLA, 1996).

Nessa perspectiva de diálogo entre natureza e cultura apresenta-se o conceito de Clifford Geertz (1989, p.15) que define cultura como uma “teia de significados” que o homem tece, sendo essas teias analisadas pela ciência interpretativa à procura de significados. Capra (1996, p.39), por sua vez, considera que “a natureza é vista como uma teia interconexa de relações, na qual a identificação de padrões específicos como sendo “objetos”, depende do observador humano e do processo do conhecimento”.

O ecoturismo não se resume a uma atividade apenas na natureza, como é defendida por alguns teóricos ou utilizado de forma errônea entre aqueles que trabalham na área. É necessário pensar que cultura e natureza não são separadas, mas se complementam. Essa percepção produz um olhar diferenciado do ecoturismo em relação a um determinado lugar (LOUREIRO, 2012).

Essa visão dicotômica vem contribuindo para a degradação e agravamento dos problemas socioambientais. O ser humano ao longo dos anos veio perdendo a integração com a natureza, passou a sentir-se superior a todos os seres vivos e por isso tem utilizado indiscriminadamente o meio ambiente. (LOUREIRO, 2012; PINTO; IRVING, 2017).

Pelegri (2006) afirma que o patrimônio cultural e natural é uma relação interdependente. O humano é justamente essa fusão de natureza e cultura que cria significados sobre sua experiência de mundo. A natureza por sua vez proporciona todas as fontes materiais e imateriais para as narrativas das comunidades e ainda é fonte de conhecimento para os turistas, acontecendo a troca de saberes. Esta interpretação da natureza, por sua vez se ressignifica através das manifestações culturais da população local (PINTO; IRVING, 2017).

O ecoturismo pode ser uma alternativa na conservação do patrimônio cultural materializado nos bens materiais como os monumentos arqueológicos e bens imateriais como os mitos, lendas, crenças religiosas entre outros. A prática do ecoturismo “implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e necessidade de desenvolvimento” (JACOBI, 2006, p.115).

A sociedade que consegue ter o contato direto com a natureza tem como resultado a exteriorização de suas percepções sobre o ambiente através dos mitos, lendas e histórias de vida, oferecendo aos ecoturistas a possibilidade de “experimentar *velhas emoções* e resgatar sentimentos pessoais que foram esquecidos no processo de desenvolvimento da nossa sociedade” (NEIMAN; RABINOVICI, 2008, p.73).

Conforme foi exposto o ecoturismo está sustentado no tripé da interpretação, da conservação e da sustentabilidade. Ele também permite discutir e compreender a importância do patrimônio cultural, visto que, o turismo de uma forma geral tem dialogado cada vez mais com a cultura (LOPES; SANTOS, 2014).

O poder público, tido como o detentor das ações em relação ao *patrimônio* que através do tombamento legitimou na Constituição Federal Brasileira de 1988 o reconhecimento não só dos bens materiais, mas dos bens imateriais e entendeu que os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade (MENESES, 2003; 2017; CHUVA, 2012).

No caso da Paraíba, constata-se o predomínio de um consumo turístico mais voltado às praias, restando à cultura local um espaço muito menor, além de que o turismo de massa ainda é predominante. Além disso, seja na sua capital, como também em todos os seus limites geográficos, a Paraíba é palco das mais diferentes paisagens e inspirações artístico-culturais (BRASILEIRO, 2012; PBTUR, 2018).

O Ecoturismo também é um segmento ainda em expansão, vê-se que algumas localidades têm potencial para desenvolver este segmento como o Parque Vale dos Dinossauros em Sousa um sítio paleontológico com a maior incidência de pegadas de dinossauros no mundo, o Parque estadual Pedra da Boca com suas formações geológicas que já são utilizados na prática do ecoturismo e geoturismo (PBTUR, 2018).

Nas cidades do interior paraibano existem paisagens pouco conhecidas como exuberantes formações rochosas, trilhas, sítios arqueológicos, natureza e mitos encontrados no universo cultural da população local para quem a história só pode ser transmitida oralmente e apenas entre os moradores do lugar, pessoas simples, cuja narrativas são passadas entre gerações (CARVALHO; NÓBREGA, 2012).

As expressões culturais presentes entre as comunidades são resultantes da interpretação do ambiente natural e esse conhecimento é utilizado na prática ecoturística integrando a ciência e o conhecimento popular. Carvalho e Nóbrega (2012, p.140) defendem que a cultura é ferramenta para o desenvolvimento regional, vejamos:

A cultura como ferramenta para o desenvolvimento regional desde que haja ações exequíveis em tal sentido, a partir de políticas públicas sérias e realmente comprometidas, sabendo-se que há espaços preenchidos pelas indústrias culturais transnacionais por falta de iniciativas autóctones.

A relação entre a população e os turistas proporcionada pelo ecoturismo procura trazer a identificação com os “lugares de memórias” buscando reconhecer o patrimônio memorialístico como marco da herança cultural e da identidade local (NORA, 1993). Os locais identitários passam a ser explorados economicamente na atividade turística (MENESES, 2004; 2017).

Partindo do entendimento de que o ecoturismo mesmo com toda a discussão sobre conceitos e diretrizes pode buscar novas propostas nos fundamentos da ecologia profunda de Capra (1997), cuja base é compreender que não somos seres isolados, mas interdependentes, onde o ser humano não pode ser o centro e se sobrepor ao sistema (visão antropocêntrica) em relação ao meio ambiente, onde o ego se evidencia e o ecológico anula-se.

Os seres humanos não vivem separadamente dos outros seres vivos, pois estamos numa grande teia da vida. Seguindo esse raciocínio a sociedade atual pode estar produzindo egoturistas com seu pensamento egocêntrico de mundo, como aquele que não respeita o meio ambiente, nem os saberes locais em contraposição ao ecoturista que está inserido na teia da

vida, que respeita o meio ambiente, que entende que depende de outros seres vivos, que tem uma relação harmônica com o local visitado (CAPRA, 1997).

Destarte o ecoturismo pode ser uma alternativa positiva para algumas localidades, visando um planejamento que contemple as dimensões do desenvolvimento sustentável, que traga qualidade de vida à população, proteção do meio ambiente natural, cultural e dos saberes-fazer locais. Quanto mais conhecimento e debates se produzirem sobre a temática, menor a possibilidade de erros e maior as chances de desenvolver uma atividade ecoturística mais justa e equitativa.

2.4 Turismo, ecoturismo e a preservação do Patrimônio Arqueológico

Por que determinados bens materiais ou imateriais merecem ser preservados e outros não? Muito se discute sobre o motivo de um determinado bem ou objeto e sua relação com espaço sociocultural tornar-se patrimônio cultural (CASTRO; TAVARES, 2016). O processo de patrimonialização supõe a institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural. Esse processo acontece após o estudo do bem com intuito de valorizá-lo e colocar em prática a preservação, salvaguarda e divulgação do patrimônio (CRUZ, 2012).

O patrimônio cultural no Brasil tem sido assunto dos mais variados setores, principalmente no setor turístico que tem utilizado esse patrimônio como atrativo. Da mesma forma que a atividade turística pensa em como oferecer os bens culturais ao turista, pensa-se também na relação entre turismo, meio ambiente e patrimônio (CAMPOS et al, 2017).

A 19ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1976¹⁵, na Recomendação de Nairóbi reconhecia a interface entre o patrimônio e o meio ambiente asseverando que:

Os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à

¹⁵ Ver o documento sobre a 19ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO em 1976- Recomendação de Nairóbi no portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em 20/06/2018.

diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares (UNESCO, 1976, p.217).

A carta de Lausanne de 1990 para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ ICAHM¹⁶, também defende a importância da preservação dos sítios arqueológicos que são testemunho das atividades humanas, assim como todo o ambiente natural que faz parte do contexto histórico e cultural dos povos que habitavam a região.

A relação entre patrimônio cultural, meio ambiente e turismo é um tema atual, principalmente quando um bem cultural assume um valor perante a sociedade e quando essa valorização do bem cultural tem implicações econômicas para o turismo. O trade turístico vende a imagem que não deixa de ser real apesar dos apelos econômicos e de consumo de que o turista ao visitar um prédio antigo ou um sítio arqueológico terá uma experiência do passado, revivendo uma realidade distante que se torna presente, oportunizando conhecer histórias e emoções daqueles que viveram ou supõem-se ter vivido nos locais visitados (PARDI, 2007; CHUVA, 2012).

A questão de o patrimônio cultural adquirir um valor e ser colocado como um produto pelo turismo tem dois lados, o negativo quando degrada o meio ambiente natural e cultural como acontece com os frequentes vandalismos por parte da população e de visitantes ou o lado positivo quando determinado bem passa a ser reconhecido, valorizado, protegido e onde a população identifica-se com o Patrimônio cultural (CAMPOS et al, 2017).

A destruição de sítios arqueológicos no Brasil é fruto do descaso não somente do poder público, mas principalmente da formação da sociedade brasileira, que não educa a população a compreender, valorizar e proteger o patrimônio cultural. Esse descaso pode ser observado no trágico incêndio do Museu Nacional, um ato criminoso cometido contra nossa história e cultura (SOARES, 2018).

Se o Museu Nacional símbolo da cultural brasileira sucumbiu à omissão do poder público, quanto mais os sítios arqueológicos existentes em pequenas cidades do Brasil. Atualmente são constantes os debates sobre a conservação e ou preservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá. O monumento arqueológico é oferecido como um produto

¹⁶Ver Carta de Laussane em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>

turístico, no entanto, ações visando a conservação do local ainda são insuficientes (MENESES, 2017; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018).

A experiência no Parque Nacional da Serra da Capivara considerado Patrimônio da Humanidade pelos seus importantes achados arqueológicos e pinturas rupestres mostra-nos que o parque a priori não era reconhecido pela comunidade acadêmica e nem valorizado pela população quando a arqueóloga Niéde Guidon iniciou as pesquisas no local. Os achados que mudariam a história do homem nas Américas vêm sendo preservados devido às ações empreendidas por Niéde Guidon incluindo o turismo cultural, o ecoturismo e turismo arqueológico como uma atividade que ajuda na manutenção e conservação do Parque além de gerar emprego e renda para a população local (RAMOS; LOPES, 2012).

Outros exemplos de turismo em sítios arqueológicos são os abrigos Rochosos de Serranópolis (GO), o Parque Nacional do Catimbau (PE), a Serra das Paridas (BA) e o sítio arqueológico de Alcinópolis (MS) (ORTEGA; SOUSA, 2018). A atividade turística em seus vários segmentos é desenvolvida nestes locais como uma alternativa para as demandas referentes a conservação do ambiente natural e do Patrimônio cultural.

Da mesma forma o ecoturismo também é uma proposta importante dentro dos segmentos do turismo sustentável e que pode ser desenvolvida no sítio arqueológico Pedra do Ingá. O sítio arqueológico tornou-se Parque Estadual e está passando por um processo de implantação precisando cumprir todos os requisitos indicados pelos órgãos responsáveis pela conservação do monumento arqueológico (CÉZAR, 2013; IPHAN, 2018).

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural instituída pelo UNESCO em 1972 estabelece medidas importantes referentes a conservação do patrimônio natural e cultural. São elas:

- a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planificação geral;
- b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;
- c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu patrimônio cultural e natural;

- d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido património; e
- e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio (UNESCO, 1972, p 3-4).

O património natural, assim como, o património cultural na forma do monumento arqueológico são ambientes de extrema fragilidade, locais onde na maioria das vezes não existem ações que possam deter a degradação das inscrições rupestres, mas apenas retardá-la. Se atualmente as pessoas têm a oportunidade de conhecer pessoalmente a Pedra do Ingá talvez mais alguns anos apenas será possível conhece-la através de imagens (MARTIN, 2005; AZEVEDO NETTO et al, 2015; BRITO, 2017; CAMPOS et al, 2017, LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

Portanto mesmo que a atividade turística seja uma proposta ou uma realidade nestes locais, a pesquisa tem um papel relevante na busca de soluções para a conservação do património cultural, da melhoria da relação com os turistas e com as populações envolvidas (CHUVA, 2012; LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A arte no Brasil: uma história de cinco séculos. Eu mostro esse cartaz em todo canto porque isso mostra um sintoma de uma coisa muito ruim que acontece com a sociedade brasileira. Vocês vejam uma coisa por traz dessa simples frase tem um preconceito enorme “arte no Brasil uma história de cinco séculos”, isso significa que a arte no Brasil só começa quando os portugueses chegam.

Quer dizer que todo passado rupestre, por exemplo, do Brasil está ignorado por isso aqui. No entanto a arte rupestre existe. Isso é um baixo relevo em pedra de uma pedra enorme que tem no sertão da Paraíba, numa região da caatinga, agreste que se chama a Pedra do Ingá. Vejam que beleza, é um baixo relevo parece um menorá (mostrando a figura) o candelabro judeu, que coisa bonita medonha, inclusive tem uma estrela de seis pontas [...] (Ariano Suassuna)

3.1. Uso turístico do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Buscando entender a atividade turística realizada atualmente no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá é importante primeiramente entender a história do monumento, as hipóteses mais aceitas baseadas nas pesquisas de Prous (1992), Gaspar (2003), Martin (2005), Santos (2015), Brito (2017) entre outros estudiosos da temática. Os estudos de Vanderley de Brito, Juvandir dos Santos, Thomas Bruno fundadores e membros da Sociedade Paraibana de Arqueologia são considerados importantes para aqueles que pesquisam a Pedra do Ingá e a arqueologia paraibana, pois tratam a temática de forma metódica.

Em seguida será tratado a atividade turística de fato e como o ecoturismo pode ser uma alternativa para a localidade que está em processo de tornar-se um parque estadual. Finalizando com a proposta de incluir uma atividade de educação ambiental e patrimonial visando a conservação do sítio arqueológico e a valorização dos mitos e lendas contadas pela população sobre as Itacoatiaras possibilitando uma integração com os turistas.

3.1.1 Aspectos históricos referente à Pedra do Ingá

O povoamento do continente americano tem sido discutido mundialmente por equipes interdisciplinares. Uma das teorias mais aceitas é da entrada do homem do paleolítico pelo estreito de Bering na última grande glaciação onde formou-se uma ponte natural ligando a Ásia a América do Norte por volta de 11.500 a. C (JUSTAMAND et al, 2018).

As descobertas no sítio Pedra Furado no Piauí em 1960 também levantaram discussões sobre a chegada do homem à América do sul. A arqueóloga Niède Guidon encontrou no local objetos de pedra lascada e restos de fogueiras com aproximadamente 48 mil anos até 70 mil sendo os registros mais antigo do continente. No entanto, a datações não são aceitas pela literatura estrangeira e nem por parte dos arqueólogos brasileiros (GUIDON, 1991, 2006; JUSTAMAND et al, 2018)

O bioantropólogo Walter Neves e o geógrafo Luís Beethoven Piló, ambos da Universidade de São Paulo (USP), defendem a tese que chamam de Dois Componentes Biológicos, onde duas levas migratórias ocorreram, a primeira há 14 mil anos onde os homínídeos tinham características morfológicas semelhantes aos atuais australianos e africanos e a segunda há 11 mil anos que seria a vinda do homem pelo estreito de Bering. Até então os fósseis encontrados demonstravam características caucasoides e com a descoberta do fóssil de Luzia em Lagoa Santa, Minas Gerais foi identificado o que os pesquisadores acreditavam tratar-se de um crânio negroide (NEVES; PILÓ, 2008).

Pesquisas recentes sobre a sequência do material genético dos contemporâneos de Luzia demonstram que não eram negroides como defende Walter Neves, mas de uma única família genética dos quais os atuais povos indígenas das américas são descendentes (POSTH, et al, 2018). Através deste estudo também foi possível identificar que ocorreram sucessivas levas de migrações na América do Sul (MORENO-MAYAR, et al, 2018).

Se o tema sobre a ocupação do continente americano ainda requer pesquisas mais aprofundadas, no Brasil apesar de ter pesquisadores de renome nas diversas áreas, o estudo da pré-história do Nordeste ainda requer maior atenção. As descobertas no nordeste do Brasil como as da Pedra Furada no Piauí, as inscrições rupestres no Cânion Poty também no Piauí, inscrições e pinturas rupestres no Rio Grande do Norte e no Estado da Paraíba demonstram as potencialidades desta região (PROUS, 1992; MARTIN, 2005, SANTOS, 2014; BRITO, 2017; LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

O Estado da Paraíba possui cerca de 201 sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN até novembro de 2018 fora os que não são incluídos ficando apenas no conhecimento da população, estudiosos e curiosos. Desses sítios arqueológicos na Paraíba o mais enigmático e estudado são as Itacoatiaras do Ingá com várias hipóteses sobre sua origem, desde as científicas às pseudocientíficas (SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

A palavra Itacoatiara ou Itaquatiara de origem tupi-guarani como já explicitada em capítulo anterior significa *pedra riscada, pedra escrita ou pedra pintada*. Os arqueólogos optaram por Itaquatiara e, portanto, dentro das classificações arqueológicas encontra-se escrita de tal forma, no entanto, a palavra utilizada e reconhecida pelos moradores e nas propagandas turísticas é Itacoatiara.

Martin (2005) afirma que existem Itaquatiaras disseminadas desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. Confirmando o pensamento de Martin (2005) no Amazonas existe um município que se chama Itacoatiaras e acredita-se que o nome é devido aos petróglifos encontrados as margens do rio Jauari e rio Urubu onde as inscrições rupestres podem ser vistas durante o verão, pois em épocas do inverno ficam quase encobertas (SILVA, 1965).

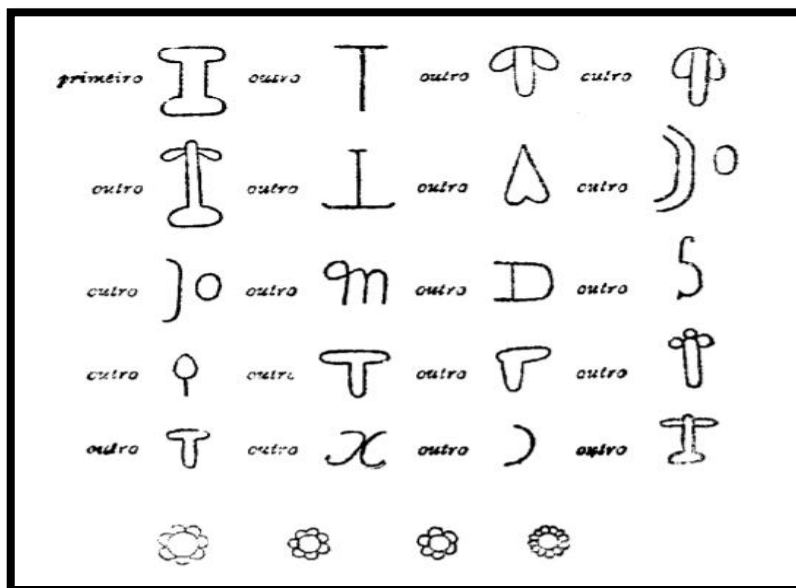
As Itacoatiaras do Ingá é um monumento de arte rupestre tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Podem ser elencados uma série de argumentos mostrando a relevância do monumento arqueológico de Ingá para a Paraíba, para o Brasil e para a humanidade pelo vulto de suas gravações e pela feitura (CÉZAR, 2013).

Existem registros sobre arte rupestre na Paraíba datados do final do século XVI. Na obra “Diálogos das Grandezas do Brasil” datado de 1618 encontra-se o relato do capitão-mor da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho ao autor Fernandes Ambrósio Brandão sobre desenhos em pedras (Figura 4). Afirma o texto:

Relatou-me por coisa verdadeira que, andando Feliciano Coêlho de Carvalho, capitão-mor que foi da dita capitania pela mesma serra, fazendo guerra ao gentio Petiguar, aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 1598, se achara junto a um rio chamado Arasoagipe, que, por ir então sêco, demonstrava sòmente alguns poços de água, que o calor do verão não tinha ainda gastado, e que alguns soldados, que foram por êle abaixo, toparam nas suas fraldas, com uma cova, da banda do poente, composta de três pedras, que estavam conjuntas umas com outras, capaz de se poderem recolher dentro quinze homens; a qual cova tinha de alto, para a banda do nascente, de sete a oito palmos, e da banda do poente, trêze até quatorze palmos; e ali por tôda a redondeza que fazia na face da pedra se achavam umas molduras, que demonstravam, na sua composição, serem feitas artificialmente. Primeiramente à banda do poente desta cova, na face mais alta dela, estavam cinquenta mossas tôdas conjuntas, que tomavam princípio debaixo para cima de um tamanho, que semelhavam, no modo com que estavam arrumadas o em que se pinta por retablos o roário de Nossa Senhora; e

no cabo destas mossas se formava uma moldura de rosa desta maneira (BRANDÃO, 1997, p.16)¹⁷.

Figura 4: Inscrições relatadas pelo capitão-mor Feliciano Coelho



Fonte: Brandão (1618, p.17)

No domínio holandês o governador da Paraíba no período de 1636 a 1639, Elias Herckmans em sua obra “Descrição geral da Capitania da Paraíba” relata vários aspectos da das terras paraibanas como clima, o relevo e os recursos naturais de uma forma geral fazendo referência a um sítio arqueológico por ele encontrado quando adentrou no interior da Paraíba, nas proximidades da região de Cupaoba (SANTANA, 2013; BRITO, 2017).

Nos relatos do missionário capuchinho Martin de Nantes em sua missão no Rio São Francisco relata inscrições rupestres, no entanto, valoriza símbolos que possuíam alguma similaridade com figuras religiosas como um instrumento de catequização dos nativos da região. Poderia até existir sinais feitos por missionários entre as inscrições de autoria dos nativos, com intenções de dominação.

¹⁷ Nota explicativa- a citação foi tirada de uma fonte histórica de grande relevância para os estudos de História da Paraíba. Observa-se que o texto apresenta algumas palavras com erros de ortografia por tratar do português utilizado nos séculos XVI em diante pelos europeus que chegaram ao Brasil. Assim quando apresentamos um texto histórico geralmente deixamos com a escrita original porque até a forma como eram escritos são importantes para os historiadores e pesquisadores de forma geral. Optou-se por manter a originalidade.

Na citação segue a descrição de uma grande pedra com inscrições relatadas por Martin de Nantes:

No caminho tiveram encontros notáveis, nesses vastos desertos. Encontraram, no meio de uma grande floresta que atravessaram, uma grande pedra de grã da altura de nove pés, larga na base, muito bem talhada, sobre a qual estava gravada a imagem de uma cruz de alto a baixo e na parte inferior havia um globo, ao lado duas figuras que não podiam ser distinguidas por causa do musgo e, em derredor, uma espécie de rosário gravado. Esse encontro surpreendeu o padre e causou extrema alegria aos índios que o acompanhavam, que lhe disseram que tinham conhecimento dessa pedra pela tradição de seus antepassados, que lhes haviam dito que existia nos bosques uma determinada pedra que, sendo encontrada pelos padres brancos, serviria de sinal de que eles seriam cristãos como os brancos. O sucesso de nossa missão comprovou a verdade dessa tradição profética (NANTES, 1979, p.2)

São inúmeros os registros de arte rupestres no nordeste do Brasil em especial na Paraíba, assim como a Pedra do Ingá existem outras inscrições da tradição Itacoatiaras (MARTIN, 2005). Em 1892 Irineu Joffily em “Notas sobre a Paraíba” também defendia a importância e quantidade das inscrições encontradas na Paraíba e ainda em seu trabalho encontra-se o relatório do engenheiro Francisco Soares Retumba que em 1886 visitou a povoação de Pedra Lavrada município paraibano registrando inscrições (Figura 5) que foram posteriormente submersas pelas águas de um açude que abastece o município (MARTIN, 2005; GALDINO, 2011; BRITO, 2017).

Figura 5: As supostas inscrições retratadas através de desenho por Retumba



Fonte: Galdino (2011, p 42)

Em 1970 estudiosos foram em busca das inscrições descritas por Retumba. Nessa época houve uma grande seca deixando a rocha descoberta e assim conseguiram uma única imagem das inscrições retratadas no relatório de Francisco Retumba existente no município de Pedra Lavrada na Paraíba (Figura 6) (GALDINO, 2011; BRITO, 2017).

Figura 6: Imagem fotográfica das inscrições retratadas por Retumba



Fonte: Galdino (2011, p.42)

Ainda existem outras inscrições rupestres retratadas no município de Pedra Lavrada numa localidade conhecida como Serra da Flecha, onde posteriormente em 1974 um agricultor chamado João Batista de Vasconcelos mais conhecido como Joca de Jerina encontrou uma mulher de aproximadamente 40 anos, seminua, sentada numa pedra no interior de uma fuma (Figura 7) (OLIVEIRA; BRITO, 2014).

A mulher foi capturada e levada para a cidade, tinha a pele escura, cabelos pretos, lábios carnudos e falava uma língua estranha. O prefeito da cidade decidiu soltá-la pensando na possibilidade de possuir outros iguais e depois de fotografá-la a soltou. Alguns caçadores a seguiram e encontraram segundo eles outros índios (OLIVEIRA; BRITO, 2014).

Figura 7: Mulher indígena encontrada em Pedra Lavrada



Fonte: Oliveira e Brito (2014, p.10)

Não se sabe ao certo a origem da mulher, pois estudos mais detalhados não foram realizados com a suposta nativa. No mesmo local da descoberta também encontraram inscrições rupestres que permanecem uma incógnita para os pesquisadores. Em relação aos povos indígenas que habitaram o interior da Paraíba pouca coisa sabemos comparando-se aos indígenas do litoral paraibano demonstrando a necessidade de estudos mais aprofundados a respeito do tema, assim como, sobre a pré-história paraibana (MELLO, 2000; SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Os casos comentados demonstram o quanto o estado da Paraíba é relevante quando o assunto são os achados arqueológicos, no entanto, também demonstra como são insuficientes e precários os estudos na região, mesmo existindo profissionais capacitados, a arqueologia paraibana ainda acumula muitas perguntas sem respostas satisfatórias. É o que acontece em relação à Pedra do Ingá onde os vestígios arqueológicos são negligenciados e muitas vezes são perdidos por falta de materiais adequados para a realização de uma pesquisa mais séria (MARTIN, 2005; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018).

O sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá está localizado na propriedade Pedra Lavrada zona rural do município de mesmo nome Ingá. Conhecida também como Pedra Lavrada do Ingá ou Pedra do Ingá. De acordo com o Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos (**CNSA PB00041**) o monumento arqueológico compreende uma área de 576 m², sendo uma propriedade

pública protegida pela União, Estado e município. O sítio é de categoria unicomponencial¹⁸, pré-colonial e está localizado ao ar livre (IPHAN, 2018).

O monumento está dividido em painel superior, vertical e painel inferior. O painel vertical é onde encontram-se as figuras principais e as mais estudadas. As inscrições são produzidas em baixo-relevo ao longo de um paredão de 46 metros de comprimento por 3,8 de altura e ocupam 15 m de extensão por 2,3 metros de altura e são gravadas em sulcos largos, profundos e bem polidos (PROUS, 1992; MARTIN, 2005).

No painel vertical, assim como em outras rochas do entorno existem inscrições mais simples chamadas por Oliveira (2011) de inscrições *marginais* (Figura 8) pois foram marginalizadas pelos estudiosos e geralmente não são contextualizadas com as inscrições principais.

Figura 8: Inscrições marginais (painel vertical)



Fonte: Autora, 2019

Nas entrevistas com arqueólogos e historiadores, na observação sistemática e no referencial teórico verificou-se uma variedade de hipóteses que buscam explicar a origem e significado das inscrições rupestres de Ingá. A hipótese mais aceita pela ciência é a origem nativa, ou seja, grupos humanos que passaram por essa região em diferentes épocas e não por povos de civilizações distantes como fenícios, sumérios e hititas como alguns estudiosos defendem (GASPAR, 2003; MARTIN, 2005; BRITO, 2017).

¹⁸ São sítios arqueológicos que apresentam apenas um tipo de material como por exemplo, as Itacoatiaras do Ingá é um sítio que apresenta inscrições rupestres e os materiais líticos que foram encontrados não são expressivos (PROUS, 1992; MARTIN, 2005).

Entretanto existem inscrições rupestres similares as de Ingá em toda a Paraíba que podem estar relacionadas ao monumento arqueológico. Em relação ao significado das gravuras, apenas mais hipóteses são levantadas pelos estudiosos, como uma planta agrícola, um mapa de localização, representações do cotidiano e local de rituais (PROUS, 1992; MARTIN, 2005; SANTOS, 2015; BRITO, 2017).

Gabriela Martin (2005, p.33) afirma que “a história da arqueologia brasileira passou por três fases: a dos mitos heroicos, a dos relatos de missionários, viajantes e aventureiros e a moderna pesquisa científica”. Percebe-se nos materiais escritos sobre as Itacoatiaras que algumas dessas fases ainda está presente e tem influenciado aqueles que estudam o monumento.

As hipóteses apontam que a Pedra do Ingá tenha entre 6000 e 4000 AP, datação dada pelos estudiosos comparando-o a outros sítios e materiais líticos encontrados na região. A dificuldade em datar as Itacoatiaras deve-se a sua localização às margens do rio onde durante as cheias o solo é removido, assim como, possíveis materiais líticos existentes ficando quase impossível data-los e associa-los a algum grupo humano (MARTIN, 2005; BORGES et al, 2016; LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

Os teóricos da arqueologia costumam criar regiões rupestres onde categorias mais abrangentes recebem o nome de tradição e subdivisões chamadas estilos (PROUS 1992). Gabriela Martin (2005, p. 290) define tradição rupestre como “um complexo sociocultural em que determinados grupos étnicos se desenvolveram”. Na Pedra do Ingá identificam-se inscrições com formas humanas (antropomorfos), formas de animais (zoomorfos), plantas (fitomorfos), espirais, astros como o sol e até constelações (MARTIN, 2005; BRITO; 2017).

A classificação de um sítio arqueológico exige um estudo de todo o ambiente, a paisagem, as formas e tipos de gravuras. Prous (1992) afirma que o monumento parietal de Ingá pertence a tradição geométrica que são sítios localizados nas mediações de rios, com gravuras polidas com presença de cupuliformes¹⁹.

Alguns sítios de tradição geométrica causam impacto visual, pois estão sujeitos a ilusão de ótica (AZEVEDO, 2006). Quem pesquisa as Itacoatiaras do Ingá depara-se com essa singularidade, onde algumas gravuras são vistas em determinado horário e em outras elas

¹⁹ Cupuliformes, capsulares ou cúpules são as circunferências na rocha, geralmente vários pontos horizontais ou formando algumas gravuras (AZEVEDO 2006, SANTOS JÚNIOR, 2015).

desaparecem completamente. Será que os autores das inscrições faziam isso intencionalmente? São mais questionamentos levantados por ser um objeto de estudo complexo.

Contudo é importante esclarecer que o fato de as figuras desaparecerem em certos horários acontece devido às mudanças de temperatura, pela manhã as altas temperaturas dilatam a rocha e durante a noite com temperaturas amenas ocorre a contração da mesma (BORGES et al, 2016; BRITO, 2017).

Martin (2005) acredita que existe uma grande tradição no Nordeste que é a *Itacoatiara* e ainda a sub-tradição Ingá. A sub-tradição Ingá seria mais uma classificação pensando na singularidade da Pedra do Ingá com gravuras com formas curvas e complexas, pequenas formas circulares, além da técnica de raspado e polido em sua elaboração. Assim os sítios arqueológicos que contenham características próximas as Itacoatiaras do Ingá poderiam ser classificados nesta sub-tradição.

Entretanto Prous (1992) e Martin (2005) esclarecem que é preciso aprofundar o conhecimento existente sobre as Itacoatiaras nordestinas e por isso, é difícil comprovar que os autores de algumas inscrições rupestres são grupos pré-históricos.

A beleza e a complexidade da itaquatiara de Ingá parecem exigir do arqueólogo respostas que dificilmente ele poderia dar atendendo às informações que hoje a arqueologia fornece nesses casos [...] Estudos minuciosos das itaquatiaras nordestinas poderão fornecer resultados positivos, a longo prazo, quando se tenha maiores conhecimentos dos sítios arqueológicos e seus registros nas mesmas áreas de concentração de gravuras. Porém, no estado atual de conhecimento, as itaquatiaras, em geral, poucos dados fornecem sobre os grupos étnicos que as realizaram e a época em que isso aconteceu. (MARTIN, 2005, p. 294).

Acredita-se que os materiais utilizados para fazer as inscrições da Pedra do Ingá eram feitos de pedra, madeira, além da água e areia para polir as figuras, ou seja, técnica de raspado e polido (MARTIN, 2005; SANTOS; 2014). Vejamos na citação abaixo as explicações de Santos (2014).

A Pedra do Ingá se enquadra no estilo meia-cana (baixo relevo): esta técnica de gravura está muito bem representada nos painéis verticais, superior e inferior da Pedra do Ingá. São sulcos profundos, atingindo até 8 mm, e largos: há registros de outras Itacoatiaras na região onde desenvolvemos nossas pesquisas com sulcos semelhantes e apresentam essa mesma profundidade, entre 8 e 5 mm. O interior côncavo é muito bem polido e boleado. Geralmente, as superfícies utilizadas para esta técnica, são previamente polidas por meios naturais ou antrópicos (SANTOS, 2014, p. 25).

Em estudo mais recente realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido do Nordeste do Brasil (INAPAS) em 2018 a singularidade da Pedra do Ingá deve-se a profundidade das gravuras que atingem de 3mm a 2,5 cm comparando-se as demais Itacoatiaras existentes no nordeste do Brasil (INAPAS, 2018).

Cézar (2013) acredita que um primeiro grupo humano esteve no local e produziram algumas inscrições mais simples que podem ser identificadas em outras rochas, o que Oliveira (2011) chamou de inscrições marginais. Logo após outro grupo chegou na região e foram os autores das inscrições encontradas no painel vertical. Esses grupos nativos segundo a hipótese de Cézar (2013) seriam tupis-guaranis que expulsaram os Cariris da região.

No diagnóstico realizado pelo IPHAN em 2013, a descoberta de artefatos líticos e cerâmicas apontam para uma origem Tupi-guarani corroborando a hipótese de Cézar (2013). Esse diagnóstico também detectou resquícios de pintura nas gravuras de coloração avermelhada (CÉZAR, 2013; IPHAN, 2013a; NASCIMENTO; LIMA, 2018).

No relatório do IPHAN de 2013 encontra-se a seguinte afirmativa:

A pesquisa findou na realização de um registro visual dos painéis com gravuras rupestres, de artefatos líticos e cerâmicos (dos quais alguns fragmentos foram identificados como de origem Tupi-guarani) e da paisagem do entorno do sítio (registro videográfico), a identificação de resquícios de pintura nas gravuras e a localização de sítios fora dos limites do sítio em estudo, especialmente um onde, possivelmente, tenha sido um aldeamento (IPHAN, 2013a, p.24).

Os Cariris já habitavam parte do litoral e interior paraibano, antes da chegada dos portugueses. Afirmavam que vieram do grande lago que os pesquisadores acreditam ser o rio Amazonas ou a Lagoa Maracaibo na Venezuela. A Nação Cariri era dividida em vários grupos como: Paiacus, Icós, Sucurus, Ariús, Panatis, Canindés, Pegas, Janduis, Bultrins e Carnoiós (MELLO, 2000).

Conforme visto, os Cariris eram tidos como os autores das Itacoatiaras do Ingá, mas isto até então não foi corroborado e com os achados de artefatos tupis-guaranis uma outra hipótese surge para explicar a enigmática Pedra do Ingá (IPHAN, 2013a; BRITO, 2017).

Os símbolos representados no painel vertical são explicados por Cézar (2013) baseando-se nas pesquisas de Reichel-Dalmatoff no Alto Xingú, Amazônia. As figuras seriam agrupadas por temas. As explicações de Cézar (2013) foram demonstradas num quadro criado pelo

pesquisador onde apresenta suas hipóteses sobre os significados de algumas figuras presentes no monumento (ver anexos).

As formas capsulares seriam a representação das gotas de chuva ou sêmen, o sol como princípio fertilizador, as espirais simbolizavam o incesto, as mulheres proibidas, símbolos masculinos ou femininos, o movimento das águas ou até a piroga anaconda (GASPAR, 2003; CÉZAR, 2013). Cézar (2013) defende que os capsulares no painel inferior que se assemelham a estrelas e que os estudiosos acreditam tratar-se das Plêiades seriam a representação de uma planta baixa. As supostas figuras humanas seriam pessoas com máscaras ritualísticas encontradas em culturas indígenas no Brasil (ver anexos).

Em diversas culturas alguns símbolos eram considerados mistérios sagrados e ocultados dos olhos profanos. Portanto acredita-se que algumas inscrições rupestres como as encontradas nas Itacoatiaras do Ingá foram produzidas por xamãs, que seria um local de culto e rituais cuja origem são as mitologias (MARTIN, 2005; CÉZAR, 2013; BRITO, 2017).

Brito (2017), acrescenta que as inscrições seriam um código mnemônico usado por sacerdotes pré-históricos possivelmente em estado de consciência alterado e os sinais na rocha seriam cânticos evocativos das forças da natureza, lembretes votivos para iniciação da arte da magia. As formas encontradas como plantas, animais, figuras humanas e astros também poderiam ser um relato da origem do mundo, uma espécie de gênese bíblica registrada para que fosse perpetuado no grupo.

Martin (2005) defende que as inscrições da Pedra do Ingá são uma referência ao culto às águas, assim como às Itacoatiaras no geral. Em entrevista, o pesquisador Cézar (2013) fala da hipótese de que essas inscrições encontradas nas Itacoatiaras seriam um culto às rochas e se complementavam com o culto às águas.

Como algumas figuras apresentadas na Pedra do Ingá assemelham-se com constelações e são mencionados na maior parte das obras utilizadas como referencial teórico nesta dissertação, principalmente quando afirmam que as inscrições no painel inferior representam as plêiades. A partir deste entendimento a autora foi buscar na cosmologia indígena elementos que pudessem sustentar essa ideia deparando-se com os povos indígenas Barasana.

Hugh-Jones (2017) em suas pesquisas sobre os povos indígenas Barasana que vivem no Rio Pirá-Paraná, na região colombiana da bacia do Rio Uaupés apresenta dados importantes sobre suas crenças e como representavam a sua cosmogonia. Os Barasana do grupo linguístico Tukano acreditavam que o universo é composto por três camadas, o céu, a terra e o mundo subterrâneo. O céu e o mundo subterrâneo são descritos possuindo florestas e rios habitados por pessoas, ou seja, os dois mundos são parecidos.

Nas Itacoatiaras do Ingá é possível identificar três planos, o painel superior representando o céu, o vertical seria a terra e o inferior o mundo subterrâneo? São apenas suposições quando comparamos com as pesquisas de Hugh-Jones (2017). Os indícios mostram que ocorreram várias migrações humanas e à medida que se estabeleciam na região deixavam impressos seus símbolos tentando cobrir os grafismos anteriores para demonstrar domínio do território (MARTIN, 2005; BRITO, 2017).

No painel inferior das Itacoatiaras do Ingá encontram-se cúpules que lembram estrelas. Segundo Cézar (2013) esses sinais seriam apenas a representação de suas malocas que o leitor pode observar no quadro do parágrafo anterior (Quadro 2). Hugh-Jones (2017) expõem que as casas ou malocas dos Barasana são representações do seu cosmo. Logo abaixo vemos a descrição feita pelo pesquisador.

O telhado é o céu sustentado pelas colunas da casa, que são montanhas, e os pontos de luz, onde o sol brilha através de buracos na palha escurecida pelo fumo, são as estrelas. O chão é a terra, com limites definidos pelas paredes, um anel de montanhas como as bordas viradas para cima da grelha de mandioca, e embaixo está um outro mundo com o seu rio subterrâneo. Como o cosmos, a casa é conceitualmente (embora nem sempre realmente) orientada ao longo de um eixo leste/oeste. A porta da frente usada pelos homens está no Leste e a porta das mulheres na parte traseira está no Oeste. De oeste a leste, no meio da casa corre um rio invisível, a neste caso a ‘contraparte’ do rio Pirá-Paraná que divide o mundo. Na estrutura do telhado, um longo feixe horizontal chamado ‘caminho do sol’ (*muhihu ya ma*) corre de leste a oeste. O centro da casa, reservado para os homens e para os rituais públicos, é o centro do mundo, e acima dele no telhado está um poste vertical chamado ‘sede do sol’ (*muhihu ya bota*), um nome que também se refere ao meio-dia (HUGH-JONES, 2017, p.10).

O mais interessante nesse estudo de Hugh-Jones é que nessa descrição das crenças dos Barasana eles comparam as plêiades com as duas épocas de frutificação da árvore do ingá (*Ingá dulcis L*) pois equivale ao nascer da noite e ao conjunto das plêiades. O “ mesocarpo doce e branco de seu fruto é comparado ao branco brilhante desta constelação” (HUGH-JONES, 2017, p.16). Os povos indígenas colocavam nomes de animais e plantas nas estrelas e geralmente relacionavam o movimento dos astros às estações e à agricultura.

Assim, seriam essas formas parecidas com estrelas no painel inferior das Itacoatiaras do Ingá a representação das plêiades que se baseavam pela época de frutificação da árvore do Ingá? Lembremos que o petróglifo está localizado no município de Ingá onde a priori acredita-se que o nome se originou do ingazeiro, teria alguma relação? Para aqueles que acham impossível o conhecimento dos povos indígenas sobre o cosmo, cada vez mais pesquisas na área de etnoastronomia e arqueoastronomia demonstram que vários grupos indígenas em todo continente americano têm a sua cosmogonia. Os mitos contados por esses povos são pistas para entender o universo indígena (GALDINO, 2011; HUGH-JONES, 2017; SWEATMAN; COOMBS, 2018).

Os povos indígenas conhecem bem o ambiente que habitam e geralmente nomeiam constelações com nomes de animais e plantas, o que está presente em seu cotidiano. Afonso (2001) defende que existe dois tipos de astronomia indígena, uma relacionada com fatores bióticos que seria conhecida pela maioria da comunidade e outra relacionada aos espíritos onde apenas o pajé e poucas pessoas teriam o conhecimento do seu significado.

Como já mencionado anteriormente as Itacoatiaras do Ingá não são únicas, assim, é importante que o leitor saiba da existência de outros sítios arqueológicos de tradição Itacoatiaras no Nordeste e em especial na Paraíba que apresentam figuras parecidas com as da Pedra do Ingá. Como exemplos, temos o sítio arqueológico Poço do Sapateiro-Mogei, Lages em Itatuba, Sítio Pedra da Torre - Riachão do Bacamarte, Itacoatiaras do Macacos - Queimadas (Figura 9), Furnas do Amaragi - Lagoa Seca, Grota dos Morcegos - Salgadinho, Sítio arqueológico do Estreito - Campina Grande (Figura 10), Cachoeiras do Calderão - Esperança, Pedra do Altar - Barra de Santana, Engenho Pinturas - Pilões, Casa de Pedra - Barra de Santana, sítio arqueológico do Bravo - Boa Vista, Letreiro e Cachoeira do Pedro - Picuí (Figura 11), Chorão - Junco do Seridó, sítio Olho D' água do Padre - Sumé e Pedra Lavrada do Sabugi - São José do Sabugi para citar apenas alguns sítios que apresentam semelhanças com as Itacoatiaras do Ingá (SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Figura 9: Gravuras rupestres da Itacoatiara dos Macacos - Queimadas



Fonte: Santos (2014, p. 124)

Figura 10: Itacoatiara do Estreito - Campina Grande



Fonte: Santos (2014, p.124)

Figura 11: Sítio Arqueológico Cachoeira do Pedro - Picuí



Fonte: <http://jonatasarquivos.blogspot.com/2010/05/sitio-arqueologico-cachoeira-do-pedro.html>

Em Itatuba município vizinho a Ingá encontra-se inscrições e pinturas rupestres, algumas similares às da Pedra do Ingá. Pela proximidade, as suposições é que possivelmente o mesmo grupo humano autores das inscrições das Lages seriam os de Ingá. As inscrições das Lages (Figura 12) também foram feitas numa rocha gnaisse em um local às margens do rio e apresentam igualmente cupuliformes (SANTOS, 2014).

Figura 12: Sítio arqueológico Lages- Itatuba

Fonte: Autora, 2018

O que foi observado é que, em certos horários algumas figuras nas Lages desaparecem e em outras ficam nítidas igualmente como acontece com as Itacoatiaras do Ingá. Mais uma vez surgem questionamentos de que os autores da inscrição sabiam desse efeito e fizeram dessa forma propositalmente? Seria a Pedra do Ingá um calendário solar? O grupo humano que habitava aquela região procurava propositalmente locais às margens de rios para realizar suas gravuras. Por essa razão, alguns estudiosos acreditam que exista uma relação entre as Itacoatiaras de Ingá, as Lages e também a Serra Velha como locais de abrigo para os nativos (AZEVEDO, 2008; BRITO, 2017).

Assim o conhecimento sobre as Itacoatiaras do Ingá possibilita o planejamento da atividade turística, assim como, uma proposta de ecoturismo, porque apresenta o que a ciência tem estudado e descoberto mostrando também que a população tem suas ideias sobre a pedra, que existe um universo simbólico que precisa ser valorizado pelos turistas e principalmente pelos moradores.

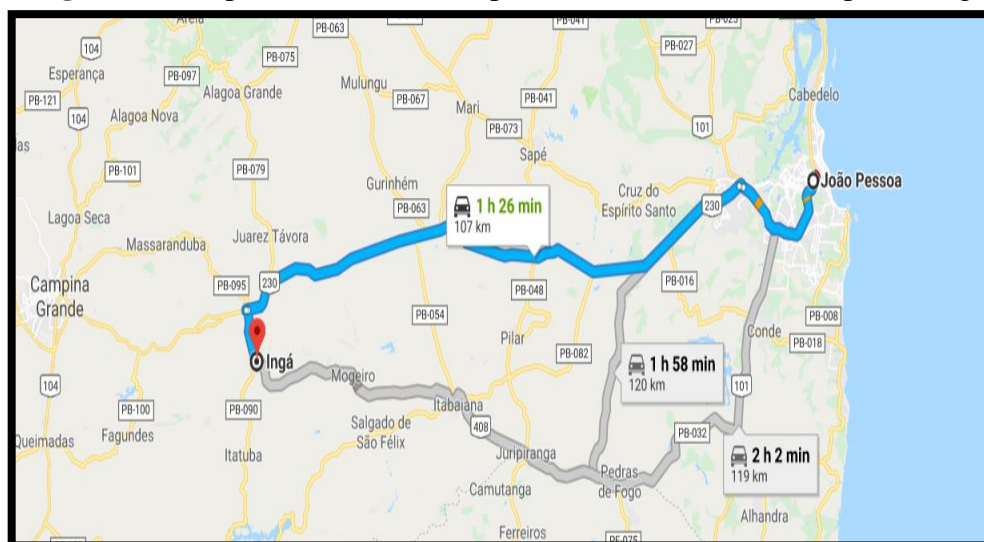
3.1.2. O equipamento turístico: a estrutura física do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Tratou-se anteriormente dos estudos mais aceitos sobre a origem e significado das inscrições da Pedra do Ingá, apontando os pesquisadores mais aceitos pela academia e mostrando as características do monumento arqueológico. Tratar-se-á agora do caminho que o turista deve percorrer até conhecer as Itacoatiaras do Ingá e o equipamento turístico lá existente.

O turista que deseja conhecer as Itacoatiaras do Ingá tem acesso ao local pela BR 230 no sentido João Pessoa a Campina Grande entrando a esquerda no km 115 e também pelo estado de Pernambuco passando por Goiana, Itabaiana e por fim em Mogeiro que faz divisa com o município de Ingá (IBGE, 2010).

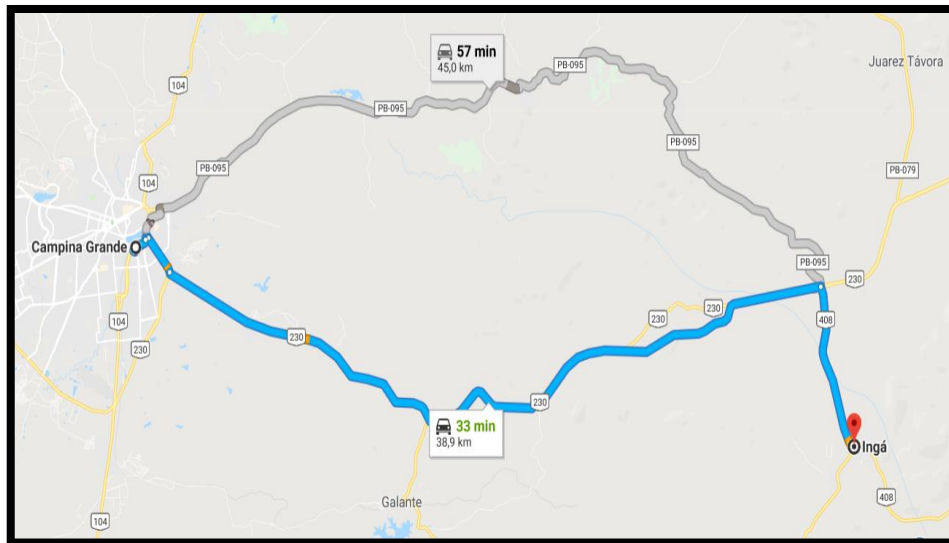
A cidade de Ingá fica entre a Capital João Pessoa e a cidade de Campina Grande que dá suporte ao município em relação a hospitais, comércio e, principalmente hospedagem ao turista que vem conhecer as Itacoatiaras (Figura 13). Ao chegar em Ingá o turista leva em torno de 11 minutos de carro até a Pedra do Ingá, pois o monumento é de fácil acesso com estrada asfaltada e sinalizada. (Figuras 13 e 15)

Figura 13: Mapa da distância da capital João Pessoa ao município de Ingá



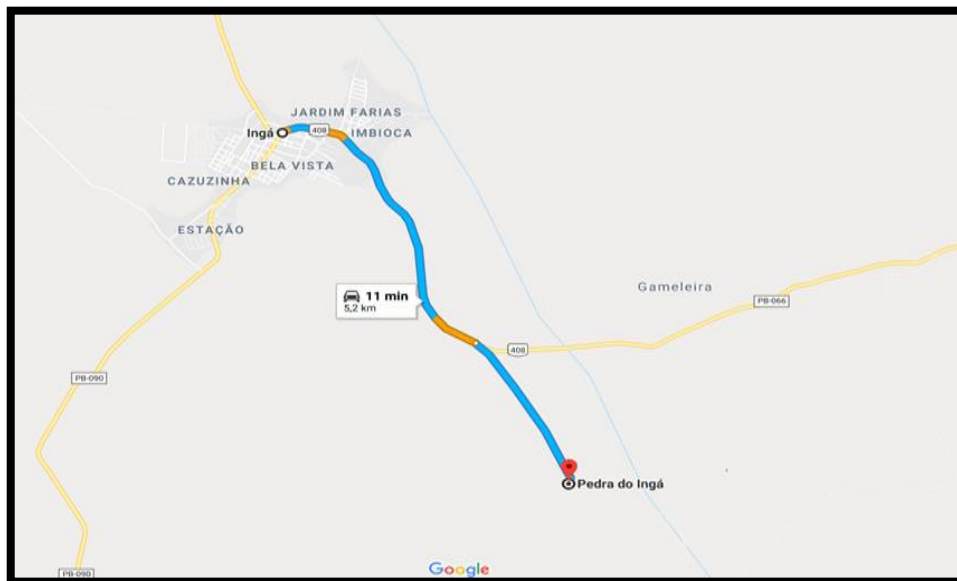
Fonte: Google Maps, 2018

Figura 14: A distância da cidade de Campina Grande ao município de Ingá



Fonte: Google Maps, 2018

Figura 15: Mapa da distância do centro de Ingá a Pedra do Ingá.



Fonte: Google Maps, 2018

Na entrada do município de Ingá foi colocado um portal dando boas-vindas aos visitantes e um monumento representando as Itacoatiaras. Do centro da cidade segue-se para a Pedra do Ingá até chegar a um outro portal que nunca foi acabado e está quase desabando. Em todo percurso existem placas, além de informantes que é a própria população (Figuras 16 e 17).

O sítio arqueológico teve sua área aumentada e final de 2018 essa parte foi cercada. Na área externa tem um espaço onde são realizadas algumas festas, a casa da pessoa que cuida da loja de artesanato e que também vigia o local durante a noite. O horário de funcionamento é de terça à sexta das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 e sábado, domingos e feriados das 09:00 às 13:00 horas.

Na entrada do sítio também se encontra a mensagem de boas-vindas em português e outras línguas, uma pequena lanchonete administrada pelo antigo cuidador e funcionário da prefeitura de Ingá ou “guardião” da Pedra do Ingá como é reconhecido por alguns pesquisadores e moradores, senhor Renato e sua esposa Cecília (BRITO, 2017).

O prédio de apoio que mede em torno de 15x25 metros possui um terraço onde recebe os turistas, a cafeteria com alguns lanches e suvenires, banheiros, o museu de História Natural criado por Mali Trevas onde encontram-se fósseis de animais da megafauna pleistocênica, materiais líticos e outros objetos que contam a história dos grupos humanos que habitaram a região (CÉZAR, 2013) (Figura 17).

Finalizando com a loja de artesanato que segundo o secretário de turismo de Ingá seria uma forma de valorizar o trabalho dos artesãos locais e ainda gerar renda. Os produtos são o artesanato representado pelo labirinto dos Chã dos Pereiras e Pontina distritos do município de Ingá, patchwork, croché, vasos e pequenos objetos com os símbolos das Itacoatiaras do Ingá.

Quando perguntado sobre a administração do sítio arqueológico o gestor afirma que “as únicas pessoas que conservam aquilo sou eu, temos três maridos²⁰, precisamos do estado, o município cuida e paga um guia no local, mais com a criação do Parque o Estado terá que tomar uma outra posição”(TRECHO DE ENTREVISTA- GESTOR).

²⁰ Os três maridos é uma referência ao governo federal, estado e município.

Figura 16: Caminho percorrido até chegar ao sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá



Fonte: Autora, 2019

Figura 17: Museu de História Natural com fósseis da megafauna pleistocênica, instrumentos líticos e a Loja de artesanato.



Fonte: Autora, 2019

Concluindo a apresentação do produto turístico o turista saindo da casa de apoio segue por uma rampa que conduz a uma pequena estrada de terra até o monumento arqueológico. Em apenas 5 minutos chega-se ao monumento arqueológico Pedra do Ingá (Figura 18).

Figura 18: Caminho feito pelo turista dentro do sítio até chegar a Pedra do Ingá



Fonte: Autora, 2018

3.1.3 Estado de conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Depois da apresentação do equipamento turístico, aqueles que visitam o sítio deparam-se com o mais importante que é o estado de conservação do monumento arqueológico e todo ambiente natural do entorno. A localidade que é um ecótono resultante da transição do bioma mata atlântica para a caatinga vem sofrendo com a degradação tanto pela ação antrópica como a ação da própria natureza (FARIAS FILHO; LAGE, 2018; SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Abordando inicialmente o sítio arqueológico Pedra do Ingá que se encontra a céu aberto percebe-se a degradação do suporte rochoso pelas elevadas temperaturas e insolação e quando ocorrem as inundações nos meses chuvosos o monumento fica quase encoberto pelas águas do Rio Ingá do Bacamarte, que também arrasta pedras, troncos de árvores, entre outros materiais causando arranhões, quebra e abrasão nas inscrições rupestres (MARTIN, 2005; SANTOS, 2014).

As ações antrópicas já são descritas na literatura como atividades realizadas ao longo dos anos como relata Leon Clerot:

Até bem pouco tempo o conjunto da “Pedra Lavrada” era maior: blocos de pedra superpostos entremeados de ingazeiras emolduravam o pedregal formando um conjunto agradável e pitoresco. Em dias de 1953 estivemos no local, surpreendendo uma turma de operários cavoqueiros, destruindo o pedregal; os blocos da cercadura nas duas margens do rio estavam sendo reduzidas a rachões e paralelepípedos para pavimentar a Capital. Esse ato de destruição e vandalismo havia sido autorizado pelo proprietário das terras onde se encontrava o pedregal, embora a 50 metros de distância existam pedras bastantes para pavimentar o décupo da área de pavimentação prevista. Coube à Sociedade Paraibana de História Natural intervir no caso protestando junto ao prefeito do Município e ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, tardiamente embora, mandaram sustar a obra de destruição (CLEROT, 2008, p. 132).

Durante séculos a Pedra do Ingá vem resistindo às intempéries do tempo, como foi mencionado no parágrafo anterior ocasionadas por ações naturais e antrópicas. De uma forma geral os sítios arqueológicos têm uma tipologia turística própria, com necessidades e problemas diferentes de outros patrimônios culturais (MELGAREJO; LÓPEZ, 2017).

A pedra do Ingá com suas peculiaridades e problemas coloca em questão as ações referentes a sua conservação. O tombamento do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá cujo registro pode ser visto no processo nº 330T-43 inscrição nº 234 do Livro de Tombo Histórico e o no Livro de Tombo de Belas Artes, inscrição 301 de 29/05/1944 (IPHAN, 2013b) não tem garantido a proteção deste patrimônio²¹.

Entretanto em 2010 foi contratada equipe interdisciplinar com intuito de realizar uma avaliação e ações de conservação do monumento arqueológico que resultou no relatório final em 2013/2014. A equipe foi comandada pela arqueóloga Conceição Lage e trouxe dados importantes para o entendimento de que agentes têm degradado a Pedra do Ingá.

Verificou-se que parte do suporte rochoso perdeu material pétreo, algumas gravuras já não existem mais e alguns pesquisadores como Cézar (2013) e Lage et al (2016) acreditam que algumas dessas gravuras foram também retiradas por pessoas, talvez até caçadores de tesouros arqueológicos.

Identificar os agentes causadores de degradação do monumento arqueológico requer procedimentos não invasivos ou que não cause danos ao suporte rochoso, mantendo a integridade do material arqueológico que está sendo analisado. Da mesma forma as ações visando a conservação do monumento tem que seguir diretrizes para evitar qualquer dano irreversível (LAGE et al, 2016; LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

Lage e Farias Filho (2018) afirmam que estudos referentes a sítios arqueológicos de arte rupestre torna-se difícil por que fica quase impossível descobrir seu estado original, devido as modificações naturais e antrópicas pelo qual vem passando o ambiente. Abaixo uma lista de problemas apontados pelos autores nos sítios de arte rupestre no nordeste do Brasil.

Os problemas de origem natural mais comuns nos sítios do Nordeste brasileiro são ligados à degradação do suporte rochoso, à infestação de insetos construtores, excrementos de roedores que habitam os abrigos rochosos, eflorescências salinas, oriundas da ação das águas nos sítios que as transportam por solubilidade ou arraste e, quando secam, as depositam em superfície ou interstícios da rocha. Já os problemas de origem antrópica, tanto podem ter ocorrido de forma acidental, quanto provocados intencionalmente por reutilizações contínuas do espaço do sítio ou por ações vandálicas, sendo estas últimas, na maior parte dos casos, resultantes da falta de informações e

²¹ Nos documentos, livros, na observação sistemática e entrevista observou-se que apesar do monumento ser tombado desde 1944 não foi garantia de sua conservação. Isso pode ser observado no relato do engenheiro Leon Clerot quando em 1953 esteve nas Itacoatiaras de Ingá e encontrou operários destruindo o conjunto rochoso para tornar-se paralelepípedos que seriam utilizados na Capital João Pessoa (nota da autora).

conhecimentos a respeito da proteção e conservação do patrimônio arqueológico (LAGE; FARIAS FILHO, 2018, p. 332).

Em relação ao estado de conservação das inscrições rupestres de Ingá e do suporte rochoso como um todo podem ser encontrados os relatórios de atividades realizados em 2010 e 2013 como foi referido no parágrafo anterior nos arquivos do IPHAN. O estudo de 2013 realizado pela equipe da arqueóloga Conceição Lage intitulado “Estudos Arqueológicos, Conservação e Socialização do Sítio Itacoatiaras do Ingá” resultou no relatório final em 2014. Após os estudos chegou-se à seguinte conclusão em relação ao estado de conservação do monumento arqueológico: a degradação do conjunto rochoso, onde encontram-se as inscrições são ocasionados por fatores químicos, físicos, biológicos e antrópicos (IPHAN, 2013a).

Assim o relatório traz informações importantes que em alguns momentos foram comparados com a observação da autora e com entrevistas realizadas de 2017 a 2019. É necessário esclarecer que o diagnóstico proposto nesta dissertação se refere à atividade turística do local e conseqüentemente à conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá. Os métodos utilizados para coletar e analisar os dados são diferentes dos que foram utilizados no diagnóstico do IPHAN de 2013, mas complementam e corroboram os dados coletados pela autora durante a observação sistemática e entrevistas.

De acordo com Diagnóstico Final e o Plano Gerencial para a Manutenção e Preservação Sustentada do Sítio Itacoatiaras do Ingá e o relatório “Estudos Arqueológicos, Conservação e Socialização do Sítio Itacoatiaras do Ingá de 2013 realizado pelo IPHAN nos 41,25 hectares os principais problemas identificados em relação ao estado de conservação da Pedra do Ingá são:

A) A ação da água

A Pedra do Ingá é um sítio arqueológico que está ao ar livre localizando-se as margens do rio Ingá e em períodos de cheia o monumento chega a ficar submerso. A água do rio causa carregam galhos de árvores, rochas que se desprendem de outras localidades com a força da correnteza causando atrito, fissuras no petróglifo e até arrancando pedaços da rocha (IPHAN, 2010; 2013a).

O sítio arqueológico Pedra do Ingá que por muito anos foi um local de lazer, onde os moradores vinham tomar banho de rio e fazer piquenique, agora são impedidos. Primeiramente por se tratar de um sítio arqueológico que requer cuidados e principalmente pela poluição do

rio que torna impossível o uso humano. Mesmo assim, algumas pessoas relatam nas entrevistas que o rio no trecho das Itacoatiaras do Ingá ainda é utilizado para lazer e pesca.

Constatou-se que as pessoas são proibidas de tomar banho no rio Ingá pelo menos no trecho do monumento arqueológico. Os guias e o secretário de turismo avisam ao turista sobre a poluição do rio. Um dos guias com suas próprias palavras afirmou que “quem tomar banho nesse rio pode cair até a pele” referindo-se à poluição (TRECHO DE ENTREVISTA- GUIA).

Os estudos realizados em relação à qualidade da água do Rio Ingá apontam altíssimo índices de poluentes. Abaixo foi colocado um quadro demonstrando os índices de poluentes apresentado no Relatório Final “Estudos Arqueológicos, Conservação e Socialização do Sítio Itacoatiaras do Ingá de 2013.

Quadro 2: Índices de poluentes

<p>Coliformes fecais → (>1600 NMP/ 100 mL); Padrão = ausência/100mL;</p> <p>Indica poluição, com o risco potencial da presença de organismos patogênicos.</p>
<p>• <i>Escherichia coli</i> → (540 NMP por 100 mL); Padrão = ausência/100mL;</p> <p>Pode gerar infecções graves e generalizadas para os frequentadores do local. Sua presença é indicativa de contaminação com fezes humanas (raramente de outros animais).</p>

bactérias heterotróficas → $(6,7 \times 10^4 \text{ UFC/mL})$; **Padrão** = $5,0 \times 10^2$; (bactérias quimioorganotróficas) indicam poluição microbiológica de infestações generalizadas. Podem apresentar metabolismo tanto anaeróbico como aeróbico, realizando a decomposição de carboidratos, proteínas, ácidos orgânicos e álcoois, produzindo, sobretudo nitratos e sulfatos, que são indicadores de ambientes contaminados. Os nitratos estimulam o desenvolvimento de organismos aquáticos como às algas.

Fonte: IPHAN (2010; 2013 a, p.41)

Brito (2017) acredita que o reflorestamento amenizaria o processo de compressão e dilatação do rochedo, pois o local encontra-se degradado, a vegetação existente foi sendo substituída pelo cultivo de subsistência. Nas margens do rio não existe mais a presença da mata ciliar que vem causando assoreamento e poderia proteger o petróglifo durante as cheias do rio.

Consta que em 2002 o historiador e arqueólogo Juvandir de Souza Santos com a ajuda de escoteiros-mirins plantou diversas mudas nas proximidades da Pedra do Ingá, mas com as enxurradas de 2004 várias mudas foram arrancadas (BRITO, 2017). A ação foi importante, no entanto, especialistas na área ambiental poderiam ajudar indicando a forma mais adequada para realizar esse reflorestamento.

No período de estiagem a vegetação modifica-se observando uma paisagem típica da caatinga e no período de chuvas o local fica coberto pela vegetação (Figura 19). No relato dos moradores é retratado essas mudanças na paisagem onde afirmam que “não é como antigamente onde tudo era mata e o rio corria direto” (TRECHO DE ENTREVISTA-POPULAÇÃO). Em relação à fauna e flora ainda presente no sítio arqueológico, os relatos dos guias, da população e da própria observação da autora permitem que se construa um quadro para apresentar ao leitor (Quadro 5).

Figura 19: O sítio arqueológico Pedra do Ingá durante o período de chuva e estiagem



Fonte: Autora, 2018

Quadro 3: Lista livre²² da fauna e flora encontradas atualmente no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Flora	Fauna
Vagem – <i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Calango do bico doce- <i>Ameiva ameiva</i>
Cumarú – <i>Dipteryx odorata</i>	Tejú- <i>Tupinambis</i>
Jucá- <i>Caesalpinia férrea</i>	Camaleão- <i>Chamaeleonidae</i>
Angico- <i>Anadenanthera macrocarpa</i>	Iguana- <i>Iguana iguana</i>
Cajá do mato- <i>Spondias mombin</i> L	Calango da costa amarela- <i>Tropiduridae</i>
Caibrera- <i>Tabebuia aurea</i>	Preá- <i>Cavia aperea</i>
Juá- <i>Ziziphus joazeiro</i>	Timbu- <i>Didelphis marsupialis</i>
Catingueira- <i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul	Lobo guará - <i>Chrysocyon brachyurus</i>
Aroeira- <i>Schinus terebinthifolius</i>	Tatu- <i>Dasypodidae</i>
Ipê roxo- <i>Handroanthus impetiginosus</i>	Tamanduá mirim- <i>Tamandua tetradactyla</i>
Ipê amarelo- <i>Handroanthus albus</i>	Sagui- <i>Callithrix</i>
Barriguda- <i>Cavanillesia arbórea</i>	Carcará- <i>Caracara plancus</i>
Trapiá- <i>Crateva tapia</i> L	Gavião carijó- <i>Rupornis magnirostris</i>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 2018.

²²– Lista Livre “é uma técnica comum para extrair informações nas ciências sociais. A lista livre visa buscar informações específicas sobre um domínio cultural da comunidade em estudo” (COELHO, p. 12). Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_8bloco_1/uni_etnobiologia/material_apoio/modulo_etnobiologia.pdf.

B) Presença de biodepósitos

A presença de vegetação em torno do monumento com o crescimento das raízes e caules penetram na rocha (Figura 20). Ainda os compostos químicos presentes nessas raízes também favorecem na degradação do petróglifo além de ser um ambiente perfeito para a proliferação de fungos, algas, bactérias e líquens que também são agressivos ao monumento (IPHAN, 2010;2013, LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

Figura 20: Presença de biodepósitos no painel vertical



Fonte: Autora, 2019

Em torno do monumento arqueológico encontra-se muitas vezes a presença de animais domésticos como cachorros, bovinos, caprinos e suínos que transitam no conjunto rochoso depositando seus dejetos, além do risco de acidente com os turistas. As galinhas presentes no sítio de uma certa forma contribuem com o manejo ecológico de possíveis pragas, mesmo que sua presença no local não seja intencional (IPHAN, 2010; 2013a, RODRIGUES; GALZERANI, 2012; BRITO, 2017).

C) Degradação do suporte rochoso por origem antrópica

Como foi relatado anteriormente as Itacoatiaras do Ingá quase foram destruídas pela ação humana tornando-se paralelepípedos. O sítio arqueológico era um ambiente de lazer, onde a população relata nas entrevistas a ida ao local para tomar banho de rio, pescar e fazer piquenique. Nessas visitas as pessoas deixavam suas inscrições por cima das gravuras pré-histórica de Ingá.

Eu tinha uns 18 anos ou 19 na primeira vez que eu vim do sítio para conhecer a Pedra na época. Na época, a situação hoje é bem diferente, hoje é tudo descoberto, aquilo tudo era coberto de mata, o rio a cheia era muito grande, aquelas pedras já existiam. A gente ia para lá passava uma manhã ou uma tarde, tomava banho no rio, ficava por ali, não tinha nada daqueles artesanatos, não tinha prédios, não tinha nada do que tem ali, tudo natural como se diz e era um rio mesmo. A cidade de Ingá era tudo mato, tinha criação de gado, plantação de agave, era mata. Não tinha asfalto, a estrada era chão, aquela estrada que tem lá era pequenininha, como um sítio. Não tinha praticamente muito carro, isso uns 40 anos atrás. A gente ia a pé ou a cavalo, naquela época não tinha essas coisas de carro, levava lanche (TRECHO DE ENTREVISTA-POPULAÇÃO).

Se os nossos antepassados faziam registros, as pessoas na atualidade parecem que seguem os mesmos passos, será que é instinto herdado pelos nossos antepassados em pintar ou escrever nas rochas ou vandalismo fruto da falta de conhecimento e sentimento de pertença dos moradores e visitantes? (MARTIN, 2005; LAGE, 2016; BRITO, 2017). (Figuras 21 e 22)

Na observação sistemática e nas entrevistas o turismo também foi observado e apontado como causa da degradação do sítio arqueológico como um todo, alguns pesquisadores com Santos (2014) e Brito (2017) chegaram a defender o fim desta atividade no local. Alguns anos atrás fósseis de animais da megafauna foram destruídos durante visitas ao Museu de História Natural como foi relatado pelos guias. Contudo na época os fósseis ficavam expostos sem nenhuma proteção, além de não haver guias no sítio para orientar a visita (SANTOS, 2014).

Figura 21: Vandalismo nas Itacoatiaras do Ingá



Fonte: IPHAN (2013 a, p.31).

Figura 22: Lata de cerveja jogada no sítio arqueológico Pedra do Ingá



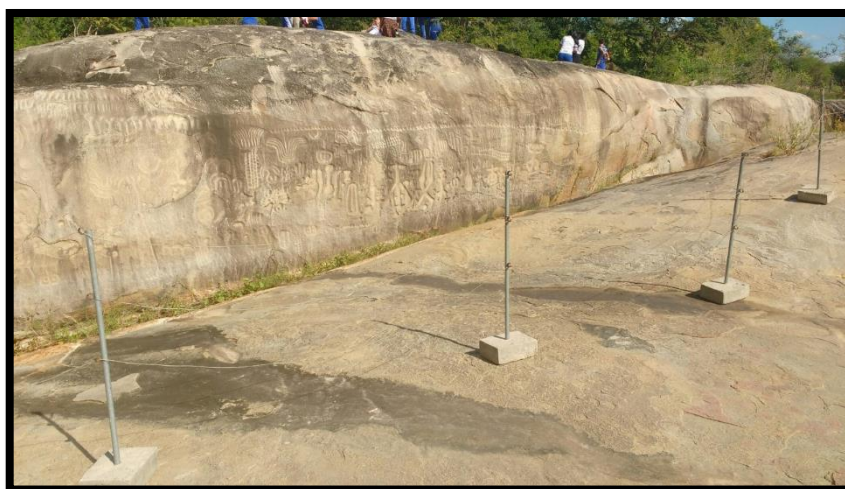
Fonte: Autora, 2018

Os gestores e guias nas entrevistas defendem que não são os turistas que causam danos ao sítio arqueológico, a maioria são pessoas que vêm em busca de conhecimento, que “são educados, não jogam lixo no chão” (TRECHO DE ENTREVISTA- GUIA), não tocam nos fósseis, mesmo com proteção e seguem as orientações dos guias. Para eles os danos antrópicos são causados pela própria população que não valoriza o patrimônio cultural.

A gente vem passando por essas crises e turismo se mantém, é um point, ele não cai, ele sempre está aumentando. E falando de Ingá, desde sempre, desde que a cidade foi fundada 1840, que a gente se baseia muito nas Itacoatiaras, o pessoal vem para as Itacoatiaras e o pessoal da cidade não valorizam, é uma rocha normal, é uma rocha que a gente vê, quebra, faz o que quiser com ela, mas para as pessoas de fora, é algo de outro mundo (TRECHO DE ENTREVISTA- CONDUTOR DE TURISMO).

Observa-se que foi colocada uma cerca para evitar a aproximação das pessoas no painel vertical evitando a pisada e toques nas inscrições (Figura 25). Mas o que se percebe é que os turistas ou visitantes tem acesso ao painel superior, andam em cima do painel vertical onde estão as inscrições principais o que deveria ser proibido e só permitido em caso de pesquisas autorizadas pelos órgãos responsáveis pelo sítio arqueológico (CÉZAR, 2013; SANTOS, 2014; LAGE et al, 2016).

Figura 23: Cerca de proteção nas Itacoatiaras do Ingá



Fonte: Autora, 2018

Os danos antrópicos atualmente são mais difíceis de ocorrer porque o sítio está cercado, tem guias durante todo o dia, além da presença constante de servidores da secretaria de turismo. A pedra do Ingá é cada vez mais conhecida através de reportagens e dessa forma as pessoas são mais conscientes da importância das Itacoatiaras, como um dos guias afirmou “pode acontecer de uma pessoa ou outra fazer alguma coisa errada, mas hoje é mais difícil” (TRECHO DE ENTREVISTA- GUIA).

D) Variação térmica

As variações de temperatura causam a contração e dilatação da Pedra do Ingá produzindo o deslocamento ou perda do conjunto rochoso (Figura 24). Durante o dia a temperatura chega até 50° e durante a noite acontecem quedas bruscas de temperatura chegando a 25° (IPHAN, 2010; 2013 a; CÉZAR, 2013).

Figura 24: Deslocamento no Painel Vertical



Fonte: Autora, 2018

Em relação à conservação da Pedra do Ingá pela gestão atual a população relata que com a entrada do atual secretário de turismo o sítio arqueológico está mais preservado. Um dos depoimentos colhidos afirma que: “depois que o secretário entrou está se dedicando muito, houve uma melhora, mas merece muito mais, aquilo ali é um Patrimônio da Humanidade” (TRECHO DE ENTREVISTA- COMERCIANTE) “O prédio lá fica mais em ordem com o museu, devido ao secretário” (TRECHO DE ENTREVISTA- ARTESÃ).

As propostas apresentadas até o momento em relação à conservação do monumento arqueológico são o desvio do rio Ingá, para evitar que o monumento fique submerso em épocas de cheia e que sofra danos advindos da poluição do rio, dos fragmentos de pedras, galhos, troncos de árvores que com a força da água atingem o conjunto rochoso, causam arranhões e tem destruído algumas figuras. A outra proposta complementar seria uma cobertura para proteger o monumento, no entanto, não existe ainda um projeto arquitetônico que contemple tal empreendimento sem causar danos ao petróglifo (IPHAN, 2013; BORGES et al, 2016).

Em agosto de 2018 um grupo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido do Nordeste do Brasil (INAPAS) através do Projeto “ Registro Tridimensional Georreferenciado do Sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Rio Ingá, Ingá-PB e apresentado ao IPHAN em 2018 realizou um levantamento fotográfico em 3D através de varredura a laser, como uma forma de reproduzir futuramente o monumento e também criar um painel digital dentro do museu ampliando as opções turísticas no local (INAPAS, 2018).

Assim seguindo o raciocínio de Brito (2017) quanto mais a Pedra do Ingá for objeto de estudo, fotografada, filmada, registrada mais condições ela terá de ser preservada na memória dos paraibanos, dos brasileiros e da humanidade. A legislação também é essencial para a conservação e ou preservação dos sítios arqueológicos indicando diretrizes a serem seguidas pelos gestores e principalmente, dando à população meios legais de cobrar a proteção das Itacoatiaras.²³

Em 1996 a parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a UFPB, Universidade de Lyon- França e a Fundação do Homem Americano (FUNDHAM) foram feitas duas cópias do painel vertical que contém as principais inscrições. Uma cópia que é parte do painel encontra-se no museu de História Natural localizado no sítio arqueológico, outra no Espaço Cultural em João Pessoa e na França (OLIVEIRA; MENEZES, 2011; BRITO, 2017).

É comum em alguns países como medida de conservação as réplicas das pinturas rupestres encontradas nas cavernas. Tem-se como exemplo as cavernas na Lascaux na França e as pinturas rupestres de Altamira na Espanha que também possui uma réplica, no entanto, pelo menos uma vez na semana recebe a visita de pessoas acompanhadas por guias e controla-se a quantidade de visitantes (CHOAY, 2006).

Quando se fala na Pedra do Ingá todas as ações de conservação ainda são poucas em relação a importância deste monumento arqueológico. O relevante também é que esse conhecimento não fique retido aos pesquisadores, mas que se propague entre a população dando a oportunidade de conhecer sobre a história do monumento e dessa forma possibilitar a essas pessoas a sensação de pertencimento em relação ao patrimônio.

²³ Ver sobre tombamento Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

Bens de natureza material de valor arqueológico-Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961

Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009 sobre criação do Centro Nacional de Arqueologia.

3.1.4 Estrutura turística do município de Ingá

O município de Ingá até o momento não possui bancos, visto que, o único que existia foi alvo de explosão, nem pousadas, hotéis ou hospedagens familiares. Outra questão preocupante é que o mesmo possui apenas um pequeno hospital e com atendimento precário, falta de saneamento básico, problemas com a falta d'água e conta apenas com dois restaurantes self-service e alguns bares com pouca estrutura.

Alguns moradores sentem vergonha de falar de Ingá pelo fato de não existir hospedagem de qualidade e por não ter uma organização, vejamos:

Olha eu fico nas feiras, participando como estou te falando da Ruraltour, eu não falo do Ingá, não falo por conta que os meninos estão preparando agora essa parte de guia. Se vier um pessoal aqui, como é que vai dizer que é para pernoitar. Não tem hotel sabe, no caso aqui tem Dona Lia que fornece o almoço, a tapioca, o Memorial do Cuscuz, mas no caso de dormir, de dormida não tem um ambiente legal. Tem pousada que não é uma coisa legal para uma família. Até pensei que quando a agente tiver uma reunião conversar e alguém tiver uma casa. Porque quando vier um grupo, ter uma casa, como um apoio, seria diferente. Um aluguel por dois, três dias, em uma casa estruturada seria mais fácil. Por exemplo aqui na minha casa, só eu e meu marido, se eu me organizar tem esse meu salão tem uma suíte, então chega uma família, eu tenho outra casa lá no conjunto, estava falando com meu marido para a gente se organizar para deixar a casa equipada para alugar (TRECHO DE ENTREVISTA-POPULAÇÃO)

Ainda que existissem hospedagens e restaurantes, não teria roteiro turístico para oferecer ao turista. A falta de investimento, planejamento e ações tem resultado em uma atividade turística precária fora dos padrões sustentáveis onde um dos entrevistados afirma que o “turismo e cultura ninguém dá muito valor” (TRECHO DE ENTREVISTA– GESTOR).

Mesmo possuindo outras localidades com potencial para o turismo no município de Ingá, a atividade concentra-se no sítio arqueológico, todas as iniciativas de atrair turistas é para que permaneçam no local. Conforme foi relatado pelo secretário de turismo e pelo guia da Pedra, os turistas são recebidos toda a semana de terça a domingo e a segunda-feira é dia de descanso. O fluxo de turistas é contínuo e foi observado que na terça-feira vem grupos de turistas trazidos pela empresa Lucky Receptivo.

A quantidade de turistas varia entre quatro pessoas ou grupos com mais de 15 visitantes. Não contando com a empresa de turismo que traz os turistas na terça-feira sempre vêm turistas solitários, em família, grupos de amigos, alguns interessados em viver uma experiência mística ou por gostar de ufologia, geralmente em busca de conhecimento, de ter contato com a história dos habitantes da região.

Observa-se a presença de estudantes de escolas, universidades, cursos técnicos de várias áreas e cidades. Durante a semana chegam ônibus com esses estudantes mostrando que o turismo pedagógico é presente no local e pode integrar-se ao ecoturismo. O turismo pedagógico proporciona aos estudantes a vivência *in situ*, ou seja, uma experiência única de aprendizado, assim como, o ecoturismo que também busca o conhecimento através do contato com a natureza, com a população e o patrimônio cultural (GOMES et al, 2012).

Os turistas são recebidos na Pedra do Ingá pelo guia, que é contratado pela prefeitura ou pelo guia voluntário que se dedica ao estudo da arqueologia paraibana e como ingaense sente-se responsável pela conservação das Itacoatiaras. O secretário de turismo em alguns momentos acompanha os visitantes.

Os guias apresentam as principais hipóteses explicativas sobre o sítio arqueológico, as mais aceitas pela ciência e algumas vezes comentam também sobre as hipóteses pseudocientíficas como a origem extraterrestre das inscrições de Ingá para satisfazer a curiosidade dos turistas. Por fim os turistas ou os estudantes são levados ao Museu de História Natural recebem uma aula sobre a pré-história paraibana contada através dos artefatos líticos encontrados na região, os fósseis de animais da megafauna pleistocênica, além de outros materiais de outras localidades da Paraíba.

Esses turistas permanecem entre cinquenta minutos a uma hora conhecendo as inscrições, depois o museu, alguns visitam o salão de artesanato e vão embora. Esses turistas em sua maior parte não realizam refeições, não consomem nada na cidade e nem pernoitam por falta de hospedagens. Até 18 de dezembro de 2018 cerca de 10.000 pessoas visitaram o local de acordo com o livro de visitas que fica sob os cuidados do antigo administrador das Itacoatiaras que mesmo não trabalhando mais no local, mantém uma pequena lanchonete na entrada do sítio arqueológico.

3.1.5 Perfil e percepção do turista

O sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá recebe turistas de variadas localidades. A maior parte vem de João Pessoa capital do estado da Paraíba e também os moradores locais que deixaram o município e retornam em períodos de férias. Apesar de procurarem o turismo de sol e mar também procuram segmentos como ecoturismo, turismo rural, entre outros como uma atividade que proporciona conhecimento e contato com a natureza.

Muitos utilizam o meio de transporte próprio para locomover-se para o município de Ingá com o objetivo de conhecer exclusivamente a Pedra do Ingá sem qualquer proposta de conhecer outros lugares ou expressões culturais da cidade. O turista vem buscando roteiros menos usuais como os sítios arqueológicos, com experiências singulares como conhecer locais que possam ter contato com a natureza, história e memórias das populações, o entendimento sobre a conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural representando pelas Itacoatiaras do Ingá (RIES, 2008; MELO; CARDOZO, 2015).

Percebe-se através dos dados analisados que os turistas que conhecem as Itacoatiaras em sua maioria são mulheres, pessoas que em relação a escolaridade possui nível superior e até pós-graduação, em segundo ensino médio e terceiro ensino fundamental. Durante a pesquisa de campo e a aplicação dos questionários indagou-se aos turistas sobre sua percepção em relação ao local considerando aspectos positivos e negativos sobre a natureza e sobre o próprio monumento arqueológico (Quadro 4).

Quadro 4: Aspectos positivos em relação ao Sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Formação arqueológica, localidade, o museu
Aspecto geológico, as pessoas a história e a cultura
A beleza do lugar, o mistério e o ambiente
O museu, a proximidade com a cidade e a limpeza do local
Amei o lugar, tem muita magia.

O povo, as belezas locais e a distância que é pequena
Beleza cênica, museu, indícios históricos acerca dos desenhos
A pedra, a paisagem, o monitor que foi muito atencioso.
Fácil acesso e beleza
O mistério em torno das escrituras, as figuras e a tentativa de interpretar.
Poder subir na pedra
Paisagem

Fonte: Pesquisa de campo/ autora

Os aspectos históricos, culturais e ambientais são apontados pelos turistas demonstrando o interesse das pessoas pelo patrimônio cultural e natural (CHUVA, 2012; MELO; CARDOZO, 2015). Foi observado também pelos turistas a magia do local, ou seja, a sensação de mistério que a Pedra do Ingá oferece (KOTLER, 1996; MTUR, 2010). Um turista relatou que subiu na Pedra como algo positivo mostrando desconhecer sobre a conservação e ou preservação do patrimônio cultural e confirmando o que foi relatado anteriormente sobre a presença de pessoas pisando no monumento.

A Pedra do Ingá proporciona ao turista conhecimento, emoções e sensações, pois leva as pessoas a reviverem o passado. Essas inscrições são interpretadas sob variados olhares, são plantas, animais, estrelas, espirais, sol, pessoas e até seres extraterrestres são observados pelos turistas (MARTIN, 2005; LAGE et al, 2016).

Em relação aos autores das inscrições as duas principais hipóteses levantadas pelos turistas atribuem, quase a totalidade aos próprios nativos e apenas um turista acredita ser de autoria extraterrestre baseando-se nas matérias da internet, geralmente de estudiosos de ufologia que defendem que as inscrições da Pedra do Ingá são de origem extraterrestre como veremos no quarto capítulo.

Quadro 5: Autores das inscrições na percepção do turista

Povos Indígenas	Extraterrestres
-----------------	-----------------

Fonte: Pesquisa de campo/ autora.

Questionados sobre o que percebem como aspectos negativos na visita ao sítio arqueológico os turistas ouvidos declararam:

Quadro 6: Aspectos negativos em relação ao sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá

Me surpreendi com a história das escritas e dos artefatos, pois não conhecia. Por outro lado, falta incentivo e políticas públicas para o cuidado do sítio e oferta de outros serviços turísticos. A acessibilidade é um ponto bem crítico nas instalações.
Atendimento; local apropriado para fazer pequenas refeições; falta de outros atrativos;
Muito pouco cuidado, atendimento péssimo
Falta de investimento no turismo e capacitação para o pessoal. Eles poderiam explorar mais as belezas locais para o turismo.
Banheiros sem pia para visitantes, falta de cuidado com uma réplica de ossos de mamutes que fica logo na entrada, falta de placas informativas.
Via de acesso
Senti falta de integração com a cidade; mais atrativos para permanecer mais tempo como novas trilhas guiadas; não havia comida no local.
Poucos pontos turísticos, depredação e visita rápida
Estado de conservação, proteção e pouca informação
Ter um guia para explicar
A falta de informação sobre a região A forma como o condutor fez críticas a própria instituição e o fato de ter informado que a ampliação da estrutura não era positiva, não reconhecendo a importância do patrimônio A ausência de uma trilha guiada ou algo do gênero, ou mesmo a venda de produtos relacionados ao patrimônio (de bom gosto)

Fonte: Pesquisa de campo/autora.

No que concerne aos aspectos negativos os turistas alegam a falta de estrutura do local como os banheiros, outros espaços para fazer refeição, a conservação do monumento, dos fósseis expostos no museu, a contextualização do monumento com aspectos históricos e falta de outras atividades no sítio, ou seja, a visitação se resume apenas ao sítio arqueológico (BRITO, 2017; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018).

Entretanto foram questionados sobre outros locais que foram visitados no município de Ingá ou se ficaram apenas na Pedra. Nas entrevistas verificou-se que durante a permanência no sítio arqueológico os guias não falam a respeito de outras localidades, como restaurantes ou possível visita ao centro da cidade.

Quadro 7: Informações sobre outras localidades

Não conheceram outros locais
Sim e observaram a falta de estrutura

Fonte: Pesquisa de campo/autora.

O que se percebe é que os guias não falam sobre outras localidades como restaurantes ou atrativos turísticos como o Memorial do Cuscuz, o centro histórico, a senzala entre outros. No entanto, é importante frisar que muitos locais não possuem estrutura adequada para receber os turistas, mas também parece não existir uma integração entre os guias que ficam nas Itacoatiaras e os guias externos talvez pela falta de um planejamento buscando inserir comerciantes, artesões entre outras pessoas que estão diretamente ligadas ao turismo.

Quadro 8: Expectativas em relação ao sítio arqueológico

Não atendeu as minhas expectativas
Lugar maravilhoso, mas precisa de cuidado e divulgação
Foram atendidos apenas pela beleza do lugar
Como fui criada indo lá com frequência não mensuro expectativas em relação a mim, digo que quem vai lá espera sempre mais do que realmente se apresenta.
Poderia ter atividades complementares
Eu pensava que havia mais relação do monumento com a cidade, achei algo muito separado, independente.
Esperava que tivesse mais atrativos
É preciso medidas urgentes de proteção

Esperava mais

Fonte: Pesquisa de campo/autora

As expectativas dos turistas em relação a Pedra do Ingá são positivas em relação a beleza e história do lugar, mas como foi apontando nas questões anteriores os problemas na conservação do monumento, a falta de atividades complementares e atrativos são recorrentes entre as impressões dos turistas (LAGE et al, 2016).

Mesmo a Pedra do Ingá sendo o principal atrativo e a atividade turística ainda se resumir ao local, houve relatos de alguns turistas sobre outras atividades realizadas na cidade. Alguns turistas afirmaram que praticaram atividades como ecoturismo, turismo cultural visitando o centro histórico de Ingá, cavalgadas, acampamento e trilhas além de comprar artesanato e alimentos no sítio arqueológico. Nos finais de semana alguns comerciantes vendem produtos como mel, picolé, tapioca entre outros o que não se observa durante a semana.

A expressão dos turistas sobre as sensações e experiências vivenciadas em relação à Pedra do Ingá, suas inscrições, a natureza e até as histórias contadas pelos guias foi importante porque puderam dar opiniões sobre a preservação e ou conservação do local, os problemas que visualizaram como por exemplo, a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos.

Os turistas também relataram que não foram recebidos por guias e não tiveram qualquer explicação do local surgindo interrogações a respeito do atendimento dos guias que ficam na Pedra aos turistas. Os guias e condutores turísticos tem papel importante como informantes, educadores ambientais e patrimoniais (VIEGAS,2010; MENESES, 2017) e protetores das Itacoatiras (LAGE et al, 2016; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018).

Quadro 9: Sentimentos e perspectivas sobre a Pedra do Ingá

Uma experiência emocionante que revelou aspectos inesperados
--

A experiência foi positiva graças ao grupo que encontramos, composto pela pesquisadora e um guia local da cidade (mas que não era do sitio arqueológico). Eles terminaram nos mostrando o local e explicando um pouco da história - depois subimos ao museu e aí houve mais explicações. Mas sentimos falta de uma estrutura de atendimento mais preparada para a recepção de mais visitantes ao mesmo tempo. Durante algum tempo vagamos sem saber se alguém nos atenderia ou se deveríamos explorar o local sozinhos. Deveria haver uma recepção com mais informações de modo a permitir que mesmo com visita autônoma (para o caso de haver muitos visitantes sem disponibilidade de guias) o turista pudesse conhecer explorar o local e ter informações adequadas.

Fiquei encantado
Achei lindo o monumento, no entanto não apareceu nenhum guia local para explicar sobre o monumento, nem tivemos instrução quando chegamos lá
Me surpreendi com a história das escritas e dos artefatos, pois não conhecia. Por outro lado, falta incentivo e políticas públicas para o cuidado do sítio e oferta de outros serviços turísticos. A acessibilidade é um ponto bem crítico nas instalações.
A região precisa investir mais no ecoturismo
Gosto de lá pois esse achados pré-históricos valoriza nossa região em relação ao turismo.
O local poderia ter atividades complementares e venda de artesanato mais elaborados.
Elogio a proteção desse patrimônio, bem como o meio ambiente que o mantém. De ideias acho que poderiam pensar no turismo de observação das estrelas, eventos culturais, aproveitar quem está na rota para outras cidades e convidá-los a passar por Ingá (claro, associando com outros serviços e espaços da cidade, porque a cidade precisa sentir o impacto positivo do turismo: restaurantes, guias hotéis, teatros, parques etc)
Achei muito bonita a pedra, serviço ótimo, só colocaria em questão a instalação de um restaurante ou mais pontos de visitação
A experiência foi boa, o local é belo, mas precisa ser preservado
Foi boa, mas o local parece esquecido, precisa de infraestrutura, de divulgação, de outras atividades para se fazer no local, talvez alguma trilha, um banho, ou áreas para fazer piquenique.
Precisa explorar mais possíveis atrativos da região, precisa envolver mais o turista no mistério, talvez um vídeo interativo ou uma dinâmica.

Fonte: Pesquisa de Campo/autora

Os sentimentos externados pelos turistas demonstram o encantamento em relação as Itacoatiaras, também apontam as belezas naturais, a história do local que oportuniza conhecimento, fala sobre a precariedade de estrutura física, o pouco tempo de permanência por falta de atividades dentro do sítio arqueológico e principalmente os problemas visíveis sobre ações referentes ao estado de conservação do monumento (FERREIRA, 2017; FALCÃO et al, 2018).

3.1.6 O papel da população na atividade turística

A população tem as Itacoatiaras como algo importante para a cidade, no entanto, não tem uma relação de pertencimento com a Pedra. Nas entrevistas realizadas a questão do reconhecimento do monumento ou sua ausência foi abordada. Para um dos entrevistados o reconhecimento é “uma questão de cultura, porque eu mesmo passei por isso, eu me criei ali dentro, dando tiro nas pedras” (TRECHO DE ENTREVISTA-GESTOR) e em outro relato se confirma a afirmação anterior quando o entrevistado diz que “as pessoas davam tiros na pedra, as pessoas colocavam fogo na pedra, as pessoas batiam a própria pedra com pedras do local” (TRECHO DE ENTREVISTA- ESPECIALISTA).

O que se vê em relação ao monumento arqueológico é o que acontece em grande parte do Brasil, a inexistência do sentimento de pertença, a desvalorização do patrimônio cultural (NORA, 1993). Enquanto parte da população que sobrevive diretamente do turismo tem a preocupação com a preservação do sítio, outra parte não tem qualquer vínculo com o petróglifo, sabe da existência, até foi no local, mas é indiferente à degradação do monumento.

O descaso com a Pedra deve-se também à falta de conhecimento, mas o trabalho que tem sido feito pelos pesquisadores e pelos guias entre outros tem aproximado o monumento da população, vejamos outro depoimento nesse sentido:

Desde que nasci, que eu conheço, eu já sabia que existiam essas pedras, hoje o povo já está dando valor, mas antes ninguém dava valor, ninguém, aquilo ali era uma coisa qualquer, mas hoje não, hoje através dos meninos (guias), trazendo a história ao pé da letra, todo mundo está se desenvolvendo, porque antigamente só o povo de fora que dava muito valor (TRECHO DE ENTREVISTA- POPULAÇÃO).

Parte da população que participa da atividade turística relata que as Itacoatiaras são importantes mostrando sentimento pelo monumento e não apenas como uma fonte de renda. Alguns entrevistados demonstram orgulho pelo fato da Pedra do Ingá estar localizada na cidade onde vivem.

Eu tenho orgulho das Itacoatiaras, tenho orgulho, queria viver ali naquele pedaço de terra, fazendo como dona Recoluta²⁴, viver debaixo de uma pedra, meu desejo é viver, eu largava tudo para viver numa pedra ali, fazendo cuscuz e angu, naquele lugar, sou muito fã daquelas Itacoatiaras, porque aquelas Itacoatiaras é tudo mulher, aquelas Itacoatiaras têm muita coisa boa para trazer para gente aqui. Só falta o

²⁴ Através dos relatos dos moradores Recoluta era uma mulher que vivia recolhida em um abrigo na pedra onde chamavam o local de Pedra da Recoluta ou recolhida.

desenvolvimento maior, que é uma coisa que é muito visitada, só falta as coisas se organizarem ali (TRECHO DE ENTREVISTA- POPULAÇÃO).

A Pedra do Ingá a princípio fazia parte apenas de um cenário natural que causava admiração naqueles que conheciam o monumento pela primeira vez, como é relatado no trecho da entrevista a seguir:

A pessoa lá do sítio, que aqui já era cidade, lá do sítio que nunca tinha saído a impressão é que todo mundo fica olhando como foi feito aqueles desenhos, como foi que fez aquilo, a 40 anos atrás, sem comunicação nenhuma, eles aqui da cidade já tinham alguma coisa. Todo mundo que chegava ali ficava impressionado como foi feito aquilo, bem feito, quem foi que fez? A pergunta era essa (TRECHO DE ENTREVISTA- POPULAÇÃO).

A atividade turística sustentável traz benefícios para a população como emprego e renda, capacita e integra pessoas que até então estavam desempregadas ou não tinham qualquer capacitação. A Pedra do Ingá além de trazer turistas que podem trocar experiências e conhecimentos, atrai os pesquisadores que também contribuem com a formação dos professores e por consequência de seus alunos (MELO; CARDOZO, 2015).

A participação da população fica resumida à produção do artesanato que é vendido no salão de artesanato, os guias são moradores de Ingá, a secretaria de turismo funciona nas Itacoatiaras, o morador que cuida da outra loja de artesanato que se localiza fora do sítio e que também vigia o local e o senhor Renato e Dona Cecília que foram servidores da prefeitura de Ingá para cuidar da Pedra do Ingá e atualmente possuem uma pequena lanchonete.

No centro de Ingá encontra-se o serviço de moto taxi que conduz os visitantes até a Pedra, algumas lanchonetes na praça, padarias, mercados, lojas de roupas e eletrodomésticos entre outros serviços que podem atender ao turista. Nesse sentido, o contato dos turistas com a população local se resume à essa interação esporádica, pois, mais frequentemente, o turista passa direto para a Pedra e retorna ao seu local de origem sem ao menos conhecer a cidade.

Dessa forma, o modelo turístico que é empregado em outras localidades como por exemplo, o Parque Serra da Capivara poderia ser utilizado nas Itacoatiaras dos Ingá. Nele a população participa das atividades de turismo como condutores, a capacitação dos professores que passam para seus alunos sobre a importância da conservação do Parque, as pessoas que ficam na portaria, que trabalham nas pousadas, entre outros serviços que integram a população, o patrimônio cultural e o turismo (FUMDHAM, 2019).

O que a população mais reclama é a falta de comunicação entre os guias da Pedra com as outras localidades como o comércio, ou seja, o turista conhece o sítio arqueológico, mas não é informado da existência de outros lugares dentro da cidade, vejamos o relato da proprietária de um pequeno restaurante que busca inserir-se na atividade turística.

Está sendo importante, muito importante, porque a gente faz parte também lá das Itacoatiaras e eu também passei uns dias também saindo daqui para as Itacoatiaras, só que é dificultoso para mim, para levar as coisas, mais eu levava o angu, eu levava o cuscuz, a tapioca, o fogãozinho, eu fazia lá mesmo, chegava um monte de turista, só falta isso plantado ali dentro para as Itacoatiaras crescer muito mais. O turista chega e não tem um restaurante bom, quem estava lá, não indicava, porque quem passa lá na central (Itacoatiaras- grifo nosso), quem sabe que aqui tem um ponto? E se for o caso de ligarem para nos informar sobre a vinda de turistas. [...]. Lá tem o cuscuz, a gente vai ligar (referindo-se aos guias que ficam na Pedra recebendo os turistas e não informam de outras localidades e nem ligam para informar- grifo nosso), lá tem um angu, uma galinha de capoeira, lá tem uma tapioca na hora que chegar, porque se não tem um almoço pronto, mas tem uma tapioca, de repente eu não deixo ninguém sair sem nada, mas eles não fazem isso para gente (TRECHO DE ENTREVISTA-POPULAÇÃO).

No sítio arqueológico existem dois guias, um que é contratado pela prefeitura e outro que é voluntário com foi explicitado anteriormente. O presidente da Associação de Turismo de Ingá e outras pessoas fizeram um curso de condutores de turismo e na fala de um desses condutores relata-se que “a turma começou com 13 pessoas e no final ficaram eu, o presidente da associação e mais um rapaz, todos do município” (TRECHO DE ENTREVISTA-CONDUTOR DE TURISMO).

Talvez o que desmotiva é que muitos desses condutores não são absolvidos pelo mercado de trabalho, principalmente num município onde o turismo ainda está em processo de implantação. E um dos entrevistados ainda acrescenta que o que está faltando é “investimento e reconhecimento, os que mais deveriam investir que no caso seriam os empresários e principalmente a prefeitura não o fazem” (TRECHO DE ENTREVISTA-GESTOR).

Os condutores que participaram do curso e que estão trabalhando atualmente fazem um roteiro diferenciado, levam o turista à Pedra e depois seguem para o centro da cidade, fazendo uma integração importante entre a Pedra do Ingá e a cidade falando da história do município e mostrando o conjunto arquitetônico histórico. Os guias e condutores²⁵ fazem divulgação das

²⁵ Considera-se Guia de Turismo o profissional que exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. É condição para o exercício da atividade de guia de turismo o cadastro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur. (Portaria N° 27 de 30 de janeiro de 2014, p.1), ver também lei n° 8.623 de 28 de janeiro 1993.

Itacoatiaras e de outras localidades que podem entrar num roteiro turístico com imagens nas redes sociais.

Dessa forma a população de Ingá não tem uma participação contínua na atividade turística realizada no local. A maioria da população consultada quando questionada sobre o ecoturismo desconhecia essa categoria de turismo. Para eles, o ecoturismo e o turismo pedagógico são a mesma coisa, ou seja, tudo é turismo. Os que chegaram a mencionar a palavra ecoturismo é porque tinham ouvido falar de tal atividade na Serra Velha e na visão dessas pessoas não passa de caminhar na natureza.

3.1.7 Criação identitária da Ingá turística e o ecoturismo como alternativa de conservação ambiental e cultural

Partindo dos dados já expostos como as hipóteses sobre os autores das Itacoatiaras, o equipamento turístico, o estado de conservação, o perfil do turista e percepção da população em relação a Pedra do Ingá e o turismo, será demonstrado agora como foi o processo que resultou na criação identitária da Ingá turística.

O município de Ingá mesmo com os seus vários atrativos turísticos que são pouco divulgados, tem a sua atividade turística durante anos limitada à Pedra do Ingá. Desde o início o monumento arqueológico chamava atenção de estudiosos, da população que admira as inscrições na rocha e utilizam o local como lazer, fazendo piqueniques, tomando banho no rio que no passado não era impróprio para banho (SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Até a década de 1970 a Pedra do Ingá recebia as visitas esporádicas de turistas e a frequente presença da população ingaense com a finalidade de lazer. Em 1977 o prefeito José Claudino da Silva contrata um personagem misterioso chamado Reynaldo Jônatas La Banca²⁶ para realizar um estudo sobre turismo e história como costumava fazer em outras localidades.

Condutor de turismo “é o elo de ligação entre o visitante, a comunidade e o próprio ambiente que, apesar de ameaçar o visitante por um lado, é frágil e requer cuidados para que não se degrade por outro. O condutor tem o importante papel de intérprete que sabe conciliar da melhor forma possível os interesses e as necessidades de ambas as partes” (MIRANDA, 2012, p. 11)

²⁶ La Banca era peruano e poucas informações são encontradas sobre ele, como por exemplo, para onde foi depois que deixou Ingá. A autora da dissertação buscou essas informações, assim como, o guia turístico produzido sobre Ingá, mas até o momento não obteve sucesso. O que parece é que o destino de La Banca é tão misterioso quanto a Pedra do Ingá. No anexo foi colocado o currículo de La Banca retirado do blog do historiador ingaense Alexandre Ferreira.

La Banca ministrou um curso de recepcionista para a população e produziu um guia turístico intitulado “Ingá, sua história e sua evolução” (FERREIRA, 2017; BRITO, 2017).

Ferreira (2017) defende que foi nesse período que Ingá criou sua identidade turística. O prefeito José Claudino (Zé Grande) com a parceria de La Banca e Carlos Herriot Fernandes criou o símbolo de Ingá inspirado na Pedra do Ingá que pode ser encontrado na bandeira, no brasão e no hino da cidade (FERREIRA, 2017) (Figuras 25 e 26).

Figura 25: Brasão de Ingá com figura das Itacoatiaras



Fonte: <http://www.oingaense.com.br/2017/05/a-menina-dos-olhos-de-la-banca.html>

Figura 26: Bandeira com figura das Itacoatiaras



Fonte: <http://www.oingaense.com.br/2017/05/a-menina-dos-olhos-de-la-banca.html>

Em 1980 a Pedra do Ingá começou a receber uma estrutura com o início da construção do prédio de apoio, da cobertura asfáltica da estrada de acesso que ficou incompleta e abandonada até a gestão do prefeito Antônio de Miranda Burity que com a ajuda do então governador Tarcísio Burity concluiu toda a obra (BRITO, 2017; FERREIRA; 2017).

Em entrevista o ex-prefeito Antônio Burity (*in memoriam*) relatou sua luta para consolidar a Pedra do Ingá como o principal atrativo turístico da cidade, com projetos para melhoria do sítio. Na gestão do prefeito José Iremar da Silva (1993-1996) foi instalado o Museu de História Natural pela historiadora Mali Trevas que capacitou guias e administrou o local por um período (BRITO, 2017).

Com o retorno de Antônio Burity em duas novas gestões municipais (2001-2004/2005-2008) à prefeitura de Ingá, um novo projeto foi proposto visando criar uma megaestrutura iniciando o processo de desapropriação das propriedades próximas a Pedra do Ingá. No projeto era proposto o distanciamento do prédio de apoio, a construção de auditório, a sinalização educativa, as passarelas de acesso às inscrições e o desvio do rio Ingá no trecho onde localiza-se o monumento (IPHAN, 2013a; BRITO 2017).

Contudo as desapropriações não tiveram andamento e só recentemente foi concluída devido à criação do Parque arqueológico Itacoatiaras do Ingá. Atualmente o prefeito Manoel da Lenha tem dado continuidade à manutenção do sítio arqueológico, assim como, ao turismo de forma geral com o secretário de turismo que relata nas entrevistas a importância do vice-prefeito Robério Burity no desenvolvimento do turismo em Ingá (BRITO, 2017).

Novas estratégias foram adotadas em relação ao desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros. Foram criados sítios de pertencimento, onde os municípios que possuem proximidade territorial, cultural e ambiental se unem com o objetivo de implantar e manter o turismo (ZAOUAL, 2009).

Foram implementadas novas diretrizes no Programa de Regionalização do Turismo criando o Mapa do Turismo com o objetivo de otimizar e orientar ações do governo Federal, Estadual e Municipal em relação à gestão turística. Através da portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 foi realizado remapeamento das regiões turísticas adotando critérios como:

- a. Possuir oferta turística dentre os municípios que as compõem;

- b. Possuir características similares e/ou complementares e aspectos que identifiquem os municípios que compõem as regiões (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica);
- c. Serem limítrofes e/ou distribuídos de forma contígua (próximo, junto ou adjacente) (BRASIL, 2013, p.11).

O município de Ingá está inserido na região turística Vale do Paraíba e participa do Fórum de Turismo Sustentável Vale do Paraíba do qual fazem parte as cidades de Mogéiro, Ingá, Salgado de São Félix, Itabaiana, Umbuzeiro, Fagundes, Juarez Távora, Pedras de Fogo, Juripiranga, Itatuba, Pilar e Gurinhém (OLIVEIRA, 2017).

Os roteiros propostos pelo Fórum de Turismo Sustentável Vale do Paraíba são Caminhos das Letras, Caminho de Zé Lins, Caminho das Artes, Caminho das Itacoatiaras e Caminhos do Quilombos (Figura 28). Contudo esses roteiros têm sofrido mudanças ou são incorporados novos atrativos pensando na cultural local e nas belezas naturais. São criados também festivais de música, teatro, literatura e dança mostrando a criatividade da população de cada município (OLIVEIRA, 2017).

Figura 28: Folheto com atrativos do Caminhos Vale do Paraíba



Fonte: Blog Vavá da Luz, 2017.

Os municípios do Vale do Paraíba estão inseridos no mapa do turismo brasileiro sendo categorizados de A até E pelo Ministério do Turismo. Os municípios **A** são os que recebem maior fluxo de turistas, maior número de emprego e hospedagens, a categoria **B** está quase equiparado a categoria **A** com fluxo doméstico e internacional. Entretanto a maior parte dos municípios incluindo os que fazem parte da região Vale do Paraíba como Ingá são da categoria **D** e **E** que tem o menor fluxo de turistas e empregos formais (BRASIL, 2017). (Quadro 10)

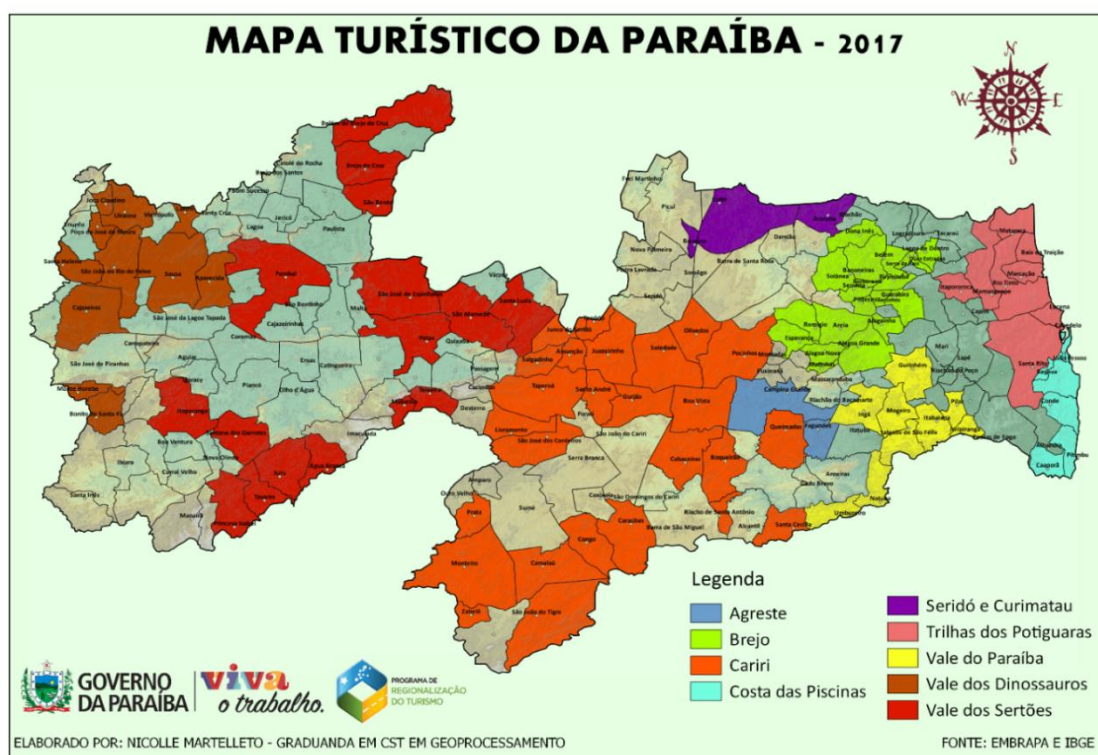
Quadro 10: Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro

Gurinhém	Categoria D
Ingá	Categoria D
Itabaiana	Categoria D
Juripiranga	Categoria D
Mogeiro	Categoria D
Natuba	Categoria E
Pilar	Categoria D
Salgado de São Félix	Categoria E
Umbuzeiro	Categoria D

Fonte: Quadro adaptado pela autora seguindo dados do MTUR (2019, p.1).

Abaixo temos o Mapa turístico da Paraíba demonstrando a inserção dos municípios do Vale do Paraíba podendo observar a presença de Ingá cuja legenda é amarela (Figura 29).

Figura 29: Mapa Turístico da Paraíba



Fonte: Secretária de Turismo- Governo da Paraíba, 2018.

Participando do Fórum de Turismo sustentável Vale do Paraíba os gestores de Ingá têm procurado formas de melhorar a qualidade do turismo no município, até por exigências do Ministério do Turismo. O agente bancário do Banco do Nordeste que tem participado e dado apoio técnico aos municípios do Fórum do Vale do Paraíba fala da importância do Fórum para o desenvolvimento do turismo.

[...] Fórum Regional de Turismo Sustentável do Vale do Paraíba está iniciando seu funcionamento de fato, mas ainda não foi formalizado juridicamente (inexiste de direito). Atualmente o Fórum está envidando esforços para transformar as atividades isoladas, de cada município, num conjunto harmônico de ações integradas, de forma a gerar sinergia entre os municípios membros, gerando assim desenvolvimento de forma territorializada e sustentável (TRECHO DE ENTREVISTA- GESTOR).

E ainda explicando as ações do Fórum de Turismo do Vale do Paraíba em relação ao turismo em Ingá acrescenta:

O Fórum ainda não está com nenhuma rota minimamente estruturada. Foram feitos alguns ensaios de festividades em alguns municípios, a partir de iniciativas locais, mas ainda sem a condução ou coordenação direta do Fórum. Em Ingá, o Fórum pretende focar no atrativo das Pedras Itacoatiaras, e futuramente, na revitalização da estação de trem, com o objetivo de expandir a via férrea que hoje liga Campina Grande à Galante, passando por Ingá e outros municípios do Vale, dentre outras ações como capacitação de condutores e guias, profissionalização de colaboradores de hotéis, pousadas e restaurantes, entre outros (TRECHO DE ENTREVISTA-GESTOR).

No início de 2019 o vice-prefeito do município de Ingá Robério Burity encaminhou ofício de nº 001/2019 expondo a necessidade de recursos financeiros para requalificação turística do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá e o ofício nº 002/2019 que se refere ao Veículo Leve sobre trilhos (VLT) de Campina Grande e Galante estendendo até a Estação Ferroviária de Ingá (PREFEITURA DE INGÁ, 2019).

Nas entrevistas os gestores defendem que o VLT possibilitará a criação de um novo roteiro, trazendo turistas principalmente na época das festas juninas. Da mesma forma que um trem sai de Campina Grande, poderia seguir a Ingá e outros municípios. Seria uma alternativa visando aumentar a vinda de turistas e fortalecer a atividade turística na região segundo os entrevistados. No entanto, o aumento da vinda de turistas requer uma melhoria na infraestrutura da cidade, planejamento turístico visando a diversidade de atividades e principalmente a conservação das Itacoatiaras.

O sítio arqueológico Pedra do Ingá está em processo de transformar-se em Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras do Ingá que será melhor abordado nos próximos capítulos. O projeto do Parque apresenta ecotrilhas que podem ser inseridas numa proposta ecoturística, visto que, o ecoturismo realizado na localidade é pontual, alguns turistas marcam trilhas com os guias e condutores locais, ou seja, não é uma atividade recorrente (IPHAN, 2010; 2013a).

A divulgação sobre a atividade ecoturística resume-se às ecotrilhas na Serra Velha que recebem esse nome na parte que localizada entre os municípios de Ingá e Itatuba. A Serra velha também é conhecida pelas lendas e relatos de aparições de luzes estranhas durante a noite onde ufólogos acreditam tratar-se de discos voadores²⁷. Na Serra velha encontram-se sítios

²⁷ Ver mais sobre a Serra Velha nos blogs -<https://blogdovavadaaluz.com/sem-categoria/oa-misterios-da-serra-velha-de-inga-por-dennys-mota>.

Blog ingaense -<http://www.oingaense.com.br/2017/12/turismo-trilhas-da-serra-velha.html>

arqueológicos, furnas que serviram de esconderijos para os cangaceiros, a Pedra da Janela e a Pedra do Convento. Os estudiosos da Pedra do Ingá acreditam que existe uma relação entre a Pedra do Ingá e a Serra Velha, pelo menos como possível abrigo do homem pré-histórico (MARTIN, 2005; SANTOS 2014; BRITO, 2017).

Saindo do contexto da Serra Velha existem as trilhas que levam à Pedra do Ingá e que poderiam ser um diferencial na atividade turística realizada no local. Isso não acontece por falta de planejamento, investimento e iniciativa do poder público e do trade turístico no geral. Na visão do gestor:

O ecoturismo é uma atividade que temos em fartura, o que temos em ecoturismo é um dos mais belo da região, ali na Serra Velha, precisamos também de material de rapel, precisamos de desobstruir as trilhas, uma série de coisas. Mas não temos remuneração, não temos verba para isso e nem apoio para fazer isso, coisa simples. (TRECHO DE ENTREVISTA-GESTOR).

Percebe-se na fala do gestor a compreensão limitada sobre ecoturismo quando afirma que existe a atividade em fartura e o que se observa é apenas potencial para a prática deste segmento. Também se observa nas entrevistas com guias e condutores o discurso de que o ecoturismo é uma atividade na natureza distanciando-se do contexto explicitado em capítulo anterior sobre inseparabilidade de natureza e cultura (ANDRADE *et al*, 2017).

Algumas trilhas poderiam ser realizadas sem muitos gastos, mas não acontece por falta de iniciativa e as que existem não são trilhas interpretativas.²⁸ No próprio sítio arqueológico os locais que poderiam ser trabalhados com os turistas ficam completamente abandonados. A interação entre a natureza e cultura não é entendida pelo gestor e nem pelos guias, isso é observado em ações dentro do próprio sítio onde o turista é convidado apenas a conhecer o conjunto rochoso, mas não a relação do monumento com a natureza do entorno.

Verificou-se que o turismo pedagógico é a atividade mais praticada atualmente no sítio arqueológico. Durante a semana as Itacoatiaras recebem estudantes de escolas, universidades e de cursos técnicos em busca de conhecimento. No entanto, está mais para uma atividade massiva do que para um turismo sustentável. O que parece ser importante para os administradores é receber os estudantes em grande quantidade sem preocupar-se com a preservação do monumento arqueológico (IPHAN, 2013a; BRITO, 2017)²⁹.

²⁸ As trilhas interpretativas possibilitam maior interação das pessoas com o meio ambiente cultural e natural (GUIMARÃES, 2010).

²⁹ Ver o item sobre a conservação do sítio arqueológico na página 79 desta dissertação.

A população que se relaciona diretamente com o turismo reconhece a importância da atividade para o desenvolvimento da cidade, assim como, a importância das Itacoatiaras para alavancar o turismo na região. Parte dos moradores que vivem do comércio e artesanato entendem que o petróglifo é importante porque gera renda para o município. Segundo o entrevistado que possui uma lanchonete na praça de Ingá “ o turismo é importante porque as pessoas chegam e compram um guaraná, toma uma água, compra as coisas e deixa um dinheirinho” (TRECHO DE ENTREVISTA- POPULAÇÃO).

No entanto, a maioria dos entrevistados relatam que a atividade turística se concentra na Pedra e eles na prática não participam da atividade “os turistas chegam na pedra e eles lá não falam nada da gente” (TRECHO DE ENTREVISTA- POPULAÇÃO). Portanto falta de iniciativa, planejamento e investimento dificulta para os pequenos comerciantes, que não são incluídos na dinâmica turística, como por exemplo, o Memorial do Cuscuz com seus saberes-fazeres (angu, o cuscuz cabeça amarrada, as lendas contadas e história de vida da proprietária).

O sítio arqueológico é importante para o município, deve ter toda atenção dos que administram o local, por parte da população e pelos turistas. É preciso um planejamento, investimentos pensando na preservação deste patrimônio, assim como, a conservação do meio ambiente do entorno. Tem esse sentido o comentário do especialista quando relata que o turismo de Ingá se desenvolve apenas na Pedra e outros atrativos são excluídos:

Em Ingá não tem mais biblioteca, não tem museu, não tem teatro, não tem grupos folclóricos e só tem a Pedra. Então a Pedra serve muito como desculpa para nada ser feito, essa é minha visão. Eu encontrei outro cara de Pernambuco que tem esse mesmo pensamento quando diz como uma cidade pode ser turística, se ela não tem hotel, pousadas, se ela não tem um roteiro e só tem essa coisa que funciona meia boca? (TRECHO DE ENTREVISTA- ESPECIALISTA)

Entretanto o turismo desenvolvido no local não pode resumir-se às Itacoatiaras, deixando de lado outros atrativos. Na localidade existe potencial para implantar e firmar o ecoturismo principalmente em relação às trilhas que levam ao monumento arqueológico. A autora durante a pesquisa identificou locais que podem ser inseridos num roteiro ecoturístico como os Caminhos do Cangaço, os Caminhos dos Quilombos, Caminhos do Labirinto e os Caminhos das Itacoatiaras ligando a Pedra do Ingá, a trilha das Lages e a Serra Velha.

O sítio arqueológico possui potencial para desenvolver o ecoturismo, tanto pela paisagem natural como pela cultura. O município de Ingá tem artesanato como o famoso Labirinto de Pontina e Chã dos Pereira representados pela mestra Rita (Figura 30) e a mestra Antônia (*in memoriam*), o patchwork de Tetéu e os vasos e peças de vários materiais com as figuras das Itacoatiaras produzidas por Emília (Figura 31).

Na culinária tem o Memorial do Cuscuz onde o turista pode saborear a tapioca e o cuscuz cabeça amarrada feito do milho moído artesanalmente por Dona Lia e no almoço a galinha de capoeira, angu, feijão verde e sucos naturais. No centro de Ingá tem o patrimônio arquitetônico onde encontram-se casas com platibandas³⁰ (CARDOSO, 2013), a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário dos Pretos construída pelos escravos. Tem o casarão da Fazenda Senzala e a Comunidade Quilombola Pedra d'água (FERREIRA, 2017).

Figura 30: Rita (Labirinteira)



Figura 31: Emília (artesã)



Fonte: Autora, 2018.

³⁰ Fachadas com platibandas, pintadas a cal formando faixas de casas multicoloridas típicas do Nordeste do Brasil (FERREIRA, 2017).

3.1.8 O mistério como Marketing turístico na Pedra do Ingá

Talvez a maior estratégia de marketing em relação ao sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá seja o próprio mistério em torno dos autores e o significado das inscrições presentes no monumento. O marketing como uma atividade que busca satisfazer os desejos e sonhos humanos através de trocas e do sentimento de mistério, do desconhecido que aguça o imaginário das pessoas é oferecido aos turistas que visitam a Pedra do Ingá (KOTLER, 1996).

Contudo, surge a questão de que será a experiência do mistério algo apresentado aos turistas de forma consciente por parte dos administradores do local? Ou seria de forma indireta, visto que, o desconhecimento sobre os autores das inscrições cria um universo de mistério sem precisar do trabalho de marketing para propagar esse universo de mistérios presente na Pedra do Ingá.

Nos questionários aplicados aos turistas confirma-se a áurea de mistério presente na Pedra do Ingá. Quando perguntados sobre as sensações e perspectiva em relação ao sítio arqueológico responderam da seguinte forma “ a beleza do lugar, o mistério e o ambiente” (QUESTIONÁRIO-TURISTA), “amei o lugar, tem muita magia” (QUESTIONÁRIO-TURISTA), “o mistério em torno das escrituras, as figuras e a tentativa de interpretar” e ainda um dos entrevistados propõem “envolver mais o turista no mistério” (QUESTIONÁRIO-TURISTA).

Assim o mistério tem atuado de forma positiva a favor das Itacoatiaras, o secretário de turismo sempre fala para os turistas sobre um prêmio para quem descobrir a origem do monumento. A literatura, os mitos e lendas contribuíram ainda mais para a expansão dos mistérios da Pedra encantada do Ingá³¹ (ELIADE, 1992). Na imagem abaixo temos a xamã Yatamalo que reside em João Pessoa realizando uma prática nas Itacoatiaras com Silvia, que é espanhola e reside no Brasil. Silvia fazia viagens com grupos de pessoas para lugares místicos e certa vez a autora a questionou sobre os locais que poderiam fazer parte de um roteiro místico e ela respondeu com toda convicção a Pedra do Ingá (Figura 32).

³¹ Para saber mais sobre os mitos e lendas existentes ver o item sobre mitos e lendas da Pedra do Ingá

Figura 32: Práticas de xamanismo realizado na Pedra do Ingá



Fonte: Marise Dantas, 2014

De certa forma esse mistério faz com que a Pedra do Ingá seja procurada por esotéricos, terapeutas holísticos, pessoas de diversas crenças que tenham relação com a natureza e ufólogos da linha esotérica. Isso abre uma nova possibilidade para o desenvolvimento do turismo místico e esotérico³² em conjunto com o ecoturismo (MTUR, 2010). No período de carnaval acontece em Campina Grande o Encontro da Nova Consciência que reúne pessoas de variadas crenças e religiões e de acordo com um dos guias entrevistados muitas pessoas aproveitam essa época para conhecer a Pedra do Ingá.

O misticismo pode ser definido como a tendência das pessoas em acreditar em forças ou entes sobrenaturais, reconhecendo-os como algo real, mesmo em confronto com as explicações racionais e científicas. Trata-se, assim, de um esforço das pessoas para se aliar com as forças sagradas, transcendentais, mediante o fascínio que as coisas misteriosas exercem sobre o

³² [...] pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos [...] relacionados às novas religiosidades, [...] para estabelecer contato e vivenciar tais práticas, conhecimentos e estilos de vida que configuram um aspecto cultural diferenciado do destino turístico. Entre as atividades típicas desse tipo de turismo podem-se citar as caminhadas de cunho espiritual e místico, as práticas de meditação e de energização entre outras. (MTUR, 2010, p.20)

homem, como através de pensamentos, atos, rituais e liturgias em busca de se conseguir benefícios e vivenciar o mundo divino (SPICA, 2010).

Desse modo, o mistério se apresenta como oportunidade de encontros com algo precioso para o ser humano, com coisas que ele vive buscando ao longo de toda sua vida, encontros com o mundo espiritual, presente em alguns lugares reconhecidos como espaços de representação do sagrado (DURKHEIM, 2000).

Existem cidades no Brasil que sobrevivem do turismo cujo marketing é o mistério como por exemplo, São Tomé das Letras em Minas Gerais, Chapada dos Veadeiros em Goiás, Serra do Roncador- Mato Grosso e Chapada da Diamantina-Bahia. Todos esses locais são considerados místicos devido as belezas naturais como as rochas, cachoeiras, lendas e até de histórias de aparições de discos voadores (SARTORI, 2017).

Destarte os sítios arqueológicos despertam a curiosidade humana causando admiração sobre como os nossos antepassados fizeram as inscrições encontradas na Pedra do Ingá, o que aquelas figuras representam, o que os seus autores queriam transmitir com aqueles símbolos faz parte do imaginário humano.

3.1.9 O Ecoturismo e a criação do Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras de Ingá

O Brasil foi um dos países que teve a criação de Parques tardiamente, no entanto, segundo alguns registros históricos o governo imperial vinha realizando ações destinadas à proteção, a gestão e ao controle dos recursos naturais (CASTRO, 2002). De fato, o interesse não seria exatamente a proteção do meio ambiente, mas de alguns recursos naturais importantes economicamente na época.

No Rio de Janeiro por volta de 1760, o plantio de café devastou a floresta da Tijuca, o desmatamento comprometeu seriamente os estoques hídricos da região. O Imperador D. Pedro II voltou-se para a recuperação da área com o objetivo de captar água para cidade (BARRETTO FILHO, 2004). Acredita-se que esta ação na Floresta da Tijuca seja uma primeira tentativa do que viria a ser a proteção das florestas instituída pelo Código Florestal de 1934 (MEDEIROS, 2003).

Atualmente no Brasil as áreas naturais consideradas de grande biodiversidade, portadoras de beleza cênica ou de monumento arqueológico de relevância que precisam ser protegidas podem tornar-se uma Unidade de Conservação. As Unidades de Conservação são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985 de Julho de 2000. Entende-se assim, por Unidade de Conservação:

Espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As UC asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno. (SNUC, 2000, p.1).

As Unidades de Conservação são divididas em duas categorias devido ao tipo de uso como de Proteção Integral e de Uso Sustentável (ICMBIO, 2017). As unidades de conservação de Proteção integral têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000, p.6) e a de uso sustentável tem como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000, p.6).

O Parque Nacional está inserido na categoria de uso integral e pode receber atividades como o turismo ecológico ou ecoturismo. A legislação relativa ao Parque Nacional estende-se aos parques estaduais e municipais.

De acordo com Art. 11 do SNUC:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (2000, p .7)

Conforme o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) as atividades que envolvem conservação, pesquisa e educação ambiental são priorizadas nos Parques Nacionais. As unidades de conservação são encaradas muitas vezes como ameaças para as populações afetadas, existindo atritos com os órgãos responsáveis pela implantação da unidade (SANTILLI, 2005). Daí a importância da integração das comunidades envolvidas, inserindo-as em todo o processo da criação e implantação do Parque.

O Ecoturismo segundo Brandon (1996) pode representar alternativa essencial para o desenvolvimento do entorno, visto que, os custos para a manutenção das Unidades de Conservação são altos. Desta forma o ecoturismo pode contribuir para a conservação do ecossistema e ao mesmo tempo estabelecer uma relação de ganho para todos os envolvidos, pois possibilita a criação de postos de trabalho para a população (MATHEUS; RAIMUNDO, 2017).

Em alguns parques brasileiros encontram-se sítios arqueológicos de relevância mundial que escolheram o ecoturismo como uma das atividades econômicas no intuito de manter e proporcionar emprego às comunidades, podemos citar como exemplo (Quadro 11).

Quadro 11: Parques com presença de sítios arqueológicos

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu em Minas Gerais possui em torno de 80 sítios arqueológicos
Monumento Estadual da Lapa Vermelha em Minas Gerais onde foi encontrado o fóssil humano mais antigo das Américas, chamada de Luzia, com mais de 11 mil anos de idade
Parque Nacional de Sete Cidades no Piauí onde foram registrados mais 40 sítios, alguns com mais de 90 milhões de anos
Parque Nacional do Jaú no Amazonas com seus petróglifos
Parque Estadual Pedra da Boca, no Estado da Paraíba com pinturas rupestres da tradição nordeste
Parque Serra da Capivara inscrito pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade localiza-se na região nordeste no estado do Piauí, possui cerca de 1354 sítios arqueológico cadastrados, sendo 183 preparados para a visitação

Fonte: Quadro criado pela autora através das informações contidas no ICMBIO (2018).³³

Os Parques são de domínio público e podem também ser criados pelos Estados e Municípios (ROMERO, 2008). O Estado da Paraíba conta com quatro parques entre eles podemos citar o Parque Pico do Jabre em Matureia e Mãe D'Água, Parque Estadual Pedra da Boca em Araruna, Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha em Cabedelo, e Parque Estadual da Mata do Xém- Xém (SEMARH- PB, 2017).

Em 18 de outubro de 2017 foi assinado a criação do Parque Estadual do Cânion Rio Poti no estado do Piauí pelo decreto estadual 17.429/2017 uma localidade de belezas naturais e com sítios arqueológicos com característica muito parecidas com as Itacoatiaras do Ingá,

³³ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em 20/10/2018.

demonstrando que a criação do parque é uma forma de conservá-lo desenvolvendo também a atividade turística. (Figura 33)

Figura 33: Inscrições rupestres do sítio arqueológico Bebidinha, Cânion Rio Poty-Piauí



Fonte: Valdeci Santos, 2019

Dessa forma uma das medidas visando a preservação e conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras de Ingá e todo seu complexo seria a criação de um Parque Estadual, tendo em vista ser um monumento reconhecido como de grande relevância cultural e natural. A criação do parque a Pedra do Ingá passa a ter todas a prerrogativas de acordo com o a legislação do SNUC.

Em 2014 foi assinado o decreto 3.5643/2014, que instituiu a criação de um grupo de trabalho (GT) envolvendo o Ministério Público Estadual, a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR), a Superintendência SUDEMA, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAEP), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretária de Turismo do Município de Ingá, grupos representantes dos programas de artesanato da

Paraíba , Empreender Paraíba e alguns representantes das comunidades locais envolvidas (GOVERNO DA PARAÍBA, 2014).

No entanto várias ações foram realizadas com o objetivo de conservar o sítio arqueológico ao longo dos anos. O projeto do Parque arqueológico já vem sendo discutido no que culminou nos estudos realizados pelo IPHAN em 2010 e 2013. A princípio o projeto do parque proposto pelo governo da Paraíba tratava da construção de uma nova sede, totem, portal de entrada, balcão de informação, salas para oficinas, auditório, passarelas que possibilitassem maior acessibilidade, placas informativas, estacionamento, alojamento para pesquisadores, museu, biblioteca, lanchonete e trilhas criando um Centro de Referência Nacional de Arqueologia. (GOVERNO DA PARAÍBA, 2011).

A Pedra do Ingá também está inscrita na lista indicativa a Patrimônio Mundial pelo seu excepcional valor para a humanidade (IPHAN, 2018). Em janeiro de 2019 o sítio arqueológico recebeu a visita de um dos jurados que estão participando da seleção. Se as Itacoatiaras forem escolhidas será reconhecida internacionalmente tendo uma maior garantia de proteção pela UNESCO.³⁴

O ecoturismo como proposta de conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá volta a ganhar maior visibilidade com a implantação do Parque onde uma das propostas é a criação de trilhas. Nesse sentido, o planejamento do projeto governamental prevê:

Pode-se seguir pelas várias trilhas que avançam pelo interior da mata reflorescida, todas com indicações interativas. As trilhas mais extensas serão dotadas de apoio para descanso, onde encontrar-se-ão bancos, banheiros, água potável, telefone público e medicamentos para primeiros socorros. Também poderão cruzar o Riacho de Ingá através de duas passagens molhadas, executadas com manilhas de concreto cobertos por terreno natural (Governo da Paraíba, 2011, p.5).

O projeto foi apresentado ao IPHAN que emitiu parecer técnico com algumas alterações visando a conservação do monumento. Desde as primeiras iniciativas em 2010 para criar e implantar o Parque através dos estudos do IPHAN (2010; 2013 a), a criação do grupo de trabalho em 2014 as desapropriações finalmente aconteceram entre 2017 e 2018 aumentando a área do sítio para 41, 50 hectares.

³⁴ Ver a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 10/01/2019.

Para que a atividade ecoturística aconteça de fato é necessário seguir os três princípios básicos do ecoturismo que são: a inserção da população, a conservação do patrimônio cultural e a educação ambiental, acrescentando a educação patrimonial. A população precisa participar de todo o processo da atividade, o turista tem que ter o contato com os moradores e trocar conhecimento e pôr fim a educação ambiental e patrimonial deve nortear todas as ações.

O fato é que a atividade ecoturística na Serra Velha será ampliada dentro do Parque dando uma maior visibilidade e opções aos turistas, visto que, até o momento se resumia à visita à Pedra. Identificou-se características singulares importantes para o desenvolvimento ecoturístico no Parque Itacoatiaras do Ingá como um ambiente que proporciona o conhecimento da natureza e cultura, onde ainda é presente as lendas que podem ser valorizadas, as hipóteses sobre o monumento, o museu com seu acervo paleontológico, a flora e fauna que podem ser apresentadas ao turista dentro de um contexto histórico, principalmente através de trilhas interpretativas.

O turista permanecendo por mais tempo tem a oportunidade de ter contato com os saberes-fazer da comunidade local onde as “comunidades receptoras passam a sentir orgulho da originalidade dos recursos naturais de sua localidade e de suas características culturais, engajam-se em campanhas preservacionistas” (RUSCHAMANN, 2010, p. 62). O importante é que o patrimônio cultural e natural da região seja conservado, que a população entenda seu papel nesse processo através de um trabalho de educação ambiental e patrimonial valorizando a sua cultura.

3.1.10 Educação Ambiental e Patrimonial: uma proposta para as Itacoatiaras do Ingá

Em relação a atividades de educação ambiental e patrimonial realizados no sítio arqueológico verificou-se que os guias não recebem treinamento por parte da prefeitura e as atividades que participam são por iniciativa própria. Os turistas quando chegam ao local recebem explicações sobre as hipóteses a respeito da pedra, conhecem o museu de história natural com seus fósseis e o salão do artesanato, mas não existe uma contextualização do que é falado.

Observou-se que não existe um trabalho de conscientização e sensibilização seguindo as diretrizes da educação ambiental e patrimonial. Os saberes locais como lendas, mitos, crenças religiosas são ignoradas como algo irracional e sem sentido, como também: a culinária representada pelo cuscuz cabeça amarrada e o angu de milho moído numa moenda de pedra, o artesanato com os vasos e objetos de diversos elementos com as imagens das inscrições, o patchwork e o famoso Labirinto de Chã dos Pereira e Pontina distrito de Ingá para citar apenas parte deste conhecimento.

Refletindo sobre o ecoturismo é imprescindível para aqueles que trabalham no setor entender a relevância de participar de capacitações em educação patrimonial e educação ambiental. A educação patrimonial e ambiental são instrumentos de conscientização e sensibilização no trabalho do guia ou condutor em relação ao turista e principalmente, com a população que está inserida em um projeto turístico (BRANDÃO, 1996).

O patrimônio cultural se torna essencial para o desenvolvimento do ecoturismo, portanto, o guia, condutor e profissionais em geral que trabalham na área do ecoturismo procuram utilizar a educação patrimonial e ambiental como instrumento no cotidiano. Para entender melhor as questões apontadas anteriormente são importantes trazer para o leitor os conceitos de educação patrimonial e ambiental. Assim de acordo com o IPHAN educação patrimonial pode ser conceituada como:

Os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recursos para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2014, p. 19).

Através da educação patrimonial a população tem a oportunidade de entender fatos históricos importantes para a constituição da história e memória de cada indivíduo e a partir desse entendimento criar um vínculo entre as pessoas e o patrimônio. Em algumas localidades o patrimônio cultural amplia-se ao ambiente natural e daí a importância da educação ambiental (MENESES, 2017).

Em suma a cultura e natureza se complementam, pois muito do que as pessoas produzem culturalmente são transformações ou interpretações do meio ambiente natural em que vivem como acontecia com os grupos ancestrais que viveram em Ingá. A partir desse contato com a natureza, a humanidade representou-a através de símbolos e linguagem (MARTIN, 2005; AZEVEDO NETTO et al, 2015; BRITO, 2017; CAMPOS et al, 2017, LAGE; FARIAS FILHO, 2018).

A Lei 9. 795 de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental que conceitua educação ambiental como:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (1999, p.1).

Leff (2009) compreende o saber ambiental e social como um conhecimento em construção e relevante para o entendimento e prática da educação ambiental e patrimonial como um diálogo dos saberes construindo novas realidades. Portanto a educação patrimonial e ambiental são necessárias para a implantação do ecoturismo no parque Itacoatiaras do Ingá.

Carvalho e Nóbrega (2012) discutem a importância da cultura local que gera recursos, no entanto, é necessário evitar os riscos de padronização cultural incentivando através da educação, o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural. Assim, a cultura torna-se ferramenta para o desenvolvimento regional ressaltando as especificidades dos lugares como um diferencial na construção do ecoturismo (CARVALHO; NÓBREGA, 2012).

Conforme são criados esses roteiros também são trabalhados através da educação patrimonial e ambiental o sentimento de pertencimento e reconhecimento do patrimônio cultural existente. É quase impossível preservar e ou conservar qualquer patrimônio quando os principais interessados não se identificam com os “lugares de memória” como os museus, monumentos, santuários e no caso em questão a Pedra do Ingá (NORA, 1993).

A educação patrimonial e ambiental se constitui como práticas que precisam manter vínculos com as políticas públicas de educação, de saúde e de meio ambiente. É relevante abordá-las de forma complexa entendendo a complexidade como uma rede onde os elementos diferentes são inseparáveis e constitutivos do todo (MORIN, 2005).

O pensamento complexo é base para uma educação patrimonial e ambiental crítica que produz conhecimentos interdisciplinares de enfoque sistêmico possibilitando uma ressignificação da realidade cultural e socioambiental. Essa nova visão do patrimônio cultural e ambiental deve estar acessível aos guias e condutores que são os transmissores diretos desses saberes aos turistas (VIEGAS, 2010; MENESES, 2017).

Assim o patrimônio cultural objeto de estudo da educação patrimonial e ambiental são imprescindíveis para o sucesso do ecoturismo possibilitando a construção do pensamento crítico aos envolvidos na atividade, principalmente em relação ao meio ambiente natural e cultural (IRVING *et al* 2016).

Destarte, o ecoturismo como alternativa de conservação perpassa por todos esses princípios explicitados nos parágrafos anteriores. É importante desmistificar que é um segmento que não se resume a uma atividade na natureza ou caminhar em trilhas. O ecoturismo proposto para as Itacoatiaras tem que dialogar com diversos saberes, porque trata-se de um monumento singular. Portanto com base no referencial teórico, na observação sistemática e nas entrevistas apresenta-se os seguintes questionamentos e propostas:

- 1- No projeto do Parque Itacoatiaras do Ingá são apresentadas várias ações estruturantes. As ações são excelentes, a construção de salas para oficinas e auditório são importantes. O questionamento é a respeito das pesquisas arqueológicas que precisam ser feitas no local, ou seja, os estudos realizados pelo IPHAN em 2010 e 2013 com ações de conservação não são suficientes.
- 2- Em relação a educação ambiental e patrimonial é importante capacitar os guias e condutores e criar oficinas para desenvolver práticas pedagógicas que podem ser empregadas com os turistas. A construção de uma videoteca que é proposto no Projeto do Parque será uma atividade importante com vídeos educativos explicando a história do local, mostrando a fauna e flora, pesquisas realizadas e diversos assuntos que contribuam para o conhecimento e valorização do Patrimônio cultural. Ações simples como pintar o rosto dos ecoturistas com as figuras da Pedra, algo que seria interessante com as escolas.
- 3- A população precisa ser inserida com cursos de capacitação ao mesmo tempo que se cria um roteiro com outras opções de atrativos, o incentivo para a criação de hospedagens domiciliares que é vista com bons olhos pelas pessoas que foram

entrevistadas, uma maior valorização das expressões culturais, as bandas municipais, os grupos de dança junina, os violeiros, cordelistas, as labirinteiras, artesões com suas variadas técnicas e a culinária.

- 4- É necessário que haja essa ligação entre a Pedra e o centro de Ingá apresentando essa opção ao turista.
- 5- A educação ambiental e patrimonial precisa ser inserida nas escolas desde a infância. Os professores devem receber capacitação oportunizando o aprendizado aos seus alunos sobre sua história, preservando a memória e criando o sentimento de pertença.
- 6- As trilhas dentro da proposta ecoturística devem proporcionar um contexto entre a natureza e histórias sobre as Itacoatiaras, com sinalização inserindo a fauna e flora local. O que as árvores do local têm a falar aos ecoturistas? Que histórias elas contam? Os animais presentes o que eles têm a nos ensinar? Qual a relação das figuras do monumento arqueológico com o ambiente do entorno?
- 7- Os mitos e lendas devem ser valorizados criando trilhas com momentos que tragam essas narrativas. Existem lendas que são nativas e outras que são exógenas, mas que podem ser o diferencial pensando no fortalecimento e crescimento do ecoturismo e do turismo de uma forma geral. Falar da existência dessas lendas que são contadas pela população é valorizar suas memórias individuais e coletivas.

No próximo capítulo serão abordados os mitos e lendas, um momento onde a população tem voz sobre histórias contadas pelos seus familiares e que está presente no imaginário ingaense. Assim, narrativas que eram ignoradas agora podem ser ouvidas, registradas nesta dissertação.

4. MITOS E LENDAS REFERENTES À PEDRA DO INGÁ

O mito foi tratado por eruditos até final do século XIX como fábula, invenção e ficção, uma fantasia de mentes criativas que assumiu significados variados em momentos diferentes (VERNANT, 1992). Para alguns estudiosos o mito passou a ser abordado sob uma nova perspectiva, dentre elas uma tradição sagrada, revelação primordial ou modelo exemplar (ELIADE, 1992).

Quando se fala de um monumento arqueológico como a Pedra do Ingá seria quase impossível passar despercebidos as histórias e significados a ela atribuídas pela população local. As inscrições e pinturas rupestres deixadas pelos nossos antepassados suscitam a curiosidade e o que eles viam na natureza, como plantas, animais, o sol, a lua, figuras geométricas foram sendo retratados nas rochas e cavernas tornando-se motivo de variadas interpretações (MARTIN, 2005; GASPAR, 2006).

Para as ciências humanas, em especial para os historiadores, os mitos são fontes históricas, pois através desses relatos pode-se entender como se comportavam os grupos humanos que os compartilhavam. Da mesma forma as ciências ambientais podem ter no mito e nas lendas uma fonte de informação preciosa para entender determinado ambiente e suas mutações, a relação entre a comunidade e a natureza, e os significados daí resultantes. Há além disso, determinados locais como conjuntos rochosos, cavernas, cachoeiras, árvores que são consideradas sagradas para as comunidades e povos que vivem em seu entorno (HUGH-JONES, 2016; PITBLADO, 2017).

Os povos antigos criavam seus mitos buscando uma explicação sobre os fenômenos da natureza e da existência, como uma forma de se encontrar como ser no mundo. O escritor português Fernando Pessoa (1934) traz um verso que inspira essa discussão quando diz que "o mito é o nada que é tudo". O mito seria a primeira forma de entender o mundo, seria uma explicação daquilo que era real (ELIADE, 1992). Para esses povos não existia uma diferença entre o sagrado e as ações cotidianas (DURKHEM, 2000).

Dessa forma, Eliade (1992, p.11) afirma que " o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, *in illo tempore* o tempo fabuloso do princípio". O pesquisador Gilbert Rist (1990, p. 11) define o mito como resultado de uma criação coletiva e esclarece:

O mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, e é um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias; por implicação, o mito é também histórico, resultado de uma criação coletiva a que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Finalmente, o mito como tal não se relativiza: trata-se de um estereótipo não falado, que determina comportamentos a todo momento, expressando-se a si próprio através de costumes e hábitos que contribuem para reforçá-lo, podendo ser descoberto apenas por um observador externo. O mito é um mapa para a ação que dispensa reflexões. É suficiente que ele seja uma crença compartilhada. Nós agimos como agimos porque não conseguimos imaginar-nos atuando de outra forma. A primeira causa não tem causa.

No Brasil a maior parte da bibliografia produzida sobre mitologia tem como base teórica referências fenomenológicas que difundem o mito como uma narrativa sagrada (ALMEIDA JÚNIOR, 2014). A Escola de Paris traz a contribuição do estruturalismo sociológico que trata o mito como forma de classificação e ordenamento do mundo, um instrumento do pensamento (VERNANT, 1992) e a Escola de Roma aborda o mito numa perspectiva da Antropologia histórica onde o mito não explica a realidade, mas funda-a baseado num sistema cultural (SCARPI, 2004; LANGER, 2015).

As lendas e mitos muitas vezes se confundem, ambos são representações do imaginário simbólico de um determinado grupo, mas existem diferenças entre eles. Luís da Câmara Cascudo conceitua as lendas como:

As lendas são episódios heroicos ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobre humano, transmitido e conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço e no tempo. De origem letrada, lenda, legenda, "legere" possui características de fixação geográfica e pequena deformação e conserva-se as quatro características do conto popular: antiguidade, persistência, anonimato e oralidade. É muito confundida com o mito, dele se distancia pela função e confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central com área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço (CASCUDO, 1976, p.3).

Os mitos e lendas referentes às Itacoatiaras do Ingá encontradas entre a população local e na literatura suscitam curiosidade tanto para o pesquisador como para o turista sobre sua origem, autoria e significados. São várias hipóteses sobre sua origem mesclando dados científicos e ficção, algumas falam que as inscrições na Pedra seriam de autoria extraterrestre,

fenícia, suméria, egípcia e a mais aceita pela ciência que seria originária dos ameríndios que habitavam a região (MARTIN, 2005; SANTOS, 2014; BRITO, 2017).

Nas propagandas turísticas dos principais blogs³⁵ que se referem à Pedra do Ingá, além de histórias contadas por alguns moradores e participantes do turismo local como os guias encontra-se o mito de Sumé. No entanto, eles esclarecem que o Sumé relacionado às Itacoatiaras do Ingá foi criação dos cantores Zé Ramalho e Lula Côrtes, que produziram o disco *Paêbiru* em 1975, cujo título faz referência aos ramais de caminhos no sul do Brasil chamados Peabiru e à Sumé como construtor do caminho e das inscrições de Ingá.

Vejamos duas das músicas criadas por Zé Ramalho do disco *Paêbiru* fazendo referência a Sumé, Peabiru e à Pedra encantada de Ingá:

Quadro 12: Letras das músicas encontradas no álbum *Paêbiru*, inspiradas na Pedra do Ingá³⁶

Título da música: Os segredos de Sumé	Título da música: Trilhas de Sumé
Quando as tiras do véu do pensamento Desenrolam-se dentro de um espaço Adquirem poderes quando eu passo Pela terra solar dos cariris Há uma pedra estranha que me diz Que o vento se esconde num sopé Que o fogo é escravo de um pajé E que a água há de ser cristalizada Nas paredes da pedra encantada Os segredos talhados por Sumé.	Pelo Vale de Cristal Acredite se quiser Um viajante lunar desceu no raio laser E no radar Com sua barba vermelha desenha no peito a Pedra do Ingá! Com sua barba vermelha desenha no peito a Pedra do Ingá!

Fonte: <https://www.lettras.mus.br>

Oliveira e Menezes (2011) no seu artigo intitulado “*Os Ensinamentos de Sumé e a Tradição Itacoatiara no contexto da Pedra do Ingá: pontes de contato com a narrativa bíblica do dilúvio*” faz um estudo sobre Sumé ou Tomé e seus ensinamentos registrados na mitologia indígena presente no continente americano e em especial no Brasil relacionando com a Pedra

³⁵ <http://pedradoinga.blogspot.com>; <http://www.oingaense.com.br>; blogdovavadaluz.com

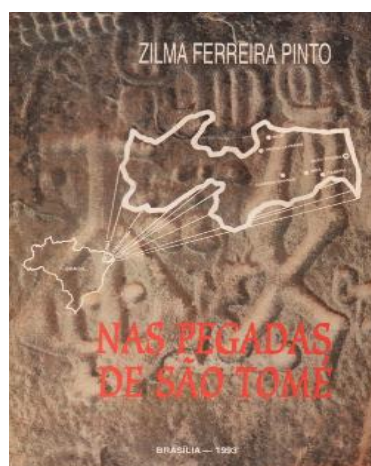
³⁶ No quadro é apresentado as músicas do disco *Paêbiru* que faz referência ao caminho indígena pré-colonial Peabiru e a Sumé como autor das inscrições da Pedra do Ingá.

do Ingá. As inscrições de Ingá, segundo estes autores, poderiam descrever o dilúvio ou a criação da humanidade, pois permitem observar figuras de seres humanos, plantas e animais.

A professora Zilma Ferreira Pinto³⁷ no seu livro *“Nas Pegadas de São Tomé”* de 1993 argumenta que as inscrições são de origem judaica fazendo correlação com Sumé/Tomé e o caminho do Peabiru quando busca interpretar as pegadas de São Tomé/Sumé (Figura 34). A pesquisadora Tereza Santana em 2013 lançou o livro *“Pedra do Ingá: a reprodução do mito, a reprodução da fé”* que analisa a obra de Zilma Pinto trazendo contribuições relevantes aos estudos sobre mitos e lendas referentes às Itacoatiaras do Ingá.

O mito de Sumé se confunde com os caminhos do Peabiru que são ramais de estradas anteriores à chegada do europeu construídas pelos indígenas, e o mais interessante, essa lógica mítica foi incorporada nas histórias sobre a Pedra do Ingá como foi mencionado no parágrafo anterior.

Figura 34: Livro *Nas Pegadas de São Tomé* (Zilma Pinto)



Fonte: <http://www.osebocultural.com.br/livro/f875--02-nas-pegadas-de-sao-tome>

³⁷ Zilma Ferreira Pinto é o nome literário adotado pela professora Zilma Ferreira dos Santos, autora de *“A Saga dos Cristãos-Novos na Paraíba”*. Zilma é natural de Campo de Santana, município localizado no Curimataú paraibano. É licenciada em História pela UFPB (1980). Iniciou-se no Magistério como professora primária, lecionando por mais de trinta anos em escolas do interior e de João Pessoa. Após a aposentadoria, Zilma passou a dedicar-se à poesia e às pesquisas, dando sequência a sua produção literária. Disponível em <https://www.clickpb.com.br/cotidiano/professora-zilma-ferreira-lanca-livro-nesta-quinta-feira-no-ihgp-4482.html> acesso em 10/07/2017.

A *a priori* acreditava-se que o mito de Sumé e do Peabiru eram recorrentes entre os moradores de Ingá, mas observou-se que não é uma lenda local como será explicada mais adiante. No entanto, encontram-se referências desse personagem e acontecimento mítico entre os povos indígenas no Brasil e em toda América, principalmente entre os tupi-guaranis.

O mito de Sumé e Peabiru vem sendo relacionado à Pedra do Ingá na literatura considerada pseudocientífica, mas também em obras de cunho científico que fazem referência a esta mitologia. Por isso criou-se a imagem de que a população local conhecia essas narrativas. Nas entrevistas de campo foi possível constatar que a mitologia referente à Sumé e Peabiru são exógenas. Dessa forma, é importante explicar aos leitores a relação do mito de Sumé e Peabiru e as Itacoatiaras do Ingá, mostrando como em outras culturas existem referências a essas narrativas míticas (SANTANA, 2013).

A descoberta do Brasil está repleta de narrativas míticas e alguns pesquisadores como Schwennhagen (1986) e Baraldi (1997) defendiam que antes de Pedro Álvares Cabral aportar no Brasil os povos indígenas teriam tido contato com outros navegantes como os fenícios, hititas e sumérios. Seguindo esse raciocínio as Itacoatiaras do Ingá seriam uma prova da passagem desses povos no Brasil onde supõem-se que as respostas para essas indagações estejam de fato na própria pedra e todo o entorno sem precisar procurar em culturas distantes (LANGER, 2000; SOUZA, 2009).

Existem hipóteses consideradas fantasiosas, mas as pesquisas embasadas cientificamente em (PROUS, 1992; MARTIN, 2005; BRITO, 2017) apontam na direção de que as inscrições de Ingá foram produzidas por “grupos humanos conhecedores da técnica de gravação que habitaram a região em tempos pretéritos” (SANTOS, 2014, p. 147).

Num contexto geral, serão expostos o mito de Sumé, o caminho do Peabiru e sua relação com as Itacoatiaras do Ingá. Segundo os teóricos do Sumé e Peabiru, a complexidade das inscrições só poderia ser explicada por uma autoria sobrenatural, alguém com conhecimento e tecnologia para fazê-la.

O mito de Sumé também está relacionado ao mito da terra *sem-mal* tupi-guarani presente no imaginário do europeu do século XVI (SANTANA, 2013; BRITO, 2017). O conquistador europeu em busca de novas terras e riquezas representava um mundo desconhecido repleto de monstros marinhos que foi superado pela motivação de encontrar a terra da promessa ou paraíso terreal que seria o continente americano (ver figura 35).

A terra de promessa é relatada por diversos povos no mundo inteiro e refere-se ao “mito de uma terra sagrada” descreve um local que “é a terra onde você está ou você encontrará, não qualquer terra” (CAMPBELL, 1999, p. 33). Encontram-se também essas histórias entre os indígenas americanos como a terra sem-mal *Yby marã-é’yma* dos tupis e *Yvy marã-e’y* dos guaranis (METRAUX, 1979; CLASTRES, 1978).

Assim, terra de promessa, terra sem- mal, Sumé, Peabiru e o dilúvio são algumas das mitologias que originaram as lendas e estão presentes no imaginário popular. Em diversos sítios arqueológicos podem-se encontrar tais narrativas que dialogam entre si e são ressignificadas em cada contexto particular. Através da oralidade resultante da linguagem é possível conhecer um pouco das memórias do ingaense em relação as Itacoatiaras do Ingá.

Figura 35: Monstros Marinhos no Imaginário europeu do século XV



Fonte: Imagem tirada da obra de Sebastian Munster³⁸

4.1 Os Heróis civilizadores e o Sumé mítico

O personagem Sumé ou Zumé pode ser encontrado em todo o continente americano sob outras denominações. Existem mitos sobre um civilizador com as mesmas características dessas narrativas e foram chamados de heróis civilizadores, pois na mitologia indígena, esses visitantes possuíam poderes e conhecimentos como ensinar aos seus antepassados a cultivar a terra e a construir suas casas (MÉTRAUX, 1979). Segundo a mitologia tupi-guarani, os mais velhos da

³⁸ Les monstres marins e terrestres lesquelz on trouve en beaucoup de lieux es parties septentrionales
Cosmographie Universelle livre III 1560.septentrionales livre IIII 1560

tribo não queriam aceitar os novos conhecimentos e por isso perseguiram o herói que fugiu atravessando as grandes águas.

A figura do herói-civilizador encontrado nas três Américas é retratada como um grão-sacerdote de longas barbas e vestes brancas que ensinava a cultivar a terra, falava de um deus e ninguém sabia de onde viera (MIELE, 2012). O Sumé “brasileiro”, segundo as narrativas teve que fugir, pois os índios estavam descontentes com seus ensinamentos, mas prometeu que um dia voltaria (GÂNDAMO, 1576; CLASTRES, 1978). No Brasil era chamado Sumé, Zumé, Maira, Mairatá e Maira-Monam no México, Quetzalcoatl, Kukulcan, Zamná e Itzama entre os Maias, entre os Incas Viracocha e Tunupa, na Colômbia, Bochica e na Bolívia Kontiki (MIELE, 2012).

Quando as primeiras ordens religiosas chegaram ao Brasil admiraram-se quando os índios contavam seus mitos de criação, do dilúvio, da terra sem-mal e de um homem com habilidades especiais que no passado esteve entre esses povos. A grande questão era: como esses povos sabiam das histórias encontradas na bíblia cristã? Para esses religiosos esses nativos não tinham religião ou qualquer crença, ou quando as tinham eram consideradas demoníacas, eram seres sem alma (CLASTRES, 1978). Pero de Magalhães de Gândamo, em sua obra “História da Província do Brasil” datada de 1576 referia-se à língua dos nativos como sem F, L, R que significava dizer que não tinha fé, nem lei, nem rei.

O Sumé, Zumé, indígena foi ressignificado como Tomé cristão, um dos doze apóstolos de Jesus Cristo. Nos séculos XVI e XVII encontram-se os primeiros relatos sobre a vinda do Tomé ao continente americano. Entre os povos indígenas, Tomé seria Monan, descrito na historiografia como um herói civilizador ou como o Deus cristão, aquele que criou o céu, a terra, os pássaros e os animais no mundo existente. Monan seria o criador do homem e também o destruidor da primeira humanidade, depois repovoando a terra, acontecimento que nos faz lembrar o dilúvio (METRAUX, 1979).

O mito de Sumé e do Peabiru, foi interpretado numa perspectiva do europeu, vários documentos que descrevem as crenças indígenas são de origem europeia e cristã. É importante colocar que os religiosos que chegavam às Américas procuravam nesses mitos uma aproximação com a crença cristã, porque era uma forma mais fácil de catequizar os povos indígenas, ou seja, encontrar em suas mitologias aspectos parecidos com os ensinamentos cristãos e relacioná-los, o que seria mais aceitável para os nativos (CLASTRES, 1978; MIELE, 2012).

Não é possível supor que as crenças, línguas e costumes dos povos indígenas existentes no Brasil fossem comuns a todos os indígenas americanos, no entanto, podem-se fazer paralelos. Santos (2002, p.24) defende que este “pensamento tende a supervalorizar algumas culturas, a detalhar o *locus* de onde fala e despersonalizar e generalizar as periferias, chegando mesmo a negar humanidade e racionalidade aos habitantes mais distantes do centro onde a narrativa é produzida”. O processo de colonização levou à supressão das culturas ancestrais e à propagação da ideologia etnocêntrica europeia (LOPES, 2016).

Por onde passava Sumé deixava suas pegadas, existindo no Brasil cidades onde São Tomé “passou” imprimindo suas pegadas nas rochas, como é o caso de São Tomé das Letras em Minas Gerais. Clastres (1978, p.23) relata que “Sumé, por conseguinte, ensinou outrora aos homens as artes da civilização: certas pegadas impressas em rochedos constituíam, para os tupis, a prova ainda visível da sua passagem”.

As pegadas de São Tomé encontradas nas localidades incluem Ingá no roteiro dos caminhos de São Tomé, que para os estudiosos seria o apóstolo de Jesus. O mito da passagem do apóstolo é narrado nas crônicas e entre os povos indígenas de quase toda América.

Na citação abaixo Pinto relata esta relação entre as pegadas e o mito de Tomé:

Na altura da cidade, em sete graus da parte do Sul para o sertão, em um lugar hoje deserto e solitário, se vê outro penedo com duas pegadas de um homem maior, e outras de outro mais pequeno; e certas letras esculpidas na pedra. Este é achado cada passo dos índios, que de suas aldeias vão à caça; e têm para si, que aquelas pegadas são de São Tomé.... As letras pretenderam os índios arremedar aos nossos Padres nas aldeias, mas não se entendeu até agora sua significação (PINTO, 1993, p. 11).

O personagem mítico também foi responsável pelo Peabiru o caminho do sol Inca que eram ramais de estradas utilizadas pelos índios e posteriormente, por exploradores europeus como Aleixo Garcia (1522), Cabeza de Vaca (1542) e Ulrich Schmidl (1553). Está oficialmente localizado nas extremidades de São Paulo, Brasil na antiga capitania de São Vicente fazendo ligação com Cusco no Peru.

Existiu ainda uma outra rota que ligava o nordeste brasileiro ao império Inca através da Bacia Amazônica e da Costa Atlântica e para Brighenti (2010) seria o caminho indígena mais importante que existiu na América do Sul, ligando a costa atlântica ao Paraguai e rumo ao noroeste ao império Inca (BOND, 2009; KATH; BANDEIRA, 2015).

O caminho do Peabiru mesmo suscitando narrativas fantasiosas, é uma fonte histórica que mostra como no passado grupos humanos construíram esses ramais de estradas fazendo intercâmbio entre as Américas. Atualmente o Ministério do Turismo em parceria com outros órgãos federais estão implantando trilhas³⁹ de longo curso ligando Unidades de Conservação em todo o Brasil e o caminho do Peabiru está inserido nesta proposta com o intuito de reforçar o ecoturismo (MTUR, 2018).

Afinal, os mitos e lendas sobre Sumé e o Peabiru seriam uma possível resposta para a enigmática Pedra do Ingá? Seria Sumé o autor das inscrições? Teria o personagem criado um caminho ligando Ingá, exclusivamente a Pedra do Ingá ao Peru? Poderia ser até uma explicação se pudesse ser corroborado pela ciência, ficando assim, mais no âmbito do mistério, *numinosum*, maravilhoso (DURKHEIM, 2000).

4.2 O turismo na pedra encantada: as narrativas da população sobre as Itacoatiaras do Ingá

Mais uma vez trazendo os versos encontrados na epígrafe desta dissertação “*No meio do caminho de Ingá tinha uma pedra, tinha uma Pedra no meio do Caminho de Ingá, nunca me esquecerei desse acontecimento*” quer ressaltar a importância desse monumento arqueológico para a população local, e quiçá para o Brasil. A população, através das histórias contadas pelos seus ancestrais, guarda memórias individuais e coletivas sobre os autores e significados da Pedra do Ingá.

Martin (2005) acredita que as condições socioambientais mantêm um universo mítico simbólico no Nordeste do Brasil. A Paraíba possui paisagens enigmáticas como o Lajedo do Pai Mateus, as Sacas de Lã em Cabaceiras e as Itacoatiaras do Ingá. O Instituto do Patrimônio

³⁹ O roteiro apresentado: o Corredor Litorâneo engloba 8.000 quilômetros, passando por mais de 100 UCs ao longo da costa nacional. Já a Missão Cruls, com 600 quilômetros, seguirá o caminho percorrido por Luiz Cruls para delimitar a área onde seria construída Brasília. O Caminhos do Peabiru, por sua vez, com cerca de mil quilômetros, retrata o percurso dos índios Guarani ligando o Oceano Atlântico aos Andes, e a Estrada Real, com mais de 1.700 quilômetros, segue o trajeto usado pela Coroa Portuguesa no período colonial. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11859-brasil-organiza-sistema-de-trilhas-para-refor%C3%A7ar-ecoturismo.html> > Acesso em 10/09/2018

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem catalogado cerca de 201 sítios⁴⁰ arqueológicos na Paraíba, mas até então nenhum suscitou tanta especulação como a Pedra do Ingá.

Os moradores das localidades próximas aos sítios arqueológicos de gravuras ou pinturas rupestres convivem com essa cultura criada por nossos antepassados e relatam mitos e lendas como explicação para algo que não conseguem decifrar. As Itacoatiaras estão inseridas nesse contexto como principal atrativo turístico do município de Ingá, agreste paraibano, como um local turístico procurado por turistas que buscam conhecimento (IRVING et al, 2016).

A população de Ingá, por sua vez, retrata o seu cotidiano com o petróglifo e mesmo com tantas hipóteses científicas e pseudocientíficas, o turista também pode conhecer as narrativas da população. Essas narrativas revelam significados e representações sociais construídas pelas memórias compartilhadas tendo como base estrutural as histórias de vida e a cultura. Esse compartilhamento se dá através da oralidade como ferramenta de reconstituição dos fatos passados em relação com o presente numa relação cíclica (NORA, 1993).

A recuperação das memórias é de suma importância para a construção da identidade de um povo. Hall (1999, p.48) afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação”. As memórias vindas à tona quando nos referimos aos lugares são capazes de evocar um sentimento de pertencimento a esse lugar porque nos convidam a lembrar as histórias vividas e contadas pelos antepassados.

Japiassú (1996, p.178) acredita que a “memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente”. Quando as pessoas são convidadas a buscar em suas memórias as vivências com a Pedra do Ingá e as histórias contadas por familiares e amigos, estas, podem ser repassadas para outras pessoas tornando-se memórias coletivas. Seria um momento de encontro com o passado, uma possibilidade de torná-lo presente.

⁴⁰ Ver o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>> Acesso em 09/08/2018.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Pollak (1992, p.202) acredita que “existem lugares da memória e identidade particularmente ligados a uma lembrança, que podem ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. Pode ser um lugar especial na infância, que se conserva na memória da pessoa, algo marcante independentemente da data real em que aconteceu a vivência.

As narrativas contadas sobre as Itacoatiaras do Ingá pela população local são momentos vividos em suas infâncias, o banho no rio Ingá do Bacamarte, a pesca, o piquenique, as brincadeiras nas pedras vislumbrando aquelas inscrições em um monumento intrigante para todos. Para algumas pessoas, essas memórias são esquecidas, mostrando também o quanto a população de Ingá tem perdido o sentimento de pertença em relação à Pedra.

Zaoual (2003, p.21) acredita que “as pessoas sentem necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento”. Assim como é importante dar voz a essas pessoas, para que exponham suas memórias podendo guardá-las e futuramente rememorá-las (LE GOFF, 1990).

As memórias esquecidas e a perda do sentimento de pertencimento são retratadas neste relato de um morador da Serra Velha, outra localidade de potencial turístico e ecoturístico. Apresenta-se aí uma configuração onde a comunidade não valoriza seu lugar de origem, mas que esse quadro é mudado quando existem oportunidades de conhecer melhor a própria história.

Eu achava que aquela pedra não tinha nada a ver com a história. No tempo de Iremar chegaram 28 pessoas estudantes da Bahia, passaram um mês aqui no Ingá e um dia quiseram ir lá conhecer. Como eu estava aqui trabalhando, os visitantes pediram para conhecer a minha comunidade na Serra Velha, aí foram 8, foi dentista, foi médico, foi não sei quem, cada um tinha uma profissão diferente e que formava aquele grupo. Queriam ir para aquela comunidade, passavam o dia lá estudando e agente almoçava e depois voltava para andar. Até que eles quiseram ir lá na minha casa onde funcionava uma escola. Eles foram para dar uma aula e acabaram nem dando porque perderam o tempo lá na pedra, cismaram de ir lá para pedra, viram a pedra em cima de outra como aquela caixa ali, não a gente quer ir naquela pedra, e eu falava, homem é uma pedra, é aquilo ali mesmo, não tem nada lá não, mais a gente quer ir e insistiram e eu disse que não ia, mas acabei indo acompanhando, passamos o dia lá, chegamos em casa 14 horas da tarde para almoçar, com fome, com sede, mas estava lá. Descobriram plantas, orquídeas, deram o nome lá àquelas plantas e aquilo foi a coisa mais linda do mundo. A partir daí é que eu fiquei sentindo, com vergonha deles, porque eu disse que não ia mostrar porque não tinha nada e eles descobriram tanta coisa lá e eu fiquei com vergonha e passei a querer ir sempre a esse local (TRECHO DE ENTREVISTA-POPULAÇÃO).

A identidade pode ser compreendida como aspectos culturais intrínsecos de um determinado povo. Dessa forma, a Pedra do Ingá como principal símbolo de Ingá, é uma peculiaridade do lugar, ou seja, nenhum outro município brasileiro possui importantes inscrições parietais, um enigma da humanidade. No entanto, mesmo sendo algo importante para a cidade a desvalorização dos saberes locais fez com que para muitos moradores, falar sobre mitos e lendas tenha se tornado motivo de vergonha (HALL, 1999).

Esse sentimento de vergonha da população local em relação aos saberes é resultado de um processo histórico de racionalização. Weber (2004) explica que a formação da modernidade ocidental através de um processo recente de racionalização do mundo, o que chamou de desencantamento do mundo, tende a eliminar os elementos mágicos e religiosos da vida onde o único saber aceito passa a ser a ciência objetiva e pragmática.

Na pesquisa realizada a população foi convidada a contar suas histórias e percepções sobre a Itacoatiaras que, segundo Zaoual (2009) seria um sítio simbólico de pertencimento potencial, mas ainda não manifesto, visto que, parte dos moradores ainda não se identificam com ele. Esse sítio simbólico é o conjunto formado pela Pedra do Ingá com seus mitos e lendas que criam uma relação de pertencimento e a população é “especificamente, o ator protagonista em um espaço vivido, isto é, no sítio simbólico de pertencimento, é um homem concreto que sabe o que faz, e não um idiota cultural” (ZAOUAL, 2006, p. 50).

A construção da Ingá turística é constituída de elementos naturais formados pelos aspectos bióticos e abióticos em conjunto com as representações simbólicas da população. Dessa forma os relatos relacionados à Pedra são interpretações, sentimentos e revelam as mais secretas modalidades do ser.

O pensamento simbólico não é uma área exclusiva da criança, do poeta, do desequilibrado; ele é consubstancial ao ser humano, precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade –os mais profundos – que desafiam qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser. Por isso, o seu estudo nos permite conhecer o homem, o homem simplesmente (ELIADE, 1996, p.8-9).

As entrevistas realizadas com a população, entre eles comerciantes, artesãos, rezadores, pessoas que possuem comércio e tinha ligação com o turismo e a cultura da cidade puderam demonstrar sensações e saberes em relação à Pedra do Ingá. São interpretações baseadas nas vivências individuais e coletivas. Os relatos iniciaram a partir dos moradores mais antigos, com mais de 60 anos, alfabetizados, a maioria possuindo ensino médio e alguns moradores com menos de 30 anos que já possuíam curso superior ou que estão cursando. Dessa forma, serão apresentados números de 1 a 3 para representar entrevistados acima e abaixo de 60 anos e os abaixo de 30 e números de 4 a 5 para representar a escolaridade.

Quadro 13: Idade dos entrevistados

IDADES	NÚMEROS
ACIMA DE 60 ANOS	Entrevista 1
ABAIXO DE 60 ANOS (60 até 30) em ordem decrescente	Entrevista 2
ABAIXO DE 30 ANOS	Entrevista 3

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Quadro 14: Escolaridade dos entrevistados

ESCOLARIDADE	NÚMEROS
Fundamental	4
Ensino médio	5
Ensino superior	6

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Para Halbwachs (2003) a memória é um instrumento social e por consequência uma construção coletiva, que se expressa no cotidiano sob formas simbólicas e representações. A partir do presente do grupo se pensa o passado e projeta o futuro e suas lembranças são experiências que se ligam ao cotidiano da comunidade (CANABARRO et al, 2018).

A Pedra do Ingá como lugar de memória pode se tornar um símbolo identitário proporcionando a população o sentimento de pertença. Os “lugares de memória” como os museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários e associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA,1993 p.13).

Os grafismos rupestres reproduzem um saber, são interpretações do ambiente produzidos pelos nossos antepassados, supõem-se que o mesmo acontecia com os autores das Itacoatiaras do Ingá que retrataram figuras antropomorfas, zoomorfas, fitomorfas e formas geométricas. Os moradores na atualidade fazem releituras desse universo simbólico. No depoimento a seguir o entrevistado que mora no entorno do sítio arqueológico desde sua infância fala um pouco do que percebe nas figuras da Pedra.

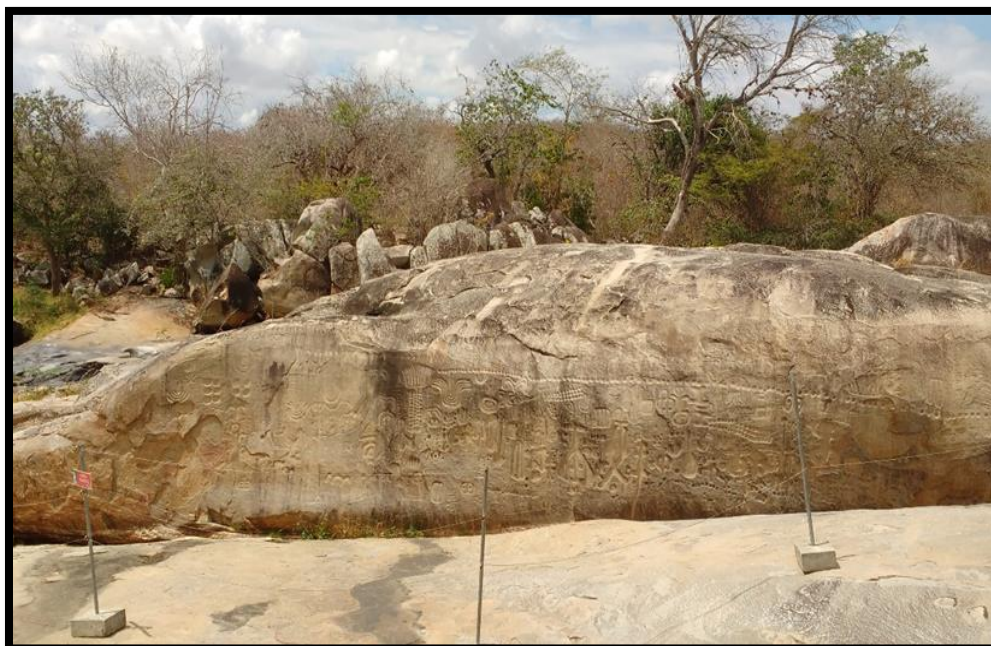
Acredito muito que ali seja um calendário, você vê o sol, constelação, calendário lunar, período de plantar, período de colher, plantações, animais, pássaros tudo isso tem ali. Acredito mais na teoria dos povos indígenas. A evolução antigamente, a técnica deles usarem pedra, água e areia para fazer aquelas escritas, eles poderiam deixar registrado um passado bíblico. Você vê, tem balança onde passam os espíritos mortal tudinho, tudo lá, tem uma grande história da Pedra do Ingá (TRECHO DE ENTREVISTA, 2-5).

Seguindo este direcionamento, se faz a seguinte pergunta: A população pode falar? A população que não está relacionada diretamente ao turismo é excluída deste processo. Adaptando para a realidade de Ingá percebe-se que parte da população tem seus saberes-fazeres desvalorizados por aqueles que detém o poder. O que tem sido constante na atividade turística é a “exotização” da população local, apresentado como um produto para os turistas. A lógica do capital pede essa padronização visando aumentar o consumo e produção, mesmo de bens e serviços turísticos (HAN, 2018).

Conforme visto, o ecoturismo abre espaço para que a população seja protagonista desta atividade, para que falem sobre suas lendas referentes a Pedra do Ingá. Os pesquisadores, turistas e pessoas de variadas cidades podem criar hipóteses ou lendas sobre o petróglifo e porque a população também não pode? Considerando a expressão dos moradores é necessário entender que as lendas surgem como uma representação do que eles observam, no caso, o monumento está dividido em três painéis, mas é o painel principal o que chama mais atenção, onde encontra-se as figuras principais objeto de vários estudos (Figura 36-39).

O painel vertical das Itacoatiaras do Ingá que contém os símbolos principais encontrados em todo conjunto rochoso suscita no imaginário ingaense as narrativas produzidas pela população local. Essas narrativas hora confundem-se com hipóteses pseudocientíficas e com mitos encontrados em quase toda a América. Assim, para adentrar nesse universo das narrativas contadas pela população ingaense sobre as Itacoatiras apresentam-se as hipóteses mais conhecidas e que, até então, não passam de achismos e vem sendo combatidas pelos historiadores e arqueólogos (MARTIN, 2005; BRITO, 2017).

Figura 36: As Itacoatiaras do Ingá: Pannel Vertical



Fonte: Autora, 2019

Figura 37: Pannel superior



Fonte: Autora, 2019

Figura 38: Painel Inferior



Fonte: Autora, 2019

Figura 39: As figuras do painel principal que suscitam as lendas entre a comunidade



Fonte: Autora/2019

4.2.1 Hipóteses pseudocientíficas sobre a Pedra do Ingá

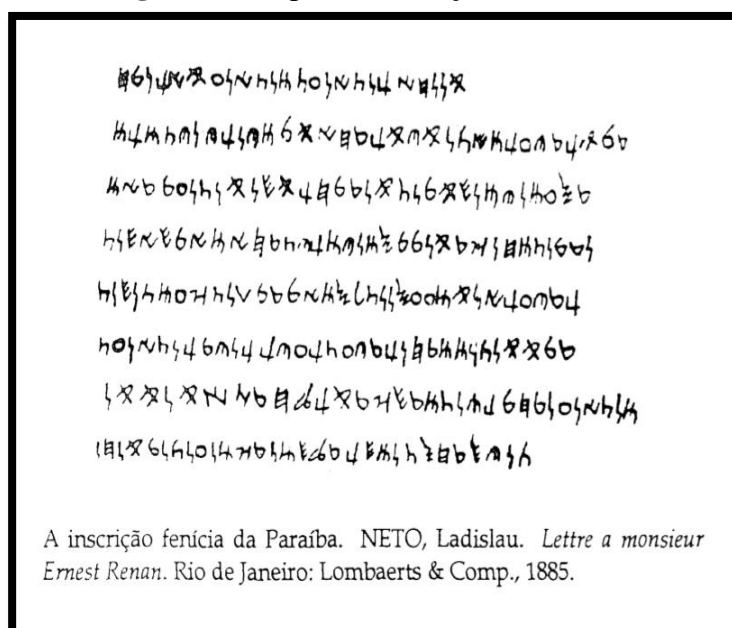
As hipóteses pseudocientíficas suscitaram interpretações fantasiosas sobre a Pedra do Ingá, estudiosos de diversas áreas do conhecimento, sem realizar uma pesquisa séria, criaram ou reproduziram explicações que atribuem uma origem extraterrestre, outras se referem à autoria de povos fenícios, egípcios, hebreus, hititas, entre outros.

Dessa forma serão abordadas apenas algumas dessas hipóteses pseudocientíficas mais recorrentes e que de alguma forma aparecem nas narrativas da população de Ingá. A primeira delas refere-se à origem extraterrestre das Itacoatiaras do Ingá, baseadas nas hipóteses de Däniken (1969), Brito (1989), Mausó (1995), todas incluindo a Pedra do Ingá no mapa ufológico. Gilvan de Brito em seu Livro “Viagem ao Desconhecido” fala a respeito da suposta origem extraterrestre das inscrições de Ingá:

(...) A ideia da presença de extraterrestres no Ingá pode parecer absurda, porém esta é uma possibilidade que não deve ser afastada, diante de alguns indícios: quando os portugueses aqui chegaram foram informados da existência das inscrições de Ingá e verificaram que na época os habitantes da região, os índios Cariris, encontravam-se na Idade da Pedra Polida, desconhecendo o metal ou qualquer outro instrumento capaz de realizar com sucesso os simétricos e profundos traços, de perfeito talhe e excelente polimento (...) Estimulando a nossa imaginação, vamos encontrar, no painel vertical da Pedra do Ingá, um pictograma que lembra uma nave espacial, centrada entre as principais inscrições, incluindo entre os quatro maiores ideogramas de todos quanto são observados (BRITO, 1993, p.57-58).

Outra hipótese também difundida é a da origem fenícia da inscrição rupestre de Ingá, baseado nos estudos de Ludwig Schwennhagen (1970) e das inscrições apócrifas recebidas em carta por Ladislau Netto que era uma autoridade em Arqueologia Brasileira na metade do século XIX (MARTIN, 2005). Conforme Martin (2005), Ladislau Netto recebeu uma carta com as supostas inscrições fenícias, que foram achadas por Joaquim Alves da Costa, no município de Pouso Alto, no vale do Paraíba e enviada ao Marquês de Sapucaí, diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A confusão inicia quando, pouco tempo depois, o engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba encontrou inscrições na Paraíba. Muitos acreditaram que as inscrições fenícias, supostamente encontradas, seriam as Itacoatiaras do Ingá (Figura 40). O achado de Francisco Retumba teria sido em outra localidade na Paraíba e não se tratava da Pedra do Ingá e nem ao menos as inscrições apócrifas relatadas a Ladislau Netto (BRITO, 2017).

Figura 40: Supostas inscrições fenícias

Fonte: LANGER (2000, p.80)⁴¹

O austríaco Schwennhagen (1970), que esteve no Brasil entre 1910 e 1920 estudava os sítios arqueológicos no Nordeste do Brasil e defendia que os fenícios construíram Setes Cidades no Piauí e a cidade mitológica de Tutóia no Vale do Paraíba (MARTIN, 2005). Os seus estudos levaram muitas pessoas a acreditarem que os fenícios estiveram no Brasil e que poderiam ter sido os autores das inscrições contidas na Pedra do Ingá.

As seções seguintes contêm as narrativas da população que foram explicitadas seguindo categorias temáticas mais recorrentes que são: as que descrevem a Pedra do Ingá como de origem sagrada ou criação da natureza, as de cunho sobrenatural que envolvem tesouro e espíritos e por último, as histórias que contam a origem alienígena das inscrições.

⁴¹ LANGER, J. Ruína e Mitos: a arqueologia brasileira no império (1840-1889). Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

4.2.2 Narrativa onde a Pedra do Ingá é de origem sagrada ou resultado da natureza

Segundo as narrativas sagradas existem duas modalidades de existir no mundo, a primeira onde tudo é sagrado e a seguinte onde tudo é profano. Durkheim (2000, p. 23) estabelece essa divisão quando afirma que a “coisa sagrada, é, por excelência, aquela que o profano não deve e não pode impunemente tocar”.

O sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá pode ser compreendido e classificado simultaneamente dentro dessas duas modalidades de existência: sagrada e profana. Há um momento profano, quando o espaço é utilizado para receber turistas, realizar atividades comerciais e promover festas como o São João da Pedra e o forró dos namorados. A outra atribuição à própria natureza também nos remete a uma origem sagrada, porque de acordo com as pessoas entrevistadas a criação natural é uma extensão da obra divina, como no comentário abaixo:

Eu sinto que talvez fosse outra geração que existiu ali naquele lugar, ou uma coisa de Deus, que foi botado pela mão de Deus, do pai, que deixou ali, que ele tem poder para tudo. Mas até hoje né, ninguém decifrou o que é aquilo ali. (TRECHO DE ENTREVISTA 1-5).

Em outro depoimento a atribuição à própria natureza reaparece:

Desde pequena que é a mesma coisa, não se sabe quem desenhou aquilo. Pessoas de vários países já estiveram lá e não sabem quem foi que fez. Na minha opinião, não foi de outros países como Alemanha, Japão e China, minha opinião é que foi a natureza. Pedras muito antigas, a chuva, porque passa um rio, a água, o vento. Eu moro num sítio, lá em casa temos pedras, e vez por outra tem uma cacimbinha redondinha lá nas pedras, onde eu lavo roupa, bem pertinho de minha casa, no tanque de pedra, no lajedo. Lá tem pedra, tem um tanque de lavar roupa e aqui acolá no lajedo tem uns buraquinhos assim bonitinho como as da pedra do Ingá, agora isso só eu que digo. Penso que milhares de anos que aquela pedra existe, porque desde que o mundo foi feito que tem aquela pedra. O vento também faz isso. Se um dia disserem qual foi a nacionalidade que fez, o meu conceito cai (TRECHO DE ENTREVISTA 1-5).

4.2.3 Narrativa do tesouro escondido dentro da Pedra do Ingá

O segundo tema mais frequente nos depoimentos da população local são as narrativas de cunho sobrenatural, mágico, onde a Pedra do Ingá possui um encantamento. A magia está presente na história como as primeiras manifestações do pensamento humano, ou seja, desde a pré-história há vestígios que testemunham a existência de rituais mágicos entre os neandertais, considerados os primeiros xamãs (MITHEN, 2003; GUEDES; VIALOU, 2017).

Ao longo da evolução das crenças de cunho mágico, os elementos naturais como as plantas, animais, os astros e as pedras tinham um valor mágico (ELIADE, 2002). Entre os povos indígenas do Brasil encontra-se a crença em pedras encantadas e a Pedra do Ingá proporciona essa sensação de encantamento para muitos, porque não existem até então explicações que possam ser comprovadas.

Apresenta-se neste contexto uma hierofania ou cratofania⁴² lítica querendo indicar o ato de manifestação do sagrado na Pedra do Ingá. A pedra nada mais é que uma pedra, mas no momento que assume um significado para um determinado grupo ela reveste-se de um novo poder e sacralidade. Se para aqueles que fizeram as inscrições na Pedra ela tinha uma utilidade, da mesma forma na atualidade a Pedra do Ingá com suas inscrições complexas só pelo fato de não ter explicação para sua origem se faz diferente e, por isso, é tão apreciada e tratada como algo mágico e ou sagrado (ELIADE, 2002).

A arqueologia cognitiva difundida por Mithen (2003) defende que a aurora do pensamento mágico revela a crença em entidades e forças sobrenaturais e evidencia os primeiros sinais da crença no divino. Segundo Mithen (2003), Guedes e Vialou (2017), os seres humanos vêm passando por um processo evolutivo, do conhecimento mágico, ao religioso e, por fim, ao científico.

⁴² Segundo Eliade (2000) hierofania ou cratofania é a manifestação do sagrado. Uma pedra pode ser uma hierofania, pois o sagrado pode apresentar-se através da pedra.

Para Mithen (2003) nossos ancestrais durante a explosão criativa⁴³ enxergavam o mundo como um lugar povoado de seres sobrenaturais. Seriam esses os primeiros sinais da crença em uma divindade? As hipóteses de que imagens de humanos com partes animais representariam xamãs ou magos e essa crença de que o ser humano foi um animal num passado mítico faz com que tenham essa identificação mágica com os animais. Acredita-se que os mitos contados por diversos povos desde a antiguidade sejam mapas do ambiente, uma forma de guardar a localização dos lugares importantes para serem repassados aos seus descendentes.

Guedes e Vialou (2017, p. 103) defendem que:

Manifestações gráficas registradas nos suportes rochosos pelos homens e mulheres pretéritos é tanto testemunho das crenças e escolhas sociais de um grupo, quanto dos processos cognitivos dos responsáveis por essa forma de comportamento simbólico, processo que demonstra a inter-relação entre mente e cultura.

Esse pensamento sobrenatural relatado nas entrevistas a seguir revela a história de um espírito guardião de um tesouro escondido dentro da pedra, que possuía a chave que abria o portal da pedra encantada. Acreditava-se que seria o tesouro deixado pelos holandeses, pois, existem muitas lendas sobre os feitos dos flamengos em nossas terras, como abertura de túneis em várias localidades da Paraíba e as botijas, como também o tesouro deixado pelos jesuítas (CASCUDO, 1976; GARCIA; SILVA GARCIA, 2012).

O padre Francisco Corrêa Telles de Menezes em sua obra “Lamentação Brasília” datado de 1887 relata sua procura por tesouros perdidos pelos holandeses e jesuítas, em sítios arqueológicos no Nordeste. Os depoimentos da população expostos abaixo referem-se à essas lendas:

A Pedra do Ingá tem um encanto, história dos mais antigos de lá. Tem uma pedra maior da qual sai uma menina com uma vela de lá para cá e abre e fecha a porta. Disse que todos os inscitos que tinha fora tinha dentro. Um grande tesouro, isso a gente acreditava que tinha um grande tesouro dentro. Com as grandes enchentes a chave foi carregada (TRECHO DA ENTREVISTA, 2 -5).

Quando as escolas nos levavam para a pedra, a principal lenda que havia e que atraía as crianças é de que lá existia um tesouro escondido que quando alguém conseguisse ler aquilo nas pedras ia abrir a pedra e achar o tesouro que está lá. Por isso que todo mundo ia lá tentar ler o que tinha. (TRECHO DA ENTREVISTA, 3-6)

O povo antigo contava que aquela pedra tinha um tesouro e apareceu um espírito indígena, se você estivesse em determinado horário e ele aparecer e se ele entregar o segredo, a pedra se abre e está cheio de ouro lá. (TRECHO DA ENTREVISTA, 2-5)

⁴³ A explosão criativa, para o autor, aconteceu a aproximadamente 70.000 anos quando o homo sapiens criou ferramentas, adornos e passou a sepultar seus mortos dando origem às primeiras manifestações do pensamento mágico (MITHEN, 2003).

Quando criança tinha essa mitologia de dizer que a pedra, dentro dela tinha ouro, até ficava curioso olhando por baixo para ver se encontrava alguma coisa de ouro. Depois também falam que a pedra se abre e ali sai uma mulher de vestido e confirma que tem ouro (TRECHO DA ENTREVISTA, 3-6).

Na região Nordeste existem tradições e costumes peculiares como a crença em botijas. As botijas⁴⁴ são tesouros deixados pelos povos antigos e que muitas pessoas no tempo presente encontram. O diferencial nessa história é que as botijas são reveladas em sonho pelo dono falecido que vem em espírito revelar o local do tesouro. Azevedo Neto et al (2015, p. 45) afirmam que a origem das inscrições do Ingá por serem desconhecidas, pela sua complexidade e mistério origina diferentes mitos e lendas que “falam a respeito de tesouros escondidos no interior da pedra que nunca foram encontrados”.

O mesmo relato também é encontrado no livro “A Pedra do Ingá” de Vanderley de Brito. O autor argumenta que as lendas de tesouros dentro da pedra aguçaram a cobiça de muitos e assim a Pedra do Ingá foi alvo da ação antrópica. Em 1959 pesquisadores do Instituto Brasileiro de Arqueologia detectaram que algumas rochas no local tinham sido destruídas a marretadas a procura de ouro (BRITO, 2017).

Uma das entrevistas de campo trouxe o relato sobre a relação de tesouros escondidos em sítios arqueológicos e que por esse motivo, foi degradado por supostos caçadores de tesouros principalmente aqueles que acreditam nas teorias de Sumé/ Tomé. Segundo o depoente:

Nas teorias dos seguidores de São Tomé afirma-se que onde haviam inscrições acreditavam que ali tinha ouro porque as pessoas faziam inscrições como se fora um mapa, guardava o ouro e ali fazia uma inscrição. Com essa ideologia foi quebrado muito sítio arqueológico, se perdeu muito e nunca foi encontrado ouro (TRECHO DE ENTREVISTA, 3-6).

⁴⁴ Dinheiro enterrado, o mesmo que botija para o sertão do Nordeste, ouro em moeda, barras de ouro ou de prata, deixados pelo holandês ou escondidos pelos ricos, no milenar e universal costume de evitar o furto ou o ladrão de casa de quem ninguém se livra. Os tesouros dados pelas almas do outro mundo dependem de condições, missas, orações, satisfação de dívidas e obediência a um certo número de regras indispensáveis (...) O tesouro é encontrado unicamente por quem o recebeu em sonho (...) se faltar alguma disposição, erro no processo de extrativo, o tesouro transformar-se-á em carvão. Todos os sinais desaparecerão, se o silêncio for interrompido, mesmo que por um grito inopinado ou por uma oração. A primeira moeda encontrada é a que deve ficar no lugar do tesouro (CASCUDO, 1998, p. 862).

Nesse ponto a narrativa contada pela população ingaense sobre um tesouro escondido dentro da Pedra encontra-se com o mito de Sumé, pois segundo os teóricos deste personagem mítico geralmente por onde Sumé passava deixava suas pegadas e inscrições indicando a existência de tesouros (BRITO, 2017; CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2018). Ao acompanhar um dos moradores e entrevistados às Itacoatiaras do Ingá, este mostrou uma pedra conhecida por apresentar uma pegada (Figura 41), no entanto, não fez relação entre a pegada e Sumé, mas percebem-se resquícios dessa mitologia.

Figura 41: As pegadas de Sumé?



Fonte: Autora, 2018

4.2.4 Narrativa da origem extraterrestre das inscrições da Pedra do Ingá

Além das lendas contadas pela comunidade sobre tesouros escondidos na pedra e sobre a origem natural das inscrições, ainda existem as narrativas de uma autoria extraterrestre das inscrições. Algumas hipóteses pseudocientíficas que apontam para origem extraterrestre da Pedra do Ingá colocam em discussão como a pré-história brasileira já foi alvo de estudiosos da linha ufológica.

Os relatos sobre extraterrestres ou alienígenas também apareceram nas entrevistas, não se sabe ao certo se essas hipóteses pseudocientíficas influenciaram de alguma forma algumas pessoas, no entanto, as histórias são memórias de infância e para outros são uma junção de memórias individuais e de conhecimento adquirido através de leituras e de escutar os próprios ufólogos e pesquisadores.

Eu acredito que aquilo ali foram os nativos locais que habitavam a região, fizeram àquelas inscrições como a gente tem observado por toda a Paraíba. Em outros estados elas estão sempre ligadas ao curso dos rios até porque os rios eram estradas naturais para esses povos. É muito mais fácil você andar pelo rio aberto, você vai estar andando por cima das pedras do que você sair abrindo caminho pela mata. E no rio eles tinham água e a pesca, na mata eles tinham como coletar alguns frutos, alguns vegetais porque esses povos eram nômades. Então aquilo ali nada mais é do que o conhecimento deles mesmos registrado na pedra. Você nota essa questão das gravuras antropomorfas são representações de seres humanos não é nada além do conhecimento deles, mas tem o pessoal que quer ligar com extraterrestre, acha que aquela pedra é tão dura que para fazer aquilo ali só teria sido possível fazer com laser (TRECHO DE ENTREVISTA, 2-5).

Muitos dizem, assim, quando a agente vinha, minha irmã até hoje tem medo de vir aqui porque ela morre de medo de alienígenas. O pessoal fala que foram escritas por alienígenas, sempre assim, desde pequena que a gente fica nessa cultura, a gente não sabe se foram os índios, os índios dizem que não foram eles, que não é linguagem deles, aí outros dizem que foi o povo das cavernas, porque isso já foi milhares de anos que existe, outros já dizem que foram os alienígenas que deixaram as escrituras e que ninguém está sabendo (TRECHO DE ENTREVISTA, 2-5).

4.2.5 Narrativa da origem fenícia da Pedra do Ingá

Os relatos sobre a presença fenícia também foram propagados como possível explicação para as inscrições de Ingá. O único relato que se diferencia da maioria entrevistada refere-se à origem fenícia da Pedra do Ingá. Trata-se de uma narrativa onde o entrevistado declara que as inscrições são marcações de localização geográfica feitas pelos fenícios. Apesar de ser uma das hipóteses, dentre tantas outras, que ainda não foram corroboradas, a narrativa contada por esse depoente de 80 anos, agricultor e rezador foi uma singularidade em relação às demais.

Ali não é nada comadre, foi um povo perdido que passaram por ali marcaram o lugar de volta para quando chegar, saber onde estavam. As inscrições foram feitas antes de Cristo, mais de 2000 anos antes de Cristo e o nome daquele povo quer que eu diga: Fenícios. Eles vieram da Fenícia saíram correndo o mundo e depois foram embora deixar o navio em Recife. Rodavam o mundo onde tinha rio e só procuravam o caminho do rio para não se perder porque eles não conheciam o tamanho do Brasil. Um país do tamanho do Brasil eles não voltavam nunca mais. Aqui e acolá eles marcavam e não marcavam em madeira. É muito importante aquilo ali, pois é uma carta e a gente não sabe. Eu conheço porque sei da história geral que foram os Fenícios que andaram muito antes e outros aqui no Brasil, mas eles foram embora, alguns que ficaram hoje são os índios, os que não quiseram ir embora viraram os índios (TRECHO DE ENTREVISTA, 1-5).

As lendas e mitos, ora confundidas com as hipóteses pseudocientíficas que em sua maioria tem uma origem mítica podem ser inseridas como contribuição e participação da população na atividade turística e no ecoturismo como alternativa para o sítio arqueológico. Quando se fala na Pedra do Ingá uma variedade de hipóteses, lendas e mitos podem ser apresentadas ao turista inclusive lendas trazidas de fora, ou seja, um conhecimento exógeno.

Os guias do sítio arqueológico da Pedra do Ingá fazem referência às hipóteses científicas baseadas nas pesquisas de Santos (2014) e Brito (2017), mas também conhecem algumas lendas, como o tesouro escondido dentro da pedra, o mito de Sumé e não transmite aos turistas por acreditarem que é uma forma de combater hipóteses fantasiosas.

O turista conhece a localidade, mas não tem qualquer troca de conhecimento com a comunidade e com suas narrativas. Ribeiro et al (2014, p.411) afirma que “o ecoturismo poderia conduzir a um processo de valorização da cultura de uma localidade e consequentemente, reforçar a identidade local”.

A relação entre ecoturismo e o patrimônio cultural deve proporcionar a inserção das memórias da comunidade, no entanto, os guias locais apresentam a explicação mais aceita pela ciência. Assim, o que foi observado na pesquisa de campo e nas entrevistas realizadas é que as narrativas que trazem os mitos e lendas geralmente são excluídas das explicações sobre o monumento arqueológico.

Quase sempre o turista é ciente do valor cultural e do modo de vida da localidade. Coriolano refere-se ao ecoturista como “uma pessoa que em razão da experiência com o meio ambiente dá sentido e conteúdo a sua vida e enriquece sua própria existência” (2002, p. 52). A questão que se coloca é se os destinos turísticos estão aptos a integrar a população como deve ser de fato, pois o que vemos são propagandas falsas de um turismo sustentável.

A experiência tem demonstrado que o modelo de turismo convencional tende a criar produtos padronizados, prontos e comercializáveis visando apenas o turista e a rentabilidade do negócio. A Pedra do Ingá corre o risco de tornar-se um produto do capital, contrariando a proposta de uma atividade sustentável que pode proporcionar a criação de emprego, a inserção da comunidade local, as melhorias na infraestrutura da cidade, assim como a qualidade de vida da população (BRASILEIRO, 2012).

Pensando na prática do turismo sustentável, Irving (2008) afirma que o ecoturismo é um fenômeno social, que cria oportunidades de experiências afetivas decorrentes da relação do ecoturista com o meio ambiente natural e cultural visitado. As Itacoatiaras do Ingá suscitam o encontro com a natureza, a história, as memórias materializadas nos mitos, as lendas e hipóteses sobre os autores das inscrições agregando a compreensão sobre conservação ambiental e cultural da região.

Ao desenvolver o ecoturismo como uma alternativa de conservação ambiental e cultural a população precisa ser inserida neste processo. As lendas e mitos narrados pela população devem ser valorizadas, assim como, o contato com os turistas tem que proporcionar trocas de saberes. O paradigma dominante de desenvolvimento pensa em atividades globais, padronizadas, mas a proposta ecoturística segue os princípios do desenvolvimento sustentável (SEN, 2000; SACHS 2008; ZAOUAL,2006). Ou seja, é um segmento turístico que pensa no local, no heterogêneo, na singularidade, na qualidade de vida das populações, na conservação do meio ambiente natural e cultural do entorno.

Destarte, o ecoturismo pode manifestar o potencial de integração do sítio arqueológico Itacoatiaras com os mitos e lendas reproduzidos pela população local. Essas memórias sobre a Pedra do Ingá precisam ser compartilhadas valorizando a identidade local e criando o sentimento de pertença em relação a Pedra, visto que, quando a população se identifica com seu patrimônio passa a ser sua principal defensora (Figura 42).

Figura 42: Relação sistêmica no ecoturismo

Fonte: Criado pela autora baseando-se no referencial teórico.

A priori, a identificação dos mitos e lendas sobre a Pedra do Ingá partia do entendimento de que existia entre os moradores o mito de Sumé ou Tomé e do Peabiru. Essa mitologia indígena foi difundida na literatura, mas também é mencionada por estudiosos como Pinto (1993), Martin (2005), Santana (2013), Brito (2017) e pelos músicos Zé Ramalho e Lula Côrtes quando produziram o disco *Paêbiru* inspirados na pedra onde relacionavam os personagens e acontecimentos míticos às Itacoatiaras do Ingá. Na internet, em blogs, nos vídeos de promoção do turismo de Ingá também existe referência a esse personagem relacionando-o ao monumento arqueológico.

A medida que as entrevistas com os moradores foram sendo realizadas, as conversas informais e as observações de campo, permitiram constatar que essas pessoas não sabiam da existência do Sumé mítico e nem ao menos do Peabiru. Estaríamos diante de um mito cuja origem é desconhecida da população? Um mito trazido à localidade por pessoas de fora? Alguns entrevistados afirmam que o “mito de Sumé aqui em Ingá é criação do cantor Zé Ramalho, não existe essa história aqui entre os moradores” (TRECHO DA ENTREVISTA, 3-5), “essa história é criação de um professor lá de Campina Grande e do cantor Zé Ramalho com o disco *Paêbiru*” (TRECHO DA ENTREVISTA, 3-5).

No quadro abaixo seguindo as explicações de Cascudo (1976) e Eliade (1992) apresenta-se um resumo das narrativas endógenas que correspondem as lendas e as exógenas que correspondem aos mitos.

Quadro 15: Narrativas endógenas e exógenas referentes a Pedra do Ingá

Narrativas endógenas (lendas)	Narrativas exógenas (mitos)
Origem sagrada ou natureza	Sumé
Tesouro escondido na pedra	Peabiru
Extraterrestre	
Fenícios	

Fonte: Quadro criado pela autora

Alguns moradores desconheciam qualquer lenda relacionada à Pedra e pediam para visitar o sítio arqueológico, pois lá os guias poderiam explicar melhor. Dessa forma pensando na valorização e preservação da cultura local o desconhecimento da população sobre a mitologia “estrangeira” ou exógena é positiva porque não absolveram os mitos e lendas vindos de fora.

Por outro lado, constatou-se que parte da população estava de certa forma isolada da conjuntura turística desenvolvida na localidade, ou seja, não participavam da atividade e quando são convidados a falar sobre os mitos e lendas, não entendiam que esse conhecimento é importante. Ao mesmo tempo aqueles que estão responsáveis pela atividade turística não procuram integrar a sociedade de uma forma geral e nem ao menos aqueles que estão diretamente ligados ao turismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo tem sido uma atividade importante no Brasil porque tem possibilitado emprego e renda e, muitas vezes, melhorado a qualidade de vida das populações inseridas neste contexto.

O problema colocado nesta dissertação tematiza o turismo convencional e de massa e seus impactos ambientais, culturais, econômicos e políticos. Isto é, a atividade e experiência que não inclui a participação da população local, não preserva os bens naturais e culturais, não estimula a educação ambiental e patrimonial, não favorece o diálogo de saberes entre a população nativa e os turistas e, por conseguinte, não promove a qualidade de vida da localidade e sua população.

Diante das crises plurais e contemporâneas, em especial, as que afetam o ambiente e a sociedade, é inconcebível a prática dessa modalidade de turismo convencional e urgente sua transformação em outras modalidades sustentáveis de turismo. O ecoturismo está inserido dentro desta dinâmica de sustentabilidade e tornar-se uma proposta relevante que pode ser implantado no sítio arqueológico Itacoatiaras do Ingá.

A Pedra do Ingá foi tombada em 1944 pelo IPHAN, mas a luta pela conservação do monumento continua até os dias atuais. Quem são os responsáveis? O poder público e a ausência de políticas públicas consequentes? A deseducação da população e sua falta de compreensão do mundo em que estão inseridos? A falta de oportunidade de participação dessa mesma população? O mecanismo de mercado e de consumo de massa como objetivos supremos? Naturalmente que se tratam de problemas complexos e multicausais.

Verificou-se que a Pedra do Ingá é o principal atrativo turístico, mas o município de Ingá apresenta potencial para criar um roteiro que não se resume apenas ao sítio arqueológico. O turismo pedagógico é o segmento mais praticado e o turismo de massa, enquanto o ecoturismo é uma atividade esporádica e realizada apenas na Serra Velha.

O sítio arqueológico Itacoatiaras ainda não possui uma estrutura física dentro dos padrões desejáveis. Alguns materiais expostos no museu como os fósseis da megafauna pleistocênica e os instrumentos líticos possuem marcações e informações incompletas.

Apesar dos problemas em relação a conservação do local apontando muitas vezes para o turismo como atividade que gera efeitos negativos para o sítio arqueológico, numa outra perspectiva o turismo também tem contribuído para a conservação do local. A medida que a atividade se expande, as ações em relação a conservação e divulgação aumentam pois precisam manter o monumento e seu entorno para os turistas.

Em relação a estrutura e divulgação há muitas modificações a serem feitas no local e isto está previsto para o sítio arqueológico Itacoatiaras que passará por uma reforma e construção de novos ambientes com a criação do Parque Estadual. Mas até o momento da finalização desse estudo constatou-se a falta de planejamento em relação a estrutura do local e atendimento aos turistas.

Com a criação do Parque Estadual arqueológico Itacoatiaras do Ingá a atividade ecoturística pode ser praticado no local baseado nos princípios da sustentabilidade, educação ambiental e patrimonial e a inserção da comunidade que interage com os turistas.

A divulgação poderia ser ampliada com informações atualizadas no site oficial da prefeitura e não apenas blogs, redes sociais dos guias, condutores e moradores, visto que, é importante a divulgação do monumento arqueológico e outros atrativos existentes no município de Ingá.

Entre a população identificou-se a existência de alguns mitos e lendas referentes ao monumento arqueológico, mas percebe-se a desvalorização da cultura local, da perda de identidade por parte da população que muitas vezes durante a entrevista sentiu-se envergonhada de contar as histórias que escutavam dos seus pais, familiares, nas escolas e passaram a valorizar apenas o que os pesquisadores narram nos livros e fazem parte das explicações dada pelos guias da Pedra.

É importante a população saber o que as pesquisas de cunho científico falam a respeito do monumento, mas sem perder o vínculo com sua própria identidade mostrando que as lendas e mitos que escutaram são memórias que precisam ser preservadas. É um problema constante no Brasil a desvalorização por parte da população de suas histórias e consequentemente suas memórias.

A população também não está sendo inserida na atividade turística, o que se observa é o isolamento e distanciamento dos moradores e o monumento. Apenas alguns artesões conseguem ter acesso ao turismo através da venda dos seus produtos no salão de artesanato

existente no sítio. Se não existe a proposta de outros atrativos na cidade, se não há uma ligação com a Pedra e o centro da cidade não acontece uma troca entre turistas e moradores, seja financeira ou de conhecimento e por esse motivo o desinteresse por parte da população.

O trabalho de educação ambiental e patrimonial nas escolas iniciado desde a infância também é importante para que a população valorize e crie sentimento de pertença com as Itacoatiaras do Ingá. Quando a população cria vínculo seja ele de interesse econômico ou sentimental com o patrimônio passa a cobrar mais dos responsáveis pela administração do monumento, assim como, tornam-se os principais defensores desse patrimônio.

É indiscutível a relevância da Pedra do Ingá em relação a prática do turismo no município de Ingá, no entanto, é uma atividade precária e sem expressão no que diz respeito a gestão do lugar. São muitos questionamentos sobre ações visando a manutenção e valorização do petróglifo, porque talvez daqui a alguns anos esse monumento não exista mais devido a sua fragilidade e dificuldades de conservação, assim, o que restará é apenas as memórias de que no “caminho de Ingá tinha uma Pedra, tinha uma Pedra no meio do caminho de Ingá”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20**. Estudos Avançados, v. 26, n.74, p. 21-34, 2012.

_____. **O sonho da Rio + 20**. Folha de São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/33665-o-sonho-da-rio20.shtml>>. Acesso em: 05 mai.2012a.

AFONSO, G. B. **Arqueoastronomia Brasileira**. CD-Rom, Curitiba, PR: Secretaria da Cultura de Curitiba, 2001.

ALMEIDA JUNIOR, J. B. **Introdução à mitologia**. São Paulo: Paulus, 2014.

ALVES, C. A. B. **Que pré-história queremos para a Paraíba?** In: SANTOS, Juvandi de Souza (Org.). **Pré-história: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: JRC, 2006.

ANDRADE, C.D. **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988.

ANDRADE, M. O; LIMA, G. F.C; GONÇALVES, A. F. **O Lugar do debate acerca do desenvolvimento na Rede Prodema Pós- Inserção nas Ciências Ambientais: desafio atual** in: Andrade, Maristela. Trevizan, Salvador. A rede prodema (1996-2016) em busca da sustentabilidade socioambiental. Maristela Oliveira de Andrade, Salvador Dal Pozzo Trevizan / João Pessoa: Ideia, 2017.

ARINOS, Afonso. **Lendas e Tradições brasileiras**. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. Briguiet e Cia, 1937.p.12 – 13

AZEVEDO, C.A. **Arqueologia: estudos e pesquisas**. João Pessoa: Idéia, 2008.

AZEVEDO NETTO, C. X. **Informação e patrimônio arqueológico**. In: Anais do IX ENANCIB, São Paulo, USP, 2008 (CD-ROM).

AZEVEDO NETTO, C.X. **Arqueologia Interativa e digitalização na Pedra do Ingá**. **Revista da Associação Brasileira de Arte Rupestre**. Ano I | Vol. 1 | N. 1 | 2015.

BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade**. 2004. 257 f. Tese (Doutorado em História) pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BARALDI, G.D.A. **Os Hititas Americanos**, Imega: Instituto de Cultura Megalítica, São Paulo, 1997;

BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Paris (Fr): Editora Presses Universitaires de France; 1977.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Papirus, São Paulo, 2000, 96p. BRANDON, K. **Ecotourism and conservation: a review of key issues**. Washington d.c: The World Bank/Global Environment Division, 1996.

BARRETTO FILHO, H. T. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. In: RICARDO, F (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.53-63.

BERNARDES, M. **Contos de assombração e catolicismo popular: aspectos da vivência religiosa em uma comunidade mineira**. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, v. 4, n. 6, p. 53-82, 22 set. 2017.

BRANDÃO, A. F (Brandônio). **Diálogos das grandezas do Brasil** (1618). São Paulo: Melhoramentos, 1997.

BRANDÃO, C. R. **Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASILEIRO, M. D. S. **Desenvolvimento e Turismo: para além do paradigma econômico**. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera e CORIOLANO, Luzia Neide (Orgs). Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEOB, 2012, p-75.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008, 90p.

_____. **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade** Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Brasília, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do**

Turismo: Diretrizes. MTur. Brasília:2013, p.11.

_____. **Categorização do Municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** 2017. Disponível em : <http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-das-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>. Acesso em 20/12/2018.

BRITO, G. de. **Viagem ao Desconhecido – Os Segredos da Pedra do Ingá.** Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1993.

BRITO, V. de. **A Pedra do Ingá.** 8.ed. Campina Grande, 2017.

BOND, R. **História do caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico.** Rio de Janeiro: Aimberê, 2009.

BORGES, L. E.P *et al.* **Estudo Petrográfico do suporte rochoso do sítio arqueológico da Pedra do Ingá, PB.** Geonomos, 24(2), 169-174, doi: 10.18285, 2016.

BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros na própria terra: presença guarani e estados nacionais.** Florianópolis: EDUFSC; Chapecó: Argos, 2010.

CANABARRO, I. S. et al. **História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.10, n.18, Jan./Jul.2018 – ISSN- 2177-4129.

CAMPBELL, J. **As transformações do Mito através do Tempo.** Cultrix, 2012.

CAMPOS, J. B. **O Patrimônio Arqueológico no Licenciamento Cultural: Legislação, Políticas Culturais e Gestão Integrada.** Oculum ens. Dossiê Patrimônio Arqueológico. Campinas ,14(2) | 331-347 | Maio-Agosto 2017

CARMAN, J. **Educating for sustainability in archaeology.** Archaeologies, 2016 12(2), 133-152.

CARDOSO, F. **Turismo da Paraíba não sobrevive apenas de sol e mar.** Turismo em Foco. Disponível em : <http://www.turismoemfoco.com.br/v2017/2017/09/27/turismo-da-paraiba-nao-sobrevive-de- apenas-sol-e-mar/>. Acesso em 30/10/2018.

CARDOSO, S. H. dos S. **Anna Maria e as Casinhas nordestinas** Estúdio vol.4 no.8 Lisboa dez. 2013.

CARVALHO, A.L.P de; NÓBREGA, Z.S. **Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura** In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio Cabrera e CORIOLANO, Luzia Neide (Orgs). Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEOB, 2012, p-75.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 9 ed. Brasília: J. Olympio, INL, 1976. P. 348.

CASTRO, C. A. T; TAVARES, M. G. da C. **A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO**. Sociedade e Território – Natal. Vol. 28, N. 2, p. 117 - 135. Jun./dez. de 2016

CASTRO, C. **A gestão florestal no Brasil colonial**. Brasília: Ed. UNB, 2002.

CATOIRA, T; AZEVEDO NETTO, C. X. **Itacoatiaras do Ingá: As diferentes ‘escritas’ no imaginário da pedra das águas**. Revista Antropológicas, Ano 22, 29(1):57-83, 2018

CAVALCANTE, M.H. P *et al.* **Uma História do Ingá**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1993.

CÉZAR, T.H.S. **Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática/** Ted Henrique da Silva César – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

CLASTRES, H. 1978 **Terra sem Mal: O profetismo tupiguarani**. São Paulo: Brasiliense. 1. ed. Paris, 1975.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS ORGANIZADA PELO CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). México, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>> acesso em 20/09/2018.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. CONFERÊNCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em < <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em 12 de Abril de 2018.

CORIOLOANO, L. N; SAMPAIO, C. A. C. **Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectiva do turismo como indução** In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera e CORIOLOANO, Luzia Neide (Orgs). Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEOB, 2012, p 49.

CHANG, H-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução de Luciano Viera Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. Ed. Unesp, 282 p.

CHUVA, Márcia in: **Por uma noção da história de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n 34/2012

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Ingá, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10 p.

CRUTZEN, P. J. **Geology of mankind: the Anthropocene**. Nature, v. 415, p.23, 2002.

CRUZ, R.C. A da. **“Patrimonialização do Patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

DÄNIKEN, Erich von. **Eram os deuses astronautas? Enigmas indecifrados do passado**. 6 ed. Tradução E.G. Kalmus. S. Paulo: Melhoramentos. 1970.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DECRETO-LEI 25/1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 15 de abril de 2017.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed., São Paulo, Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introduction: the discipline and practice of qualitative research**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). Handbook of qualitative research. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 1-28.

DESCOLA, P. **Além de natureza e cultura**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIRETRIZES DA POLITICA NACIONAL DE ECOTURISMO. Disponível

em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf> Acesso em 03 de Junho de 2017.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano** [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Tratado de História das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO- PBTUR. Disponível em <www.pbtur.com.br> Acesso em 14/04/2018

FAGNANI, E. **A política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 192, jun. 2011.

FALCÃO, L. A.; TAVARES, A. G.; KIYOTANI, I. **Arqueoturismo: repensando o turismo nas Itacoatiaras do Ingá – PB**. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 104-120, ago.2018.

FERREIRA, A. **Ingá: retalhos da história e resquícios de memórias**. Campina Grande. 2.ed. Cópias & papéis, 2017.

FILORAMO, G. e PRANDI, C. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

FUNDAÇÃO DO HOMEM AMERICANO (FUMDHAM). Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/projetos-socioculturais>. Acesso em 06/01/2019.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e Estado democrático**. 2ª ed., Recife: CONDEPE, 1982.

_____. **Brasil a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALDINO, L. **As Itacoatiaras e os Megálitos**. In: Oliveira, Thomas Bruno. **Pré-História II: estudos para a arqueologia da Paraíba** / Thomas Bruno Oliveira (organizador) – João Pessoa: JRC Editora, 2011. 131p.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil** / Pero de Magalhães Gandavo. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 158 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 100).

GARCIA, M. C. O; GARCIA; GARCIA, J.S. **Pedras que guardam segredos: catalogação de sítios arqueológicos na região centro-leste de Rondônia**. Revista Veredas Amazônicas- Jan/ Jun- Vol II, n. 01, 2012. ISSN: 2237- 4043

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL. – Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2016. 163 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial).

GOMES, D. S *et.al*. **Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil)**. Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 5, n.1, p. 82-103, abril de 2012.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. PROJETO PARQUE ITACOATIRAS DO INGÁ. 2011 (disponível para consulta).

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Decreto institui grupo de trabalho para implantação do Parque Arqueológico Itacoatiaras do Ingá. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/decreto-institui-grupo-de-trabalho-para-implantacao-do-parquearqueologico-itacoatiaras-do-inga/>>. Acesso em 14 de abril de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.SEMARH- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Unidades de Conservação do Estado da Paraíba. Disponível em:<<http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/uce/>> Acesso em 13 de abril de 2018.

GUEDES, C; VIALOU, D. **Símbolos na arte rupestre sob o olhar da Arqueologia Cognitiva: considerações analíticas sobre o sítio Conjunto da Falha, Cidade de Pedra, Rondonópolis, Mato Grosso**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 101-123, jan. -abr. 2017.

GUIMARÃES, M.L.S. **História, memória e patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n 34/2012

GUIMARÃES, S.T.L. **Trilhas Interpretativas e Vivências na Natureza: aspectos relacionados à percepção e interpretação da paisagem.** Caderno de Geografia, v.20, n.33, 2010.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade.** Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

_____. **Quem precisa da identidade?** In. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* / Tomaz Tadeu da Silva(org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

HAN, B-Chul, **Sociedade do Cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HERCKMAN, E. 1886. **Descrição geral da Capitania da Parahyba.** Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial.

HOUTART, F. **Sociologia da Religião.** São Paulo: Ática, 1994.

HUGH- JONES, S. **Writing on Stone; Writing on Paper: Myth, History and Memory in NW Amazonia.** History and Anthropology, v. 27, n. 2, p. 154–182, 2016.

_____. **As Plêiades e Escorpião na Cosmologia Barasana.** Revista Anthropológicas, Ano 21, 28(1):8-40, 2017.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill.** London: Routledge, 2000.

ICOMOS. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS ORGANIZADA PELO CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). México, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>> acesso em 20/09/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250680>> Acesso em 13 de abril de 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>> Acesso em 12 de Abril de 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Diagnóstico Final e Plano Gerencial para a Manutenção e Preservação Sustentada do Sítio Itacoatiaras do Ingá. Relatório Final, 2010 (documento disponibilizado para consulta).

_____. **Sítio Pedra do Ingá: Prospeção, Sondagem, Escavação, Conservação do Paineiro Principal e Socialização.** (documento disponibilizado para consulta), 2013/2014 a.

_____. **Bens Culturais Tombados.** Paraíba, João Pessoa: IPHAN/PB, 2013b

_____. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA** PB0004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?6415. Acesso em 20/12/2018.

_____. **Art. 216 da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em 21/01/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ARQUEOLOGIA, PALEONTOLOGIA E AMBIENTE DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL (INAPAS). Registro Tridimensional Georreferenciado do Sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Rio Ingá, Ingá-PB. (documento disponibilizado para consulta), 2018.

IRVING, M.A. **Ecoturismo em Áreas Protegidas: Da Natureza Ao Fenômeno Social.** In: CASTILHO, N.; NEIMAN, N.; CASTILHO, V. *Pelas trilhas do Ecoturismo.* RIMA, São Carlos, 2008, p.3-15.

IRVING *et al.* **Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa.** In: *Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas/ Organizadores: Marta de Azevedo Irving, Lia Calabre, Roberto Bartholo, Marcelo A. G de Lima, Edilaine de Moraes, Marisa Egrejas, Deborah Rebello Lima.* Rio Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2016.

JACOBI, P. **Dilemas Socioambientais na Gestão Metropolitana: Do Risco à Busca da Sustentabilidade Urbana** in: *Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n.25, p.115-134, 2006.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 3.ed. ver. E ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1996.

JANSEN, Roberta. **A arqueóloga que batalha para preservar os vestígios dos primeiros homens das Américas**. Disponível em: < www.bbc.com/portugueses/noticias > Acesso em: 13 de Abril de 2017.

LAGE, C.S.M; FARIAS FILHO, B.B. **Arqueometria aplicada à Conservação de Sítios de Arte Rupestre**. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 327-343, Jul-Dez. 2018.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LANGER, J. Ruína e Mitos: a arqueologia brasileira no império (1840-1889). Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

_____. **Constelações e mitos celestes na Era Viking: reflexões historiográficas e etnoastronômicas**. Roda da Fortuna 1(4), pp.107-130, 2015.

LEFF, H. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes**. Educação & Realidade. V.34, 2009, p.17-24

LEFF, H. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVIS, C. et al. **Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition**. Science. 03 Mar 2017: Vol.355, Issue 6328, pp.925-931.

LIMA, G. F. da C. **Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos?** In: OLIVEIRA, M. M. D. de et.al. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

LINDERBERG, K. Hawkins, D. E. (ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. p. 25.

LINS, N. **A questão regional na aurora do século XXI**. n. Janeiro, 2001.

LOPES, E.R.N; SANTOS, A.M. **Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo.** Nature and Conservation, Aquidabã, v.7, n1, p.48-60, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUZ, Luiz Ricardo da. **Ufologia na pré-história.** ALIEN. Revista de Pesquisas Ufológicas, São Paulo, 2005.

Manual de melhores práticas para o ecoturismo / Organizador: Roberto M. F. Mourão. - Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. 39p.: il; 21 cm.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semiestruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros.** Depto. de Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: [<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>]; acesso em 12.04.2018.

_____, **A entrevista na pesquisa social.** Didática. São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 4. ed. Recife: Editora da. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MATHEUS, F. S; RAIMUDO, S. **Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá.** Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo, 11(3), pp. 454-479, set./dez. 2017.

MAUSO, Pablo Villarubia. **El misterio da Paraíba.** Revista Enigmas del Hombre, Madrid, n. 7, 1995.

MEDEIROS, J. R. C de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.** 4. ed. João Pessoa: IFPB, 2016.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

MELLO, J.O de A. **História da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2000.

MENEZES, B. F. R. **ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.** Anais do

II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015.

MENESES, U. T. B. de. **O museu de cidade e a consciência de cidade**. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães; GUIMARAENS, Cêça (org.). *Museus & Cidades*. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 255-282.

MENESES, U T. B. de. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 36, p.39-52, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 10 jan 2019.

MEUTRAX, A. **A religião dos Tupinambás**. Brasiliana. São Paulo, 1979.

MIELE, N. **Sumé sob o olhar de Frei Fidelis**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Brasil organiza sistema de trilhas para reforçar ecoturismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11859-brasil-organiza-sistema-de-trilhas-para-refor%C3%A7ar-ecoturismo.html> Acesso em 11/09/2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____. **Estudo de competitividade de produtos turísticos** / Organizador Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. – Brasília, DF: SEBRAE, 2011.

_____. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo** / Organizador: Roberto M. F. Mourão. - Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. 39p.: il; 21 cm.

_____. **Relatório Mapa do Turismo** (2017-2019). Disponível em: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 10/01/2019.

MIRANDA, R. M. **Curso Básico de Formação de Condutor de Visitantes**. Grupo de ambientalistas Bahia, 2012. Disponível em: http://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-de-Curso-B%C3%A1sico-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Condutores-de-Visitantes_Boa-Nova-BA.pdf. Acesso em 20/12/2018.

MITHEN, Steven. **A pré-história da mente – A busca das origens da arte, da religião e a ciência**. São Paulo: Unesp, 2002.

M.A. (2000). Mohonk Agreement: A Framework and Principles for the Certification of Ecotourism and Sustainable Tourism. Mohonk Agreement: Proposal for an International Certification Program for Sustainable Tourism and Ecotourism (pp. 97-100). Institute for Policy Studies and Ford Foundation. NY, USA. Mohonk Mountain House.

MORENO-MAYAR, J. V. *et al.* **Early human dispersals within the Americas**. *Science*. 08, Nov, 2018. DOI:10.1126/Science.aav2621.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2005.

MOZZATO, A. R., & GRZYBYSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul /ago. 2011.

NANTES, Martin de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. São Paulo: Nacional/INL, 1979, p. 54.

NASCIMENTO, A. L. M. L do; LIMA, T.A. **As Itacoatiaras do Ingá: Gravuras pintadas?** *Clio Arqueológica*. V33N1, p.26-45, DOI: 10.20891/clio. V33N1p26-45, 2018.

- NEIMAN, Z. e RABINOVICI, A. **Trilhas na Natureza e Sensibilização Ambiental** in: COSTA, Nadja Maria Castilho; NEIMAM, Zysman & COSTA, Vivian Castilho da (Org). *Pelas Trilhas do Ecoturismo*. São Carlos: RIMA, 2008, p. 73-85.
- NEVES, W. A; PILÓ, L. B. **O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos**. São Paulo, Editora Globo, 2008. 334 p.
- NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, n.10, São Paulo: PUC-SP, p.13,1993.
- KATH, R; BANDEIRA, D. da R. **O caminho do Monte Crista: um panorama de sua historicidade**. Revista Confluências Culturais. v. 4 | n. 1 • março de 2015 • ISSN 2316-395X
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. **Destination culture: tourism, museums, and heritage**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- KOTLER, P. **Marketing**. São Paulo: Ed. Atlas,1996.
- OLIVEIRA, T.B; BRITO, E. **Os Últimos remanescentes primitivos do interior da Paraíba: o caso de Pedra Lavrada-PB**. Revista Tarairiú Nº07 - Janeiro de 2014. revistatarairiu.blogspot.com/2014/03/revista-tarairiu-n07-janeiro-de-2014.html
- OLIVEIRA, C. A.F.; BLOS, W.S. **Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.137-151, ago. 2012.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, M.A; MENEZES, W. L. A. **Os ensinamentos de Sumé e a tradição Itacoatiara no contexto da Pedra do Ingá: pontes de contato com a narrativa bíblica do dilúvio**. Hermenêutica, Vol. 11, N.2, 93-111.
- ORTEGA, D.D; SOUSA, J.C.M de. **Turismo Arqueológico no Brasil**. Disponível em <https://arqueologiaeprehistoria.com/turismo-arqueologico/> acesso em 02/11/2018.
- PBTUR. **Vale dos Dinossauros**. Disponível em< <http://www.pbtur.com.br/node/10801> > acesso em 08/10/2018.
- PÁDUA, J. A. **As bases teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 92.
- PÁDUA, J. A. **Vivendo o Antropoceno: Incertezas, Riscos e Oportunidades**. 2015. Disponível em :<http://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.htm>. Acesso em 10/04/2018.

PARDI, M. L. F. **A preservação do patrimônio arqueológico e o Turismo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2007. Disponível em : http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Arqueologico_e_o_Turismo.pdf. Acesso em 20/09/2018.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e Silêncio**. In. Estudos Históricos. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

PELEGRINI, S. C.A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 – 2006.

PNUMA. **Rumo a uma Economia verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza**. Nairóbi: ONU, 2011.

PINTO, E.F; IRVING, M. de A. **Sítios naturais sagrados: valores ancestrais e novos desafios para as políticas de proteção da natureza**. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 40, p. 275-296, abril 2017.

PINTO, Z. F. **Nas pegadas de São Tomé**. Brasília: Senado Federal, 1993.

PIRES, P. dos. S. **A Dimensão conceitual do Ecoturismo**. Turismo - Visão e Ação - v.1 - n.1 - p.75-91 jan/jun – 1998.

PITBLADO, B. L. The role of the Rocky Mountains in the peopling of North America. **Quaternary International**, v. 461, p. 54–79, 2017.

POSTH, C. *et al.* **Reconstructing the deep population history of Central and South America**. Cell. vol . 175, ISSUE 5, p 1185-1197.E22, novembro, 15, 2018.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ. Ofício nº 001/2019. Ingá, 7 de Janeiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ. Ofício nº 002/2019. Ingá, 7 de Janeiro de 2019.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora Univ. de Brasília, 1992.

Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil». **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2000.

REIS, A; Z. R. M; NAKAZONO, E.M. **Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal**.1999. p.13-22. (Série Recuperação, caderno 14).

RIBEIRO, J. N; ANDRADE, T.S. **Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda**. Estado de Sergipe. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 12 n. 2 págs. 409-424, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999

RIST, G. **'''Development' as Part of the Modern Myth: The Western 'Socio-Cultural Dimension' of 'Development''**. The European Journal of Development Research, v. 2, n. 1, junho, pp. 10-21, 1990.

RODRIGUES, A. G; GALZERANI, J. C. **Espectroscopias de Infravermelho, Raman e de Fotoluminescência: Potencialidades e Complementaridades**. Revi. Bras. de Ens. de Fís., vol. 34, n. 4, p. 4309, 2012.

ROMERO, M. A. **Direito Ambiental**. In: ANDRADE, Maristela Oliveira (Org.). Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus, 16. ed. 2010.

RUSEN, J. **Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001. Op. cit. p. 38-41.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCARPI, P. **Politeísmos: as religiões do mundo antigo**. São Paulo: Hedra, 2004.

SALVATI, S. S. **Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza**. In: Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. Rubens Born [org.]. São Paulo: Peirópolis, 2002.

SANTANA, M. T. **A Pedra do Ingá: a reprodução do mito, a reprodução da fé**. João Pessoa, 2013.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo. Peirópolis, 2005.

SANTOS, E. N. **Deuses do México Indígena: estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas**. São Paulo: Palas Athena, 2002.

SANTOS, J. de S. **Estudos da Tradição Itacoatiara na Paraíba: Subtradição Ingá?** Campina Grande, Paraíba. Cópias & Papéis, 2014. 165 pgs.

SANTOS JÚNIOR, V. **Havia cúpules no caminho: as marcas cupulares nas gravuras rupestres do Rio Grande do Norte e Paraíba**. ARAIRIÚ – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, novembro 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/284031853_Havia_cupules_no_caminho_as_marcas_cupulares_nas_gravuras_rupestres_do_Rio_Grande_do_Norte_e_Paraiba> Acesso em 20/08/2018.

SARTORI, J. **5 destinos místicos incríveis para conhecer no Brasil**. Nov /2017. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/viagens-nacionais/galeria/destinos-misticos-incriveis-para-conhecer-no-brasil>. Acesso em 09/12/2018.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWENNHAAGEN, L. **Antiga História do Brasil: (de 1100 a.C a 1500 d.C)**. Tratado Histórico. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra Ltda, 1970).

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R. R. DE S. **Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos do Jardim Botânico, Curitiba, Paraná, (Brasil)**. Turismo em Análise. Vol. 23, n.1, abril 2012.

SILVA, F. G. da. **Itacoatiara: Roteiro de uma Cidade**. Governo do Estado do Amazonas: Manaus, 1965.

SOARES, J. **Incêndio destrói Museu Nacional no Rio de Janeiro**. Carta Capital. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 21/12/2018.

SHUSSEL, Z.G.L. **Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente**. In: BRASILEIRO, Maria

Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera e CORIOLANO, Luzia Neide (Orgs). Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEOB, 2012.

SHAH, S. K; CORLEY, K. G. (2006). **Building better theory by bridging the quantitative-qualitative divide**. Journal of Management Studies, 43(8), 1821-1835. doi: 10.1111/j.1467-6486.2006.00662.x

SOUZA, J. **A gramática social da desigualdade brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro, vol.19, n. 54.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SPICA, M. **Místico versus misticismo: Reflexões sobre o místico de Wittgenstein em comparação ao misticismo religioso caracterizado por James**. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), v. 17, n. 27, p. 113-136, 22 nov. 2010.

TEJEDOR, A. DEL. Saraguro: **turismo místico-espiritual y etnogénesis neoinca en los Andes ecuatorianos**. Latin American and Caribbean Ethnic Studies, DOI:10.1080/17442222.2018.1485831, setembro, 2018.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: Unesco, 2005. Disponível em: [HTTP://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf). acesso em 27/11/2017.

_____. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. – Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial

VALLS, J-F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VERNANT, J-P. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

VIÉGAS, A. **Educação Ambiental e Complexidade: uma análise a partir do contexto escolar**. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WEBER, M. **A ciência como vocação:** In: Ensaaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 154-183.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova Economia das Iniciativas Locais:** uma introdução ao pensamento pós global. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transações?** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v.8, n° 2, p.1- 14, 2008.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN no Estado da Paraíba
Praça Anthenor Navarro, nº 23 - Bairro Varadouro. CEP 58010-480
Telefone: (83) 3241-2896 | Website: www.iphan.gov.br

Ofício nº 45/2017/IPHAN-PB-IPHAN

A Sua Senhoria, a Senhora

Germana Karla Martins Soares da Silva

Pesquisadora PRODEMA/UFPB

Assunto: **Autorização para realização de pesquisa acadêmica - Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01408.900071/2017-41.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a, informo que este IPHAN **não tem objeção** à realização de pesquisa acadêmica "O ecoturismo como alternativa de conservação do sítio arqueológico Itacoatiaras de Ingá-PB", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB, tendo em vista que se trata de pesquisa relacionada ao setor do Turismo, sem intervenção física no Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá, bem cultural tombado pelo IPHAN.

Na oportunidade, solicitamos que, após a conclusão da pesquisa, seus resultados sejam encaminhados, em meio digital, a este instituto, para conhecimento e para compor o acervo do Centro de Documentação do IPHAN/PB.

Atenciosamente,

Carla Gisele Macedo S. M. Moraes

ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Quanto tempo reside no município de Ingá? _____

1. Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá é importante para o senhor (a)?
2. Na opinião do senhor (a) as Itacoatiras estão sendo conservadas?
3. Na sua opinião o turismo é benéfico para a localidade?
4. Que o senhor (a) pensa a respeito do turismo na localidade?
5. Senhor (a) participa da atividade turística na localidade?
6. Na sua opinião as Itacoatiras de Ingá são importantes para o desenvolvimento do turismo?
7. que o senhor (a) sugere para a conservação desse patrimônio?
8. Quais as histórias contadas sobre a origem das Itacoatiras do Ingá?

ENTREVISTA -GESTORES

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Origem: _____

Desde quando ocupa o cargo: _____

- Que tipo de turismo existe em Ingá?
- O turismo desenvolvido no local é importante para o desenvolvimento econômico, social e cultural do local? Por quê?
- Existe alguma política referente ao desenvolvimento do turismo sustentável?
- Que segmentos turísticos existem no município?
- Podemos encontrar o ecoturismo na localidade? E o que é proposto como atividades ecoturísticas?
- Quais os principais atrativos turísticos do município?
- O Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá é importante para o turismo do município?
- Que ações tem sido realizadas em relação à atividade turística no Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá?
- Que ações tem sido realizadas em relação à conservação do Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá?
- A estrutura física do Sítio Arqueológico ajuda a preservá-lo?
- A população tem sido incluída na atividade ecoturística no município?
- A população participa de algum modo na conservação do Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá?
- Existe política referente à educação ambiental e/ou patrimonial em relação ao Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá?
- Que problemas você apontaria no local que precisaria de melhoras?
- Existe algum trabalho de divulgação em relação ao turismo no Sítio arqueológico Itacoatiaras de Ingá?
- Que importância a prefeitura atribui ao Sítio e ao turismo em torno dele?
- A prefeitura municipal de Ingá recebe algum apoio de órgãos públicos ou privados em relação ao desenvolvimento da atividade turística na localidade?
- Quais as histórias contadas sobre a origem das Itacoatiaras do Ingá?

ENTREVISTA COM OS CONDUTORES E GUIAS

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Origem: _____



Desde quando faz esse trabalho: _____

- Qual a importância do turismo para o município de Ingá?
- O que o senhor (a) entende por ecoturismo? E o que é proposto como atividades ecoturísticas?
- Quais os atrativos turísticos podem ser encontrados na localidade?
- Que ações tem sido realizadas em relação à atividade turística no Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá?
- Que ações tem sido realizadas em relação à conservação do Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá?
- Na sua opinião estrutura física onde se encontra o Sítio Arqueológico é de qualidade? E o que se tem feito em relação à melhoria dessa estrutura?
- A população tem sido incluída na atividade ecoturística no município?
- Existe dificuldade com a participação da população em relação à conservação do Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá?
- Que ações a prefeitura desenvolve para manter o turismo e a conservação do Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá?
- Que problemas você apontaria no local que precisaria de melhoras?
- Existe algum trabalho de divulgação em relação ao Turismo no Sítio Itacoatiras de Ingá?
- A prefeitura municipal de Ingá recebe algum apoio em relação ao desenvolvimento da atividade turística na localidade?
- Quais as teorias sobre a origem das Itacoatiras de Ingá?
- E que histórias são contadas pela população em relação às Itacoatiras de Ingá?
- Que público visita o sítio arqueológico Itacoatiras de Ingá? De onde vêm?
- O senhor (a) recebe treinamento para atuar como condutor e guia?
- É realizada alguma atividade de educação Patrimonial e ambiental com a população do local?
- Em sua opinião quais os impactos negativos e positivos a atividade turística tem gerado no local?
- O que os condutores e guias transmitem ao turista que visita o Sítio Arqueológico Itacoatiras de Ingá?

Quadro explicativo criado por Cézar (2013)

	Figura antropomorfa, localizada no centro do painel vertical;		Desenho em papel representando, � direita, a máscara o'ma ("m�� do vento") e � esquerda, o seu companheiro, marva. O sobrenatural o'ma, quando, surge na floresta, "� como tempestade", por onde passa vai derrubando árvores e outras plantas com seu p��nis enorme [...] ²⁶⁹
	Figura de objetos (artefato): cuia-circulo com ponto central e vasilha ritual, com bojo, pescoço e ombros), localizada � direita do centro, no painel vertical;		"O caapi sendo servido em cuia, retirado da vasilha ritual [...] ²⁷⁰ . Detalhe de desenho realizado sobre o mito da criação do mundo para os ind��os Des��na.
	Figura ao lado de elementos de tralha (?), ligada � figura acima, localizada � direita do centro, no painel vertical;		YYP� do Tupiguarani, dos Assurini do Trocar�, significa: cipó. ²⁷¹ Cipó com o qual se faz bebida alucinógena, usada em rituais – caapi.
	Figura associada a "estrela", localizada no painel inferior; Representa uma planta baixa (?).		Dabucuri, no bairro Aparecida, 2002. Foto: Pedro Martinelli. ²⁷² Foto de aldeamento do Alto Xingu. Do Filme O povo Brasileiro. Baseado na Obra de Darcy Ribeiro.

Imagem gravada no S��io em estudo	Identificação da gravura	Forma descrita	Descrição
	Linha de capsulares que, praticamente, atravessa o painel de uma ponta a outra. Já foi relacionada com contagem, calendários e afins.	5. 	5. O pontilhado ou �rculos isolados significa gotas de s�em ou de chuva, isto �, um conceito fertilizador. ²⁶⁴
	Espiral, localizada na extremidade esquerda do painel vertical;	10. 	10. [...] simboliza o incesto e as mulheres proibidas [...] ²⁶⁵
	Gravuras em técnica diferente, localizada na extremidade direita do painel vertical;	11. 	11. Simboliza o casamento exog�mico; ²⁶⁶
	Conjunto de linhas formadas por pontos, desgastados, localizado no centro do painel superior;	13. 	13. "Fileiras verticais de pequenos pontos representam a Via Láctea." [...] "rio celestial" ²⁶⁷
	Figura semicircular com raios, localizada no lado direito e central do painel superior;	15. 	"[...] Sol como princípio fertilizador [...]" ²⁶⁸

		Figura de instrumento musical (?) – bastão de ritmo ou pau de chuva, localizada no lado esquerdo do painel superior;		Dança ritual com bastão de ritmo (desenho de Feliciano Lana). ²⁷³
--	---	--	---	--

Fonte: Cézar (2013, p.126-128)

Notas explicativas

As seguintes notas são encontradas na dissertação “Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática” de Ted Henrique Cézar nas páginas 126, 127 e 128.

264 RICHEL-DALMATOFF, 1976:85 apud LUX VIDAL, 1992, 47, fig.14.

265 Idem

266 Idem

267 Idem

268 Idem

269 LUX VIDAL, 1992, 251, fig. 2.

270 *Ibidem*, 41, fig. 8.

271 LUX VIDAL, 1992, 123

272 IPHAN, 2007, p. 84.

Fonte: Quadro explicativo criado pela autora a partir de Cézar (2013, p 126-128)

